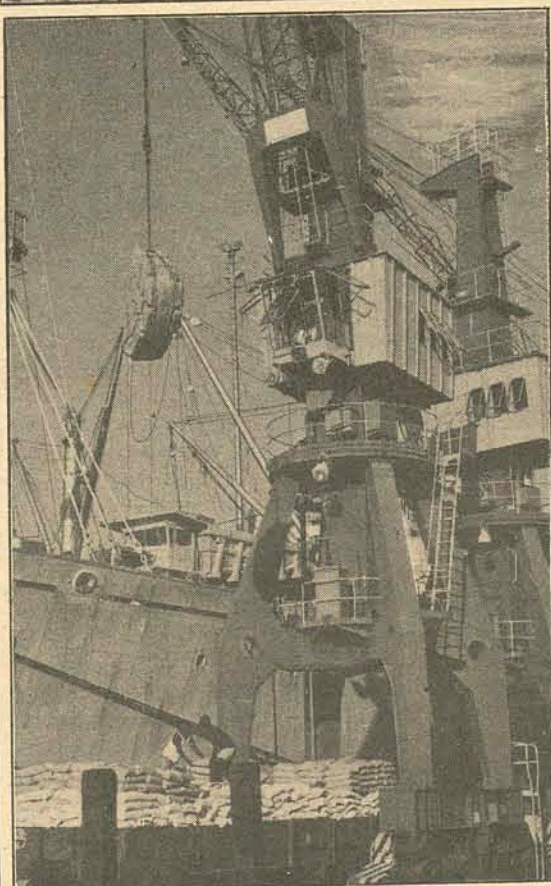
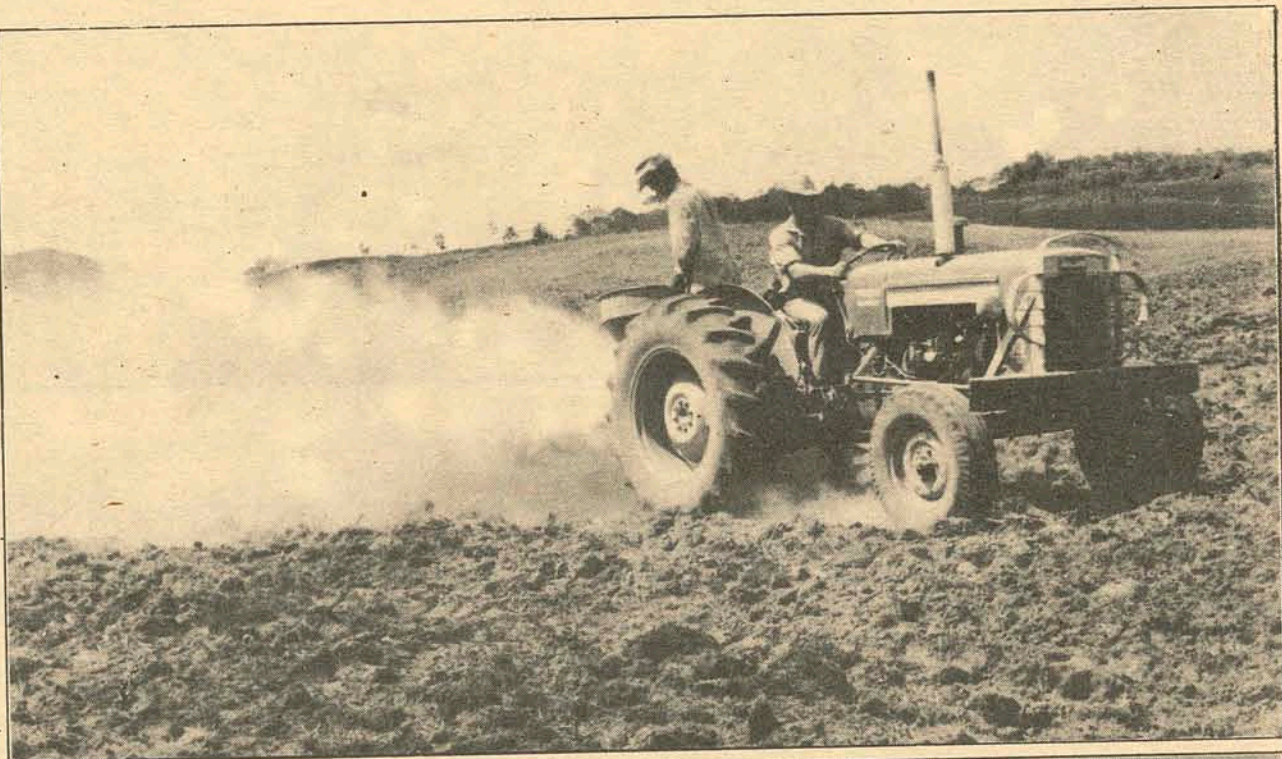
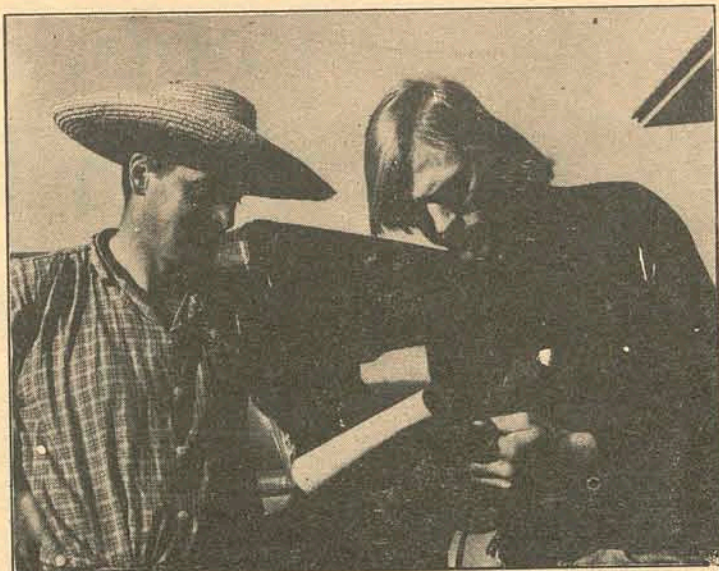


“A maior façanha da Humanidade continua sendo, ainda hoje, a invenção inacabada da Agricultura”. (Vincent Gordon Childe)

No momento em que o mundo atravessa uma de suas piores fases de abastecimento de produtos agrícolas, O ESTADO, através de seu CADERNO ESPECIAL DE AGRICULTURA, foi em busca da invenção catarinense.



CADERNO ESPECIAL / AGRICULTURA

O ESTADO

Política agrícola no Brasil: depois da abertura de novas fronteiras, a ordem é aumentar a produtividade

Embora na época do descobrimento os primeiros portugueses que por aqui apareceram tenham falado com entusiasmo das possibilidades da agricultura no Brasil, desde então esse otimismo só tem diminuído.

Entre alguns economistas, já se sente o temor de que o setor agrícola se torne, dentro de algum espaço de tempo, em um elemento estrangulador da expansão econômica do País. O descuido com que vem sendo tratada a pesquisa pode-se converter-se num sério obstáculo ao rápido crescimento da produtividade.

Segundo fontes do Ministério da Fazenda o aumento da produtividade do setor rural não tem sido superior a 1 por cento ao ano e na atual política agrícola brasileira procura-se ao menos dobrar este ritmo histórico. E, para se manter um crescimento global da economia da ordem de 10 por cento, é necessário que a agricultura, como um todo, cresça a taxas anuais não inferiores a 8 por cento.

O maior problema atual da agricultura brasileira pode ser resumido na seguinte pergunta: como aumentar a produtividade agrícola, para que o produto do setor possa expandir-se a 8 por cento ao ano?

Vencer este desafio não significa apenas garantir a manutenção de um crescimento global acelerado, mas de um crescimento com menor inflação e com menores desigualdades regionais e pessoais na distribuição dos rendimentos.

Outro dado importante é que, durante duas décadas após a Segunda Guerra, a política voltou-se basicamente para a promoção do desenvolvimento industrial, dedicando-se pouca ou mesmo nenhuma atenção aos problemas agrícolas.

TRATAMENTO DESIGUAL

Segundo o "Setor Agrícola do Brasil", estudo recentemente



Se na década de 50 a preocupação foi abrir fronteiras,
hoje é aumentar a produtividade.
Teme-se que a agricultura possa
obstar o crescimento do País.



publicado pela Secretaria da Agricultura de São Paulo, "reconhece-se alguma racionalidade neste tratamento desigual". Durante o período da guerra, o país teve oportunidade de ampliar o seu parque industrial. Após esta, "verificou-se que este surto de industrialização se mostrava dife-

rente dos anteriores, pois fora suficientemente amplo para que interesses nele constituídos insistissem em ter condições para sua continuação.

Na década de 50, a política cambial foi colocada principalmente a serviço da industrialização do país, o que resultou em prejuízo das exportações agrícolas. A política de preços também contribuiu para apertar mais ainda os rendimentos da agricultura.

Segundo alguns, nos anos 50, o principal estímulo concedido a agropecuária foi a abertura de novas fronteiras. Com isso, era possível ao mesmo tempo aumentar a produção do setor rural e poupar capital para concentrá-

lo na industrialização.

DUAS POLÍTICAS

Dentro da evolução da agricultura brasileira, pode-se caracterizar a existência de duas políticas. A primeira delas marcada pela conquista de novas fronteiras. A segunda, iniciada na década de 60 caracteriza-se no aumento da produtividade, apesar de prosseguirem os esforços no sentido da ampliação da fronteira agrícola. Este novo enfoque na política agrícola foi motivado por dois fatores: as condições favoráveis do mercado internacional e o elevado crescimento da demanda interna.

Esta nova estratégia foi mostrada através de novas políticas de preços, de créditos, de impos-

tos e de apoio a criação e difusão de conhecimentos.

Apesar da rápida expansão das exportações de manufaturados, a agricultura continua sendo a fonte básica geradora de recursos externos. Dos 5,5 bilhões de dólares que serão exportados este ano, pelo menos 4 bilhões estarão ligados direta ou indiretamente a produtos agrícolas.

Óleos comestíveis, suco de laranja, carnes industrializadas são alguns dos muitos itens de origem pecuária que participarão no corrente ano dos 2 bilhões de dólares vendidos ao exterior como manufaturados.

CRESCIMENTO

No período compreendido entre 1947 e 1970, o produto real da agricultura brasileira cresceu a taxas anuais pouco superiores a 4 por cento. As melhores taxas foram alcançadas nos períodos de 1959/62, cerca de 5,8 por cento; e 1967/70, cerca de 4,7 por cento.

A partir de 1969, contudo, tem-se observado uma tendência para crescimento mais acelerado. Neste ano, o crescimento do setor foi de 5,9 por cento e, em 1970, alcançou 5,6 por cento. No ano seguinte — 1971 — graças ao desempenho da ceficultura, a taxa pulou para 1,4 por cento.

Entretanto, em 1972, caiu para 4,1 por cento, o que pode ser explicado, principalmente pelas más condições climáticas durante este período. No corrente ano, segundo anúncio oficial, espera-se que o aumento seja igual ou superior a 6 por cento. No Centro-Sul, a produção global, sem contar com o café, deve oferecer perto de 15 por cento ou um pouco mais.

Daqui por diante, a aceleração do crescimento dependerá, em grande medida, da possibilidade de elevar-se a eficiência do setor, reduzindo-se o desequilíbrio entre o dinamismo industrial e o agrícola.

Na América do Norte, principalmente nos Estados Unidos, a produtividade média industrial é 1,8 por cento superior a da Agricultura. Na Suécia, 1,6 e no Canadá 1,5.

No Brasil, a indústria é 2,9 vezes mais produtiva que o setor rural, e o setor urbano, como um todo, deve ser aproximadamente 3,5 vezes mais produtivo.

EXPEDIENTE

Empresa Editora O ESTADO LTDA. Rua Felipe Schmidt, 116 — Telefones: 3022 e 4139 — Caixa Postal 139. Diretor: José Matusalém Conelli. Redator Chefe: Marclio Medeiros. Editoria Especial: Editores: Dario de Almeida Prado Junior — Fernando Alexandre Guimarães. Reportagem: Wilson L. Medeiros. Planejamento Gráfico: César Tancredo — Márcio da Costa Ramos. Fotos: Arquivo e ACARESC. Material de Consulta (Fontes): ACARESC, Secretaria da Agricultura, CODESUL e Arquivo. Publicidade: Coordenação: Oscar Luiz de Paula — Contatos: Moacir Irineu Valgas e Kilian J. Hochsteiner.

Antes da Papel e Celulose Catarinense, a gralha já trabalhava em reflorestamento.



Todo mundo sabe que a gralha além de barulhenta alimenta-se de pinhão. E que para garantir o próprio sustento ou para a preservação da espécie, depois de alimentar-se ela come a ponta do pinhão e o enterra.

Ao fazer isso a gralha está plantando pinheiros. Nós, como a gralha, temos no pinheiro a matéria prima para a nossa subsistência. E como ela também plantamos para garantir o futuro.

Papel e Celulose Catarinense S.A.

Os responsáveis

Afinal, a quem cabe a elaboração e a execução da política brasileira? Na realidade, nenhum Ministério engloba todos os setores ligados à política agrícola.

a) O Instituto Brasileiro do Café e o Instituto do Açúcar e do Alcool são diretamente subordinados ao Ministério da Indústria e Comércio.

b) A Comissão Executiva para o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira (CE-PLAC) é vinculada ao Ministério da Fazenda. O Ministro é o seu Presidente e o vice-presidente é o Diretor da CACEX (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil);

c) O preço do trigo é fixado pelo Conselho Monetário Nacional, por sugestão da SUNAB, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura. A SUNAB, por sua vez, é responsável pela importação que se realiza por intermédio do Banco do Brasil. A política de plantio, de financiamento e de colocação dos moinhos é de atribuição do CTRIN, que quer dizer Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional. Por sua vez, este departamento pertence ao Banco do Brasil.

d) os preços mínimos são propostos pela Comissão de Financiamento da Produção, do Ministério da Agricultura, e aprovados pelo Conselho Monetário Nacional;

e) o principal apoio financeiro prestado à agricultura provém do Banco do Brasil. O Banco Central, contudo, mantém programas específicos de refinanciamento. Recursos do

Banco Central são levados à agropecuária por toda a rede bancária. O Banco Central, além disso, administra diversos fundos especiais de financiamento, constituídos com recursos nacionais e estrangeiros. Entre esses programas se inclui o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agro-Indústria do Norte e do Nordeste). É importante notar que o Banco Central não mantém apenas uma atividade normativa, no campo do crédito, influenciando diretamente na formulação e na condução de alguns programas específicos de desenvolvimento agropecuário;

f) a política de abastecimento, da qual a SUNAB participa como órgão executor, reflete decisões tomadas ao nível do Conselho Monetário;

g) as isenções fiscais dependem de deliberações tomadas no Ministério da Fazenda e no Conselho Monetário. As secretarias de finanças dos Estados perderam, ultimamente, parte da autonomia com que se vinham conduzindo nesta matéria. As isenções a nível estadual dependem, por acordo firmado no último ano, de aprovação do conjunto dos secretários de Finanças de todo o país;

h) programas especiais de apoio ao desenvolvimento agropecuário e agro-industrial (como o PROTERRA) são executados com a participação de organismos ligados a vários ministérios (da Fazenda, Interior, Agricultura e Planejamento);

i) o Ministério da Agricultura executa principalmente os trabalhos de apoio técnico, dispondo, para isso,



O trigo, como dos demais produtos agrícolas, obedece a orientações e a mais variadas

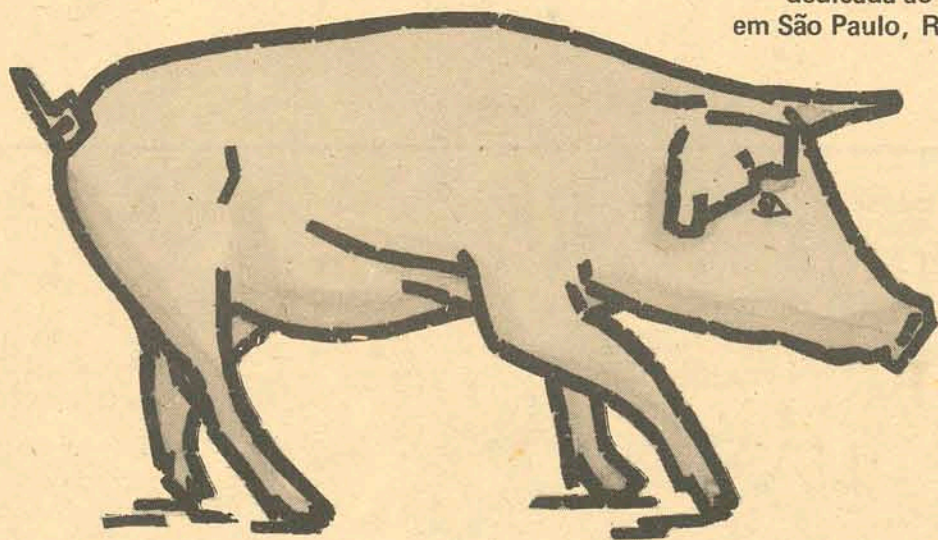
dos departamentos nacionais de Produção Vegetal e Animal, Pesquisa Agropecuária, Engenharia Rural, Serviços de Comercialização e Meteorologia. Recentemente, o Ministério da Agricultura atribuiu a um novo organismo (a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRASA) a responsabilidade de conduzir a política de investigação científica e tecnológica. Com isso espera-se que se verifiquem, também nessa atividade, as vantagens que a administração descentralizada tem proporcionado a outros setores do governo. A Própria

EMBRASA, no entanto, não assume a responsabilidade total pelo desenvolvimento da pesquisa, uma vez que tarefas de importância básica, tais como a reestruturação da carreira e a recomposição dos níveis salariais dos pesquisadores, ultrapassam a sua competência, caindo no âmbito do Ministério do Planejamento.

A primeira vista, é difícil perceber no meio deste emaranhado administrativo, algum elemento unificador das várias linhas de ação. No entanto, é possível identificar um foco de orientação geral.

O Conselho Monetário é responsável por tudo que se refere às políticas de preços e de crédito, instrumentos dos quais dependem, em grande medida, as demais políticas. Cabe ao Conselho, além disso, compatibilizar as metas de modernização da agricultura, de atendimento ao consumo interno e de contenção da alta de preços. Existe, contudo, — e esta é provavelmente a questão mais importante — uma política agrícola definida em termos de objetivos precisos de curto e de longo prazos.

PARA A SAFRITA, 4 TONELADAS DE CARNE SUINA, POR DIA, É ROTINA.



A SAFRITA — S.A. FRIGORÍFICOS ITAPIRANGA, dedicada ao abate de suínos, comercializa os seus produtos em São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Ceará. E Santa Catarina, é claro. Na SAFRITA, a produção de 4 toneladas de carne suína, diariamente, é coisa de rotina. E está preparada para muito mais. E tem o transporte da produção assegurado por uma frota de 20 caminhões-frigoríficos. A SAFRITA é a sociedade que congrega o maior número de associados no Oeste Catarinense. E já tem processo encaminhado ao Banco Central do Brasil para operar no Mercado de Capitais. Afinal, carne suína congelada e salgada, além da banha, que constitui a sua produção, representa dinheiro vivo.

MATRIZ: BAIRRO SANTA TEREZA — FONE, 63 e 97 — END. TELEGRÁFICO: "SAFRITA" — ITAPIRANGA — S.C.
FILIAL 1: RUA MENDES CALDEIRA, 175 — TELEFONES: 227-1141 — 227-8918 — SÃO PAULO — S.P.
FILIAL 2: RUA ALCÂNTARA MACHADO, 36 — SALA, 609 — TELEFONE 243-7313 — RIO DE JANEIRO — G.B

safrita

em S^{ta} Catarina quem pode falar de **MASSEY-FERGUSON** é **EDIBA.**

Ediba entende de Massey-Ferguson e entende de Santa Catarina como ninguém. Por isso, tem autoridade para indicar o mais moderno trator agrícola brasileiro, para você fazer, rápido e bem feito, qualquer tarefa na sua lavoura.

Pode ficar certo: em trabalhos de escarificação, aração, gradeação e subsolagem, o trator Massey-Ferguson é mais eficiente, mais seguro, mais durável, mais econômico.

- modelos com novo motor diesel de 44, 60, 72,5, 80 e 90 HP.
- sistema hidráulico de engate de 3 pontos.
- dispositivo exclusivo para controle de pressão.
- bitola auto-ajustável nas rodas traseiras. — direção hidráulica.
- embreagem dupla. — freios de discos duplos, blindados.
- redução final epicíclica.

Compre tranquilo seu trator **MASSEY-FERGUSON**. **EDIBA** garante perfeita assistência técnica, com peças genuínas e mecânicos treinados na própria fábrica.

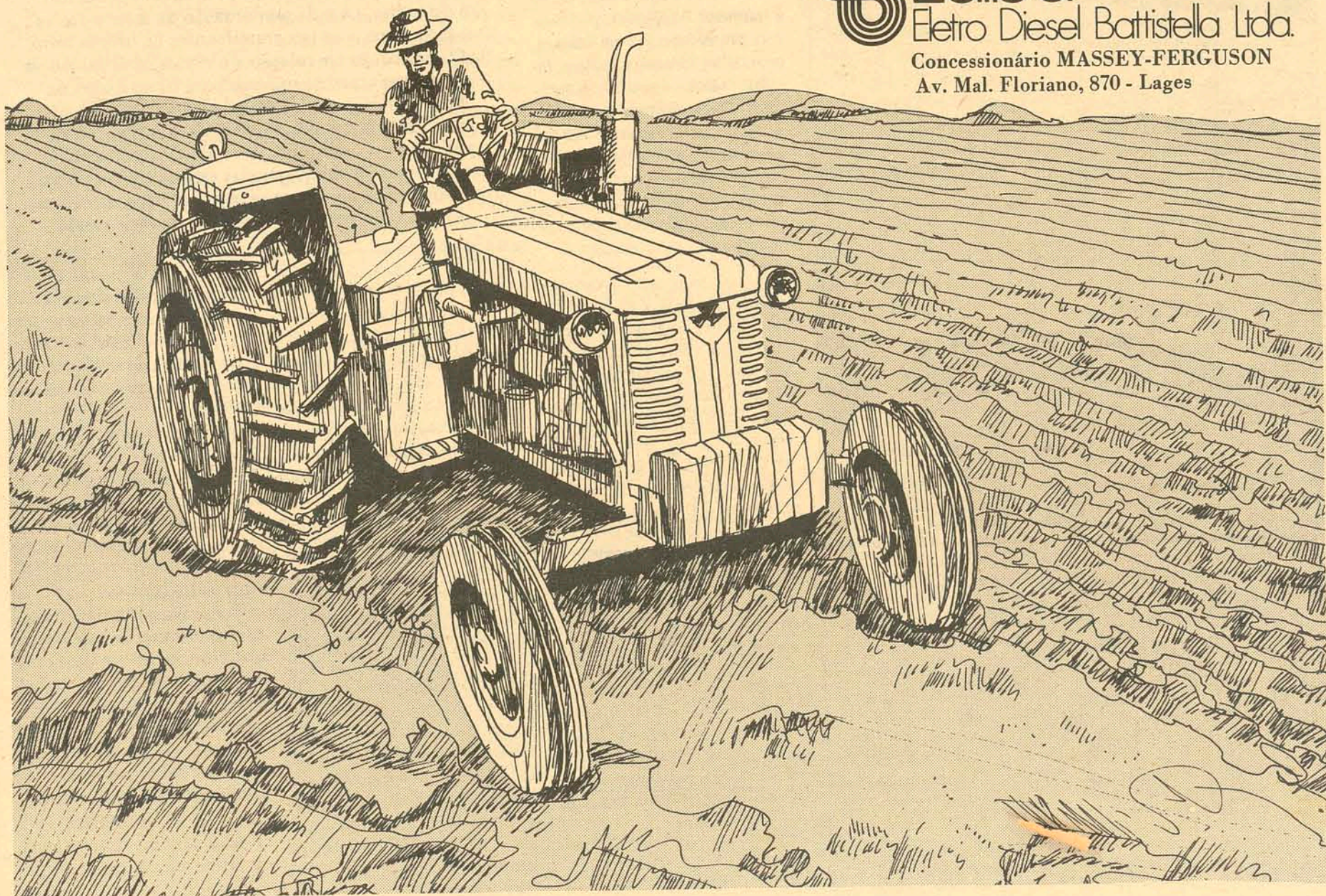
MASSEY-FERGUSON -
para cada serviço na lavoura
um implemento adequado:

- arados de 3, 4 e 5 discos • arado escarificador de 5 a 11 braços • grades de 24, 28 e 32 discos • distribuidor de calcário • cultivador • semeadeira-adubadeira • plantadeira de 2 e 4 linhas • colheitadeira automotriz para cereais • enfardadeira totalmente automatizada • condicionador de forragem • roçadeira • plaina • carreta • plataforma transportadora.

Falou, está falado:

MASSEY-FERGUSON em Santa Catarina é **EDIBA.**

 **Ediba**
Eleto Diesel Battistella Ltda.
Concessionário **MASSEY-FERGUSON**
Av. Mal. Floriano, 870 - Lages



Seja na lavoura, na pecuária, na pesquisa agrícola, no cooperativismo, muito se faz para o desenvolvimento da agricultura estadual. Mas os problemas não são poucos.

No Estado, o campo é alvo e palco de muito esforço. Seu crescimento, porém, ainda é difícil.

Para que se possa manter um crescimento geral da economia da ordem de 10% é necessário que, no mínimo, o setor agrícola cresça a taxas não inferiores a 8%. Esse cálculo representa resultados médios a que chegaram alguns técnicos brasileiros e norte-americanos que estudam política agrícola.

A aceitação do problema demanda em qualquer parte do mundo, um tratamento especial

ao setor agro-pecuário, porque tem havido um descompasso exagerado entre a promoção que tem sido feita em favor da indústria e comércio da que tem visado o desenvolvimento agrícola.

O desempenho do setor agro-pecuário na última safra foi bem melhor que o da anterior, considerando-se a produção geral do Estado. As lavouras de maior expressão econômica cresceram significativamente, destacando-se a

soja com 90% de aumento e o milho 20%.

O milho é a cultura de maior importância econômica para o Estado de Santa Catarina, não só pelo volume da produção, mas, sobretudo porque é a base da alimentação do rebanho suíno e da avicultura, porquanto é o componente das rações balanceadas que entra em maior porcentagem.

Ademais, o milho é um espécie de foca da agricultura. Serve a inúmeras finalidades, podendo ser transformado em carnes, ovos, leite, manteiga, queijos, farinha, óleos comestíveis, açúcares e outros sub-produtos. Onde há milho há fartura e não foi por menos que as civilizações mais avançadas do mundo, desde as mais remotas eras, se desenvolveram ao lado das lavouras de milho.

Há 10 anos atrás colhíamos menos de 1.700 Kg. de milho, por hectare, hoje, face à técnica que vem sendo introduzida entre os produtores, a média geral do Estado já se elevou para 2.130 Kg. por hectare, a maior média de todo o Brasil, havendo cerca de 10 mil agricultores catarinenses que colhem mais de 5.000 Kg. de milho por hectare, e campeões de produtividade obtendo colheitas de 11.200 Kg por hectare, o que prova podermos produzir tanto quanto os melhores agricultores do mundo.

Com a soja está ocorrendo fato semelhante. As lavouras modernas produzem 3.500 Kg por hectare quando a média de outros Estados não chega a 1.500 kg. por hectare. Esses resultados tem sido possíveis devido ao emprego de sementes de milho híbrido, sementes selecionadas de soja, adequado preparo do so-

lo com aplicação de corretivos e fertilizantes, combate sistemático a doenças e pragas, tudo isso de maneira correta pelos agricultores que recebem orientação técnica do Serviço de Extensão Rural e o estímulo que concede o Governo, pagando parcela dos fretes daqueles insumos e ainda nos juros que incidem nos financiamentos feitos para a compra de máquinas agrícolas.

Outras culturas que oferecem boas perspectivas econômicas estão sendo também assistidas, a exemplo da batatinha, feijão, trigo, cevada e mandioca. A horticultura doméstica vem sendo difundida entre as famílias rurais visando a melhorar a alimentação das mesmas, onde quatro mil hortas já produzem mil toneladas. Um núcleo colonial de japoneses, no município de Itajaí, já colhe hortaliças, (alface, repolho, tomate, pimentão, ervilhas, couves, agrião e outras),

evoluindo rapidamente, para o abastecimento de várias cidades do litoral. Outro núcleo semelhante está sendo implantado em Caçador e o próximo será em Criciúma.

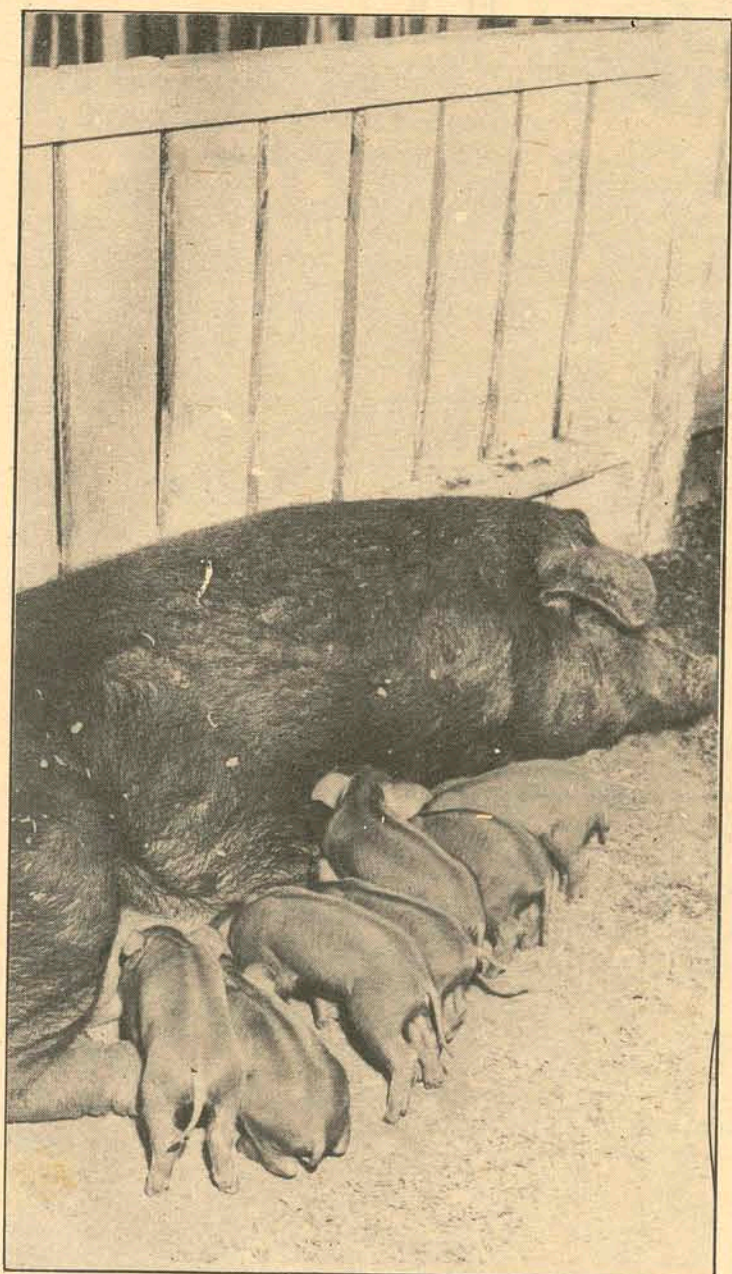
A fruticultura de clima temperado continua se expandindo de acordo com as metas estabelecidas para o projeto sendo que nos últimos dois meses foram plantadas mais de 400 mil mudas de maçãs, peras, ameixas, pêssegos, nectarinas e uvas.

Vem tomando vulto o abate de frangos e perús para corte que, até o fim do ano, passará de 12 milhões de cabeças, correspondendo a um aumento de 80% sobre o ano anterior.

Merece destaque a suinocultura tipo carne, sobressaindo-se as raças Landrace, Duroc, Hampshire e Large White. De um rebanho de três milhões e cento cinquenta mil cabeças, comercia-



Na lavoura estadual, a cultura mais importante é a do milho, base da alimentação de suínos e aves. O soja aparece com um crescimento, na última safra, de 90 por cento em relação à anterior, delineando-se como uma grande promessa para os agricultores. Na pecuária, a suinocultura e avicultura tomam vulto cada vez maior, motivando a instalação de grandes agro-indústrias. A bovinocultura também cresce, tendo recebido valiosos estímulos financeiros. E a cooperativa apresenta-se como eficaz instrumento dos agricultores, na obtenção de melhor renda.





lizamos, anualmente, um milhão e setecentas mil o que também nos confere o mais alto desfrute do Brasil. Os suinocultores que recebem orientação técnica obtêm 18 porcos por porca/ano e conseguem animais com Kg. de peso vivo em cinco meses e mais de 110 Kg em seis meses.

BOVINOCULTURA

A tenacidade do Governador Colombo Salles junto às autoridades federais, trouxe o CONDEPE para Santa Catarina quando nosso Estado havia à margem deste programa que oferece aos criadores favoráveis condições de financiamento.

Em menos de cinco meses já foram elaborados 25 projetos com a média de quase meio milhão de cruzeiros, por mutuário. O Condepe para o gado leiteiro concede empréstimos a 7% sem correção monetária e a prazo de até 12 anos/

A principal atividade na bovinocultura visa a formação de pastagens, produção de feno e silagem por ser a alimentação o maior problema da pecuária catarinense, que hoje é estimada em 2 milhões de cabeças.

Temos procurado melhorar também o potencial genético do rebanho, introduzindo reprodutores de linhagens puras de alto padrão zootécnico, de raças européias (Charoleza, Normanda, Hereford, Holandesa e outras). Uma nova raça mista foi introduzida no Estado, a raça Fleckvieh, importada da Alemanha e Áustria, a qual vem se adaptando muito bem o nosso meio.

PESQUISA

Na retaguarda dos serviços de assistência técnica aos produtores temos desenvolvido a pesqui-

sa aplicada visando a obtenção de resultados, a curto prazo, para melhor orientarmos os agricultores e criadores a trilhar os caminhos da crescente produtividade dos trabalhos.

Para tanto, o Governo mantém intercâmbio com os governos japonês, alemão, israelense e holandês dos quais recebemos, especialistas que operam lado a lado com nossos técnicos, realizando pesquisas em fruticultura, trigo, fertilidade de solos e levantamentos edáficos e laticínios. Presentemente temos dois japoneses, quatro alemães e um israelita colaborando com nossas equipes e pesquisa e, brevemente, receberemos mais um especialista em solos que trabalhará no moderno laboratório de análises recém construído.

COOPERATIVISMO

Um programa de agricultura, no Brasil, não tem sentido se não contribui para o aumento do poder aquisitivo dos produtores, sem onerar, em demasia, os consumidores, em geral.

Isto é viável se o principal esforço se concentra no abaixa-

mento dos custos de produção e da comercialização. Porisso, o Projeto Catarinense de Desenvolvimento, dá ênfase aos serviços de orientação técnica (treinamento, pesquisa e extensão), reduz o custo dos insumos modernos mediante o pagamento de fretes e juros e promove o cooperativismo.

O otimismo é a tônica geral quanto a próxima safra, por parte dos agricultores catarinenses. Mas neste ano tivemos enchentes no litoral, e no planalto houve prejuízos como gado bovino. E o plantio de trigo diminuiu em 30 por cento, relativamente a 72.

As Cooperativas agro-pecuárias, hoje, em número de 64 em todo o Estado, com mais de 40 mil sócios, recebem assistência técnica do Governo, além do subsídio de 20% do total do ICM recolhido ao tesouro. Com estes recursos e mais os financiamentos concedidos pelos bancos

oficiais, as Cooperativas já construíram armazéns e silos com a capacidade atual para guardar 220 mil toneladas estáticas de cereais.

A Cooperativa elimina algumas intermediações na comercialização, transferindo aos produtores, a parcela de lucros correspondente, aumentando, portanto, as suas rendas.

A PRÓXIMA SAFRA:

Não faz muito tempo que o ex-Secretário da Agricultura Luiz Gabriel afirmava ser necessário dar mais apoio aos produtores porque havia um grande desânimo no meio rural.

Embora ainda haja muito que fazer, nota-se que, na maior parte do Estado reina uma expectativa otimista entre agricultores e pecuaristas.

A modernização da agricultura tem gerado bons preços porque só se alcançam bons preços quando o produto é de boa qualidade e obtido aos custos mais baixos possíveis. A prova disto é que hoje podemos exportar in-

meros produtos agrícolas em competição com os mercados internacionais.

Os mesmo produtos que há pouco mais de 10 anos eram gravosos. Esta expectativa, apoiada pela política de preços mínimos do governo federal, tem estimulado os agricultores catarinenses a modernizar suas lavouras e criações, a produzir mais milho, soja, carnes, visando exportar para outros Estados e para o exterior.

OS MAIORES OBSTÁCULOS

Temos enfrentado alguns reveses no empenho para modernizar a agro-pecuária.

As três últimas safras foram altamente prejudicadas por enchentes, chuvas de granizo, geadas tardias e outros fatores climáticos de difícil controle.

Este ano, apesar da boa colheita em geral, tivemos as enchentes prejudicando todo o litoral, principalmente a lavoura de cana. A criação do gado bovino também sofreu grandes prejuízos no Planalto e Litoral devido ao excesso de chuvas que causou muito dano às pastagens

Outro problema foi o baixo preço fixado para o trigo em cima de uma safra frustrada devido ao mau tempo.

A consequência foi uma redução drástica do plantio em mais de 30% da área.

Finalmente, outro obstáculo que tem retardado um crescimento mais acelerado do setor agrícola, racional da economia, vem sendo os limitados recursos oficiais que são destinados para o setor.



A originalidade da
estrutura agrária estadual
trouxeram o INCRA para SC.
O M.A. atua através de
vários convênios.

A estrutura agrária e a pesquisa são os objetivos do INCRA e M.A. em SC.

O INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Agricultura, tem por finalidades promover e executar a reforma agrária, visando a corrigir a estrutura agrária, adequando-a aos interesses do desenvolvimento econômico e social; promover, coordenar, controlar e executar a colonização; promover o desenvolvimento rural através da coordenação, controle e execução, preferencialmente, das atividades de cooperativismo, associativismo e eletrificação rural.

Em Santa Catarina, a coordenação do Instituto tem sede em Florianópolis, onde estão instalados os setores de Cadastro e Tributação; a Divisão Técnica — cuja tarefa principal é o cumprimento da Lei 5.764, que dá ao INCRA a atribuição de fiscalizar e coordenar o cooperativismo no Estado. Estão afetos ainda a Divisão Técnica o sindicalismo rural, eletrificação rural, crédito às cooperativas e a colonização.

No interior, conta o INCRA com uma sub-unidade, — o Projeto Fundiário, já em funcionamento na cidade de Chapecó, com função específica da regularização fundiária da faixa de segurança nacional, que é a área compreendida desde a fronteira até 150 quilômetros dentro do Estado.

O PROJETO FUNDIÁRIO

Este projeto atua, especificamente, nesta área e com a função específica e determinada da regularização da estrutura fundiária, sendo o seu principal problema, dentro da estrutura fundiária, a falta de titulação ou a titulação legítima de terras. Desta forma, o INCRA se propõe a regularizar esta situação.

É considerado como o mais importante trabalho que está sendo executado pelo Instituto em Santa Catarina.

Sua área de atuação é de aproximadamente 14 mil quilômetros quadrados, onde existem cerca de 40 mil propriedades, existindo ainda, na região, algumas áreas devolutas, de propriedade da União. O montante destas propriedades ainda é desconhecido.

Na área do projeto vive uma população de aproximadamente 500 mil habitantes e deverão ser aplicados recursos da ordem de 1.800 mil cruzeiros durante o corrente ano.

Segundo previsão do INCRA, o Projeto ocupará 61 funcionários. No total, são 43.490 propriedades, das quais 90 por cento são minifúndios, 9 por cento latifúndios por exploração e menos de 1 por cento de empresas rurais. A maioria dos títulos de terras lá existentes são provisórios, emitidos pelas ex-Colônias Militares, e que não constituem prova de domínio.

O MINIFÚNDIO

Neste setor o INCRA procede uma fiscalização, objetivando impedir que o número de minifúndios aumente. A realização deste trabalho cabe a Divisão de Cadastro.

Atualmente, nenhum proprietário pode criar novos minifúndios. Nos últimos cinco anos, prazo em que este trabalho vem sendo efetuado, muitas propriedades deixaram de existir. Se este número de propriedades diminui, é porque, além de não estar havendo um fracionamento, estará havendo, embora em proporções pequenas, uma aglutinação de propriedades, transformando desta forma o minifúndio em empresa rural.

Pela adoção de moderna tecnolo-

gia, as empresas rurais vem causando o êxodo rural, uma vez que a cada dia é menor o número de pessoas necessário para cultivar uma determinada área, o que faz com que os trabalhadores procurem as cidades.

A COLONIZAÇÃO

Atualmente, os projetos de colonização devem ser aprovados pelo INCRA. Esta medida vem sendo tomada a fim de evitar que ocorra como no passado, quando existiam em Santa Catarina um grande número de firmas colonizadoras, que transformaram o Oeste do Estado numa extensa área de minifúndios.

Além de regulamentar e fiscalizar a colonização no Estado, a principal atuação do INCRA atualmente, no que diz respeito a este setor, está na Transamazônica. No ano passado foram para aquela região 80 famílias catarinenses, num total de 495 pessoas. Por questões de adaptação climática, algumas destas famílias regressaram. Do total de famílias que para lá foram enviadas, 65 permanecem na região, satisfeitas com as condições de vida.

Atualmente, existem em Santa Catarina 35 firmas particulares de colonização, que estão funcionando irregularmente.

COOPERATIVISMO

Com relação ao cooperativismo, o INCRA vem desenvolvendo, em Santa Catarina, uma nova programação, através de um projeto integrado de cooperativismo.

Ele foi elaborado no sentido de concentrar um esforço técnico e financeiro numa área mais restrita e para adotar uma política de emancipação da área em termos de cooperativismo, trazendo, desta forma, um



maior desenvolvimento à região.

Nesse projeto, ainda em fase inicial de execução, estão sendo estudadas as características técnicas para delimitar as áreas, o que possibilitará a montagem de uma estrutura racional para a execução.

Posteriormente será executado um trabalho de reestruturação interna de cada cooperativa, a fim de cada uma delas funcione como uma unidade executora deste projeto, implantando desta forma uma nova política administrativa e operacional.

A etapa final deverá ser a adoção de métodos modernos de comercialização, inclusive a exportação direta pelas cooperativas.

Este projeto não é exclusivo do

INCRA. Integrados, atuam todos os órgãos. É administrado e executado por uma comissão formada por representantes destes órgãos.

A política do INCRA não é apenas de fiscalização das cooperativas mas, principalmente de orientação. Atualmente o Instituto realiza um curso de gerentes de cooperativas, ministrado por professores da UFSC, visando, a capacitação dos administradores.

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

O Imposto Territorial Rural é um imposto que incide sobre a propriedade rural, lançado pelo INCRA, e que faz com que 80 por cento deste



A estrutura fundiária é o grande objetivo do INCRA em SC

A SADIA

**está presente nas iniciativas de estímulo,
defesa e prestígio à agropecuária Catarinense.**

SADIA-CONCÓRDIA S/A Indústria e Comércio
uma organização industrial integrada no meio agropecuário.

imposto fique retido no próprio município, que desta forma passa a ser o maior beneficiado.

Este imposto é lançado de acordo com a área do imóvel, sua localização, exploração, técnica e outros fatores. Quanto mais e melhor for explorado o imóvel, menor será o imposto cobrado.

Desta forma, o ITR é um instrumento indireto da reforma agrária, forçando o proprietário a explorar a terra ou desfazer-se dela ou ainda, pagar por ela um imposto mais alto.

Embora em média o homem do campo de Santa Catarina seja um bom pagador, continua sendo um dos Estados que menos arrecada. Para isso, o INCRA tem duas explicações: por ser a maior parte dos imóveis minifúndios, que pagam uma taxa mínima; e por haver, de fato, uma exploração boa da terra.

REFORMA AGRÁRIA

Em Santa Catarina, a Reforma Agrária vem sendo executada principalmente por dois fatores indiretos: o Imposto Territorial Rural e a Extensão Rural, esta última porque vem elevando a produtividade e, em consequência, transformando o minifúndio em empresa rural.

A diversificação de culturas, o crédito rural, o mercado e o cooperativismo são também fatores de reforma agrária.

De uma forma direta, esta reforma vem sendo feita através da colonização, uma vez que a titulação de terras vem eliminando os posseiros, transformando-os em proprietários, uma vez que como posseiros evitam fazer investimentos sobre a terra, limitando-se a tirar dela só o necessário

para a sobrevivência e que ao ver-se com um título de propriedade na mão passa a investir e a produzir mais e melhor.

A aglutinação de minifúndios, a desapropriação e o consequente desmembramento de latifúndios, vem trazendo bons resultados. Em Santa Catarina, porém, até o momento nenhuma desapropriação foi realizada, em termos de Reforma Agrária.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — DE

Coordenar a execução de programas, planos, projetos e atividades atinentes à política nacional da produção agropecuária, a cargo do Ministério da Agricultura sob a orientação dos Órgãos Centrais nas respectivas áreas de competência; executar programas, projetos e atividades que não possam ser delegadas ou atribuídas, no todo ou em parte, mediante convênios, acordos e contratos previamente autorizados pela autoridade competente, a Órgãos Públicos ou a Entidades do Setor Privado; promover, junto às Unidades do Ministério da Agricultura que não lhes são subordinadas, as atividades prioritárias para o desenvolvimento agropecuário do Estado, são as atribuições da Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura em Santa Catarina (Dema/SC) sob a supervisão da Coordenação de 4a. Região.

GRUPOS EXECUTIVOS

Aos grupos executivos, num total de seis, cabe coordenar a execução dos projetos na área de sua jurisdição, em função da programação estabelecida pelos órgãos centrais e sob a orientação normativa e comando técnico dos respectivos departamentos.

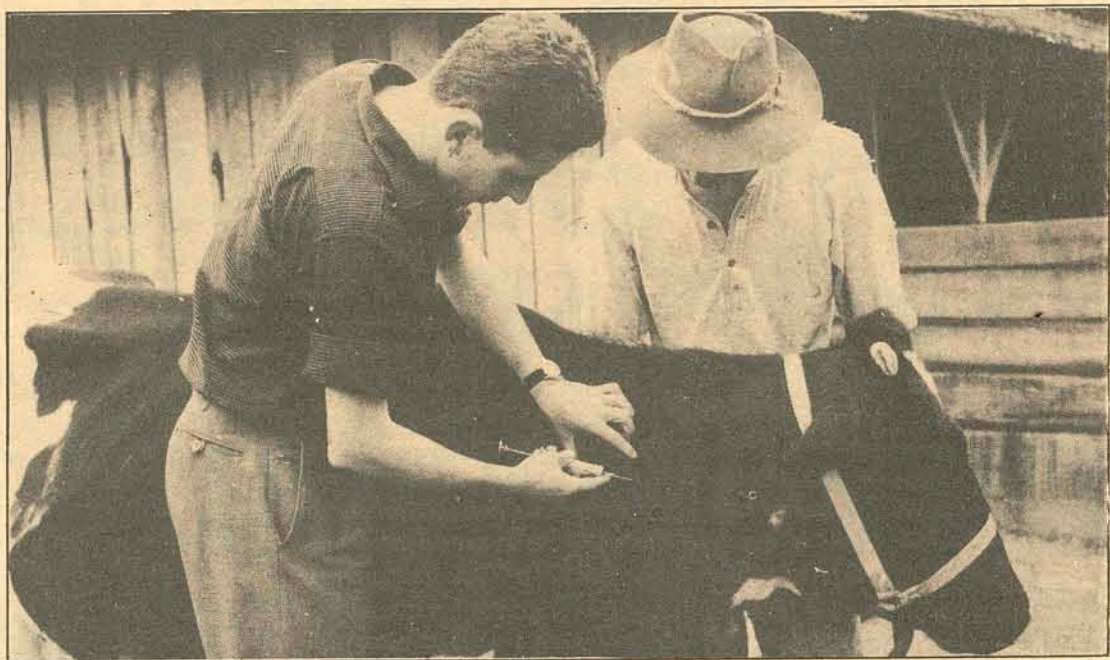
São os seguintes os seis grupos executivos da Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura em Santa Catarina: de Produção Vegetal, Produção Animal, Economia Agrícola e Comercialização, de Engenharia Rural, Executivo de Administração e Executivo de Finanças.

Na sede, em Florianópolis, são utilizados 16 engenheiros agrônomos e 11 veterinários, pertencentes ao quadro do M.A. No interior, os agrônomos são em número de 18 e os veterinários de 19.

O Ministério da Agricultura, através da Diretoria Estadual em Santa Catarina, já firmou oito convênios.

São os seguintes os convênios firmados: Campanha de Combate À Febre Aftosa, com a Secretaria da Agricultura do Estado; Campanha de Combate à Raiva de Herbívoros, com a Secretaria da Agricultura; Plano de Melhoramento da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro em Toda a Área Geográfica do Estado, com a Sec. da Agricultura e Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado

de Santa Catarina; Projeto Catarinense de Inseminação Artificial, com a Sec. da Agricultura; Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes (AGIPLAN), com a Sec. da Agricultura; Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Celebrado Entre o Governo Brasileiro e o da República Federal da Alemanha; e Classificação de Produtos de Origem Vegetal para o mercado Interno.



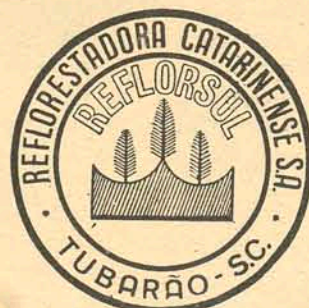
Combatendo a brucelose e outras doenças, e também na pesquisa, é que atua o M.A. em Santa Catarina

APLIQUE SEUS INCENTIVOS EM PINUS ELLIOTTI E EM EUTERPE EDULIS. ELES CRESCEM RÁPIDO.

A REFLORESTADORA CATARINENSE está tornando o sul de Santa Catarina mais verde. E mais rico, ainda. Nos dois projetos já executados e nos três em plena execução, o investimento da REFLORESTADORA CATARINENSE alcança a fabulosa importância de Cr\$ 2.498.700,00. Isto,

trocado em miúdos, isto é, trocado em árvores, atinge, também, um número importante: 5.000.000. São cinco milhões de árvores que tornam o sul mais rico. E mais verde. É hora de você transformar os seus incentivos em pinus elliottii e em euterpe edulis. Eles crescem rápido.

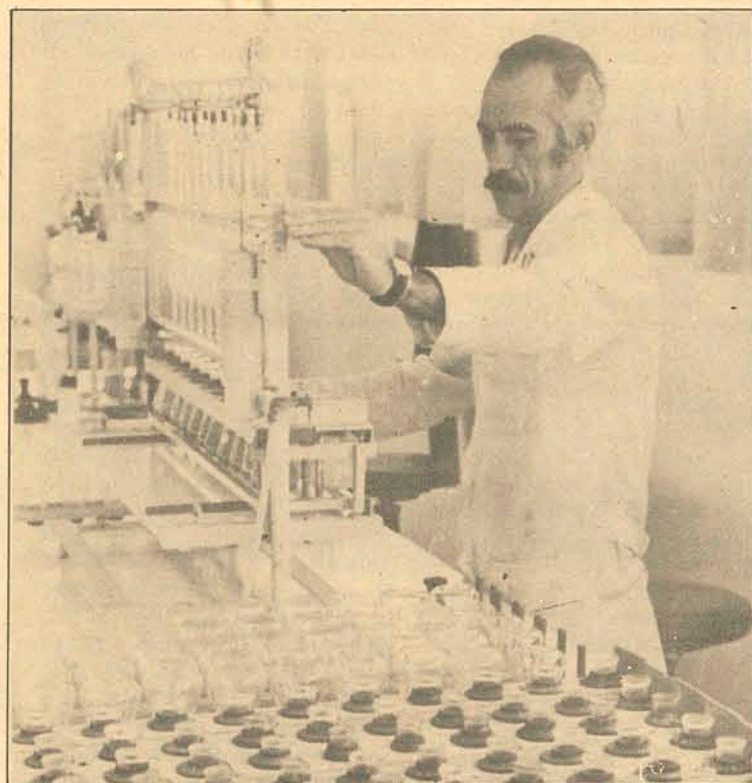
Reflorestadora
CATARINENSE S.A.
TUBARÃO SC



AVENIDA EXPEDICIONÁRIO JOSÉ PEDRO COELHO N. 1050 FONE 1654 - 1942 - 1251

Cinco são as estações de pesquisa agrícola em Santa Catarina, e, como vem atuando, não tem atendido as necessidades estaduais. Espera-se que com a criação da EMBRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — a situação mude radicalmente, na medida em que o Estado possa contar com os recursos destinados pelo Governo Federal à empresa, que desenvolverá vários programas.

Pesquisa agrícola: fator básico para o crescimento do setor, ainda é feita em pequena escala em SC.



Para realizar pesquisas e experimentos agrícolas, Santa Catarina, um Estado que tem na agricultura um dos fatores mais importantes de sua economia, conta com apenas cinco estações experimentais.

Nestas estações, localizadas nas cidades de Caçador, Videira, Lages, Chapecó e Urussanga, trabalham apenas 21 técnicos, encarregados da realização dos experimentos.

Desta forma, da maneira como vem sendo feita, a pesquisa agrícola em Santa Catarina não vem atendendo as necessidades do Estado.

Isso vem ocorrendo em função da falta de recursos humanos e financeiros, que não dão possibilidades nem as condições necessárias para o desenvolvimento dos experimentos.

Estas estações experimentais fazem parte do Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Sul — IPEAS, com sede na cidade de Pelotas — Rio Grande do Sul, e são mantidas pelo Governo Federal, contando ainda com a colaboração do Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura e ACRESC, que colabora com recursos financeiros e humanos.

Entretanto, a situação de Santa Catarina não pode ser considerada como uma exceção. Praticamente em todos os estados brasileiros, as pesquisas que dizem respeito à agricultura não vem tendo o desenvolvimento desejado.

A isso pode ser atribuída a baixa eficiência da agricultura brasileira, que, em larga medida, está associada às condições de produção e de transmissão de conhecimentos.

Porém, o Brasil pode ser considerado como um País que conta com uma certa tradição no que diz respeito a pesquisas agrícolas. Desde o último século vem funcionando no Brasil alguns centros de pesquisa que, apesar de todas as dificuldades, conseguiram formar pessoal qualificado.

Um exemplo disto, desta tradição, é o Instituto Agronômico de Campinas, fundado por D. Pedro I em 1887. Entretanto, embora conte com esta tradição, a pesquisa agrícola foi negligenciada durante longos anos pelos governos, que não se preocuparam em elaborar uma política de investigação nem proporcionar aos cientistas e tecnólogos condições para o desenvolvimento de uma vida profissional.

DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA TECNOLÓGICA

Neste ano, a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo publicou um livro, denominado Desenvolvimento da Agricultura Paulista. Nesta obra, elaborada com a colaboração de técnicos e cientistas nacionais e estrangeiros, está retratada a situação da pesquisa naquele estado, considerando o mais rico do País e, por extrapolação, nas demais unidades da federação.

Dizem os técnicos que "São Paulo realizou consideráveis investimentos em ciência e tecnologia e os resultados são bem conhecidos. O Estado possui o melhor sistema de pesquisa e de extensão agrícola do País, e, como se observou, os resultados destes investimentos foram substanciais. Entretanto, o Estado jamais teve uma explícita política tecnológica ou científica. A consequência foi um infeliz desperdício de recursos escassos. Além disso, a ausência de uma política definida provocou, nos últimos anos, uma deterioração do sistema de pesquisa, assim como o fracasso na tentativa de divulgar muito do conhecimento já obtido".

"Uma dimensão crítica para o fortalecimento do sistema de pesquisa é uma política salarial racional. Atualmente, os níveis salariais dos órgãos oficiais responsáveis por este setor ficam muito abaixo dos necessários para manter um adequado corpo de pessoal tecnicamente qualificado. A marcada diferença entre os salários pagos por esses órgãos oficiais e a indústria privada re-

sultou na perda de alguns dos mais qualificados elementos de pesquisa e de extensão rural.

A EMBRAPA

Recentemente, o Ministro do Planejamento divulgou o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, no qual está incluído o Programa de Tecnologia Agrícola.

Contando com uma verba de Cr\$ 480 milhões, este programa inclui investigações no campo de tecnologia de alimentos e pesquisas sobre o trópico úmido e os cerrados.

Outra coisa prevista ainda neste programa é o Projeto Aripuanã, que prevê a construção de uma pequena cidade científica na floresta amazônica.

Porém, o principal instrumento do governo federal no setor de investigação deverá ser a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que teve seus estatutos aprovados em março último.

Segundo Irineu Cabral, Presidente da EMBRAPA, essa decisão do governo se deve à relativa ineficiência dos mecanismos em nível federal. O instrumento dis-

ponível, no caso o Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária, não possuía a flexibilidade suficiente para manejar um programa amplo e sólido, nem dispunha de grandes recursos financeiros e humanos.

Os programas da EMBRAPA devem relacionar-se às necessidades de consumo interno, de abastecimento de matérias-primas à indústria nacional e de suprimento para exportações.

Para cumprir estes programas, deverá atuar em três linhas, fundamentalmente: a) utilização de 9 institutos regionais e 90 estações experimentais do Ministério da Agricultura com tentativa de criar, além disso, novas bases de pesquisa onde elas não existam; b) realização de projetos cooperativos, com utilização de bases próprias, em cooperação com universidades, institutos de investigação e setor privado; c) contratação de serviços com universidades e institutos, para a realização de tarefas prioritárias.

Segundo seu presidente, a EMBRAPA deve ainda dedicar muito esforço à formação de pessoal, devendo desenvolver,

nos próximos dois anos, um programa de treinamento (pós-graduado e em serviço) de cerca de mil técnicos.

Articulações com o próprio governo, que fornecerá recursos orçamentários e de bancos de desenvolvimento, com o setor industrial privado, com cooperativas e com produtores individuais, que podem cooperar na realização de ensaios e demonstrações, num serviço próximo ao da extensão rural, poderão ser feitas pela Empresa.

Já tendo recebido pedidos de contratos do INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — para pesquisa de solos na Amazônia, e da SUDECO — Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste — para levantamento de solos daquelas regiões, a EMBRAPA conta com um capital de Cr\$ 200 milhões.

Suas fontes de receita devem ser o orçamento federal (com verbas específicas para a empresa) e a venda de pesquisas e de produção própria, como é o caso de alguns animais de boa categoria.



Apesar de ser feita seriamente, ainda são muitas as dificuldades que enfrenta a pesquisa em SC

se o problema de sua empresa é ativo fixo, capital de giro, expansão, reequipamento, aumento da produção, converse com o brde

O BRDE tem uma equipe especializada neste tipo de conversa.

Gente que entende de empresas e sabe das soluções. Se a sua empresa tem algum desses problemas, faça o seu projeto e vá falar com o BRDE. Se você comprovar a viabilidade técnica, econômica e financeira, o BRDE resolve o seu problema.



BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL



Segundo o Ministro da Fazenda,
todas as linhas de política
agrícola se articulam em função
de um objetivo básico: o aumento
do produto físico por unidade
de mão de obra.

Delfim Netto: "a idéia é aumentar a produtividade da agricultura nacional".

A idéia central da política agrícola, segundo o ministro Delfim Netto, é o aumento da produtividade. "Toda a política — diz ele — foi formulada a partir de uma identidade: a produção por trabalhador é igual à produção por área multiplicada pela área que cada trabalhador pode cultivar. O produto por área depende de fatores como sementes, fertilizantes, defensivos, dos corretivos de solo e da técnica de cultivo. A área que cada trabalhador pode cultivar depende de mecanização da agricultura". Exposto isto, Delfim mostra como se articulam as diversas linhas de política, em função de um objetivo básico: o aumento do produto físico por unidade de mão-de-obra.

As sementes — segundo o Ministro da Fazenda — dependem da pesquisa genética — que deve ser estimulada — para sua melhoria. É necessário então criar condições de estímulo aos pesquisadores, para apoiar a necessária pesquisa: "O maior prejuízo que os governos dos anos 50 e 60 causaram ao país — diz o ministro — foi a quase destruição da pesquisa, com uma política de salários baixos".

"Com o apoio que vem sendo dado à petroquímica, acredito que dentro de 2 ou 3 anos, o Brasil será grande produtor de fertilizantes. Além disso, eliminamos tarifas de importação, e quando isso não foi possível, devido a interesses da indústria nacional, criamos contingenciamentos".

"Demos também taxa de juros de 7% para compra de fertilizantes, de defensivos e de calcário, que é o principal corretivo de solo no Brasil. Fizemos a mesma coisa com os tratores e eliminamos o IPI e o ICM para todos os insumos modernos. Depois mandamos tudo ao Conselho Interministerial de Preços, CIP, para garantir que a redução de impostos fosse realmente transferida para a agricultura. Com tudo isso, a relação preço dos fertilizantes/preços agrícolas e a relação preço dos tratores/preços agrícolas, caiu praticamente à

metade entre 67 e 73. Como complemento, praticamente eliminamos o Imposto de Renda da Agricultura por 10 anos, a partir de 1969".

Todo esse trabalho é caracterizado por Delfim Netto como "um esforço que toda a sociedade brasileira financia, possibilitando obter as respostas que obtivemos".

Esse esforço compreende basicamente, a manipulação de estímulos financeiros, fiscais e de preços, ao nível de decisão do Conselho Monetário Nacional. A ele está associada uma crença nas possibilidades de rápida expansão do produto agrícola. As opiniões a respeito nem sempre foram tão otimistas, e Delfim Netto enfatiza essa mudança de perspectiva como um evento de grande importância.

"A proposição de que a tomada de consciência dos problemas da agricultura brasileira sempre ocorreu nas crises de abastecimento das grandes cidades é tão geral que não pode ser aceita nem contestada. Crises de abastecimento existem desde os tempos de colônia. Acho que houve uma tomada de consciência quando se abandonou a teoria de que a oferta agrícola é inelástica, quando se começou a acreditar que a agricultura poderia converter-se em atividade razoavelmente capitalista. Acho que, nesse momento, houve uma mudança radical na política.

"Se se pensar no passado recente, lembrar-se-á que por 1940, apareceu o problema prático do controle de preços. Entre 40 e 50 houve um período em que o controle e a liberação de preços foram intermitentes, fenômeno que mais ou menos se repetiu na década de 50. Nessa década surge um fato importante. As condições históricas observadas no período anterior levaram à teoria de que a produção agrícola não responde aos preços. Essa teoria, no fundo, informou a política agrícola nos anos 50 e 60, em parte. Ao lado disso, nenhum investimento se realizou — a não ser um pouco em São Paulo — na pesquisa agrícola.

Depois, os governos paulistas tranquilamente destruíram tudo com sua política salarial".

"Em 63, a teoria da inelasticidade da oferta agrícola encontrou no Plano Trienal sua expressão mais extraordinária como elemento de política. Após 64, tivemos o que considero uma mudança fundamental: uma tentativa de saber se a teoria era correta ou não, por meio de uma liberação praticamente geral dos preços. Quando isso aconteceu, o preço da carne chegou a tal nível que o Presidente Castelo mandou caçar boi de helicóptero. Era natural que aquilo acontecesse, porque, no primeiro momento, os preços sobem muito, e depois, num ajustamento progressivo, vão caindo".

"De 67 em diante, tivemos uma política de preços consistente, marcada por duas inovações que considero importantes. Em primeiro lugar, em 67 estabelecemos a política de preços mínimos, com obediência a uma única condição: que o preço interno multiplicado pela taxa cambial fosse igual ou menor que o preço externo. Com a introdução do câmbio flexível, em 68, completou-se a ligação da agricultura com o exterior, começando aí uma reação muito forte da produção".

"Em 69, novo passo importante: o presidente Médici decidiu que o orçamento monetário poderia ser usado para controlar a expansão monetária com qualquer instrumento, menos com a restrição do crédito à agricultura. Tudo que se plantasse tinha que ser financiado. Era preciso compensar isso de algum modo. Começou-se, então, com um open-market muito rudimentar, para recuperar o excesso de liquidez. Já em 69, os bancos foram obrigados a aplicar 10% de seus recursos no crédito rural (mais recentemente, essa parcela foi aumentada para 15%).

"A partir daqui, se tem uma formulação razoavelmente consistente da política agrícola. Em primeiro lugar, fixa-se o preço mínimo estimando-se qual será o preço externo no ano seguinte (determina-se o preço em julho



para a colheita de abril/maio do outro ano). Isso dá a primeira estimativa. Depois vem o cheque: toma-se o preço de mercado em julho e verifica-se se o preço mínimo não é tão alto que possa puxar o preço para cima. É preciso levar em conta, além disso, a taxa de juros, elemento decisivo para que o agricultor resolva ou não estocar seu produto. Outro ponto: quando a escassez de um período determina uma alta de preços, não se tenta baixar o preço do período seguinte, mas puxar o preço mínimo para lá, incorporando a inflação realizada. Graças a esse mecanismo, inverteu-se violentamente a relação de troca em favor da agricultura".

"Paralelamente, decidiu-se agir sobre os insumos agrícolas. Fixamos em 7% a taxa de juros para todo insumo moderno. Isso permitiu multiplicar por quatro a produção de tratores. Além disso, tiramos todo o IPI e todo o ICM desses insumos".

"Com tudo isso, deu-se grande expansão na agricultura. A agricultura do centro-sul, sem café, vem crescendo a média de 8 a 9% ao ano, e, desde 69, a mais de 10%".

"Ao lado disso, tivemos dois ou três problemas graves: dificuldades com o café e infelicidade com o trigo. Mas são coisas que nada tem a ver com a questão dos preços".

"Certas pessoas — prossegue o Ministro da Fazenda — não compreendem que a política de preços mínimos não pode sancionar a baixa produtividade. O preço mínimo do trigo para este ano foi estabelecido de modo que quem produzir menos de 800 quilos por hectare tenha prejuízo, mas o lucro cresce rapidamente a partir desse volume".

"Uma coisa que não tem sido compreendida e que os vozeiros da agricultura confundem — coisa elementar — é que o custo médio da produção é diferente do custo médio da produtividade média".

Lembra o ministro que quando compareceu ao Congresso Nacional para falar sobre política econômica, abordou aquele assunto. Na ocasião, apresentou aos congressistas um gráfico em que tentava relacionar, por uma curva, diversos custos de produção e diversos níveis de produtividade. Pelo gráfico, verificava-se que quem produzisse no valor modal de 1.100 quilos por hectare teria um lucro de 27% (o valor modal, em análise estatística, refere-se ao elemento de maior frequência). Naquela exposição, disse Delfim:

"O problema da curva de custo leva-nos a uma questão extremamente importante, que tem sido confundida de maneira quase trágica. Calcula-se o custo da produtividade média, que é confundido com o custo de produção, cometendo-se um erro elementar de lógica, porque se deixa de ponderar a frequência de produtividade de custos equivalentes.

"De vez que a distribuição da produtividade é frequentemente apresentada por uma curva de assimetria positiva — em que a moda é menor do que a média aritmética — isto significa que sistematicamente se infla o custo médio de produção. Um exemplo: a Fecotriga estimou o custo em Cr\$ 36,79 e a Assessoria em Cr\$ 33,12. Mas o custo médio efetivo, utilizando-se a curva, isto é, ponderando-se a distribuição pelas produtividades de cada classe, é de Cr\$ 31,12. Resultado semelhante poderá ser apurado em outros casos".

Analisando a possibilidade do controle de preços envolver sempre o perigo de uma redução da oferta, Delfim Netto argumenta com a flexibilidade desse controle:

"Na verdade — responde Delfim — o controle que existe é bastante flexível. Está deixando que todos tenham lucros subs-

tancialíssimos. O que se faz é simplesmente cortar certos efeitos provenientes do exterior. Se deixássemos a soja subir até 400 dólares, até onde seria necessário elevar o feijão? Além disso, a soja voltaria, dentro de algum tempo, a 180. Não tenho dúvida de que essa farra de preços altos no exterior pode durar no máximo mais uns 18 ou 24 meses. Quanto à soja, não acredito que volte a ficar abaixo de 160 dólares”.

Ainda segundo Delfim, é pouco provável que, numa situação

como a atual, qualquer preço fixado pelo governo venha a provocar, entre os produtores, manifestações de contentamento: “É uma questão humana. A carne saiu de 8 cruzeiros a arroba, em 67, para 80 há alguns meses, e o pessoal continuou chorando. Se se liberasse a carne e continuassem os preços internacionais que vemos hoje, o pessoal continuaria chorando da mesma forma. O que importa não é o que se ganha, mas aquilo que poderia ganhar e o governo não deixou. O caso do café é típico — “deu pre-

juízo” nos últimos 50 anos, e continuam plantando”.

Sobre a importância real que o governo confere à reforma agrária dentro da política voltada para o aumento de produtividade, assim se expressa Delfim Netto:

“O governo realmente dá alta prioridade ao problema de mudanças na estrutura agrária. Basta ver os recursos postos no INCRA. Claro que só se usará essa solução nas regiões em que o problema da propriedade da terra é crítico, isto é, onde a terra é

escassa. O caso típico é o da Zona da Mata. Não há meio de transformar a agricultura em atividade capitalista com propriedades imensas. A agricultura tem ganhos de dimensão apenas até certo ponto. Além desse ponto, temos má utilização da terra. Isso depende, naturalmente, da natureza do cultivo e das possibilidades de mecanização. E também há problemas de recursos humanos. Uma fazenda com 25 a 30 trabalhadores é uma indústria, incompatível com a capacidade que exige”.

“Certas pessoas não compreendem que a política de preços mínimos não pode sancionar a baixa produtividade, confundindo custo médio de produção com custo médio da produtividade.”

O NEGÓCIO É FINANCIAR A AGRICULTURA

A Carteira de Crédito Rural do Banco do Estado de Santa Catarina, totalmente reestruturada no Governo Colombo Machado Salles, está participando ativamente no financiamento da Agricultura e Pecuária catarinenses.

Em 1970 foram aplicados 139 milhões de cruzeiros. Em 1972, o montante foi de 40 milhões e em 1973 os financiamentos agropecuários deverão atingir 80 milhões de cruzeiros.

O Besc somente financia empresas que contam com assistência técnica permanente através da Secretaria da Agricultura, Acaresc e escritórios técnicos particulares.

Aplicação do Besc em

Crédito Rural no período de 1970 a agosto de 1973.

ANO	VALOR Cr\$
1970	13.906.080,00
1971	18.813.017,00
1972	40.010.503,97
1973 (previsão)	80.000.000,00
Valor médio de financiamento:	
1971	5.385,00
1972	14.053,00
1973	21.931,00

Número de financiamentos e valor dos 10 principais projetos liberados em 1972 pelo Besc.

Clas.	Atividade Principal	No. de Proj.	% Proj.	Cr\$	Valor	% Valor
1a.	Suinocultura	864	30,34	9.703.040,20	24,25	
2a.	Gado de Corte	192	6,74	5.816.094,00	14,53	
3a.	Cult. de Soja	148	5,19	5.550.026,70	13,87	
4a.	Avicultura	56	1,96	4.088.681,34	10,21	
5a.	Fruticultura	56	1,96	3.167.668,50	7,91	
6a.	Cult. de Arroz	202	7,09	2.135.561,57	5,33	
7a.	Gado Leiteiro	78	2,73	1.450.489,55	3,62	
8a.	Cult. de Milho	487	17,10	1.422.989,30	3,55	
9a.	Cult. de Mandioca	196	6,88	1.381.601,50	3,45	
10a.	Outros Projetos	568	20,01	5.294.351,31	13,28	
T O T A L		2.847	100,00	40.010.503,97	100,00	

Os principais projetos financiados em 1972 foram: Suinocultura 24,25% — Gado de Corte 14,53% — Cultura de Soja 13,87%. A região Oeste, onde mais se desenvolve a agricultura catarinense, obteve cerca de 50% do volume de financiamentos.



Em 1972 cerca de 82% dos recursos financeiros foram destinados a investimentos. Isto demonstra a expansão e modernização da agropecuária catarinense.



O Besc tem sido o principal agente do Condepe, tendo até o momento liberado 8 financiamentos no valor de Cr\$ 5.983.554,00.

GRUPO FINANCEIRO BESC



Banco Central, Banco do Brasil, e os bancos da rede comercial são os financiadores da agropecuária nacional, proporcionando-lhe boas condições de crescimento

De origem externa ou não, os recursos à disposição da agropecuária nacional são cada vez mais volumosos e baratos. E o BB ainda é o maior financiador.

O Banco Central mantém diversas linhas de apoio à agropecuária. Sua linha básica é formada, atualmente, pelos Programas Estaduais de Crédito Agrícola, que, a partir de 1970, substituíram os Contratos de Refinanciamento (CRs). Os CRs, que se faziam por repasses de recursos aos bancos privados, já foram congelados pelo Banco Central, mais ainda restam alguns saldos, pois os prazos eram longos.

Os PESAC constituem uma tentativa de refinar as operações dos bancos privados segundo graus de prioridade estabelecidos pelos governos federal e segundo as peculiaridades de cada Estado. Nesses programas, tenta-se orientar a aplicação de recursos no sentido de apoio à investimentos (existem linhas de crédito de até 12 anos). As dotações dos PESACs atingiram Cr\$ 625 milhões em 1970, Cr\$ 645 milhões em 1971, Cr\$ 905 milhões em 1972 e, em 1973, podem alcançar, segundo estimativas disponíveis em agosto, Cr\$ 1,3 bilhão. Esses programas são mantidos com recursos nacionais.

O Banco Central mantém, ainda, programas ligados à utilização de recursos externos. O BID-71, por exemplo, destina-se ao financiamento de pequenos e médios produtores rurais, com grau de assistência técnica mais

sofisticada que o proporcionado nos PESACs. Para este programa, são feitos pequenos projetos de investimento, analisando as propriedades, verificando os tipos de aplicação necessários, etc... Os programas associados ao BID-71 são selecionados por região. Cada banco privado envolvido nessa linha de financiamento escolhe uma região para atuar e opera somente com as agências nela situadas. Assim se torna mais fácil controlar o impacto do programa em cada caso específico.

Com recursos estrangeiros, já 2 Linhas de crédito ligadas à pecuária. A primeira é a do programa BID-205, destinada a pequenos e médios produtores de Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro. A segunda é a do programa BIRD (Banco Mundial) — 516 (hoje BIRD-868), destinada à pecuária da região centro-sul e dividida em subprojeto que cobrem: Goiás, Minas; Mato Grosso, São Paulo e Paraná; Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esta divisão se justifica pelas diferenças existentes entre as pecuárias de cada um desses grupos.

Esses projetos tem uma elevada assistência técnica, e constituem uma tentativa de aumentar a produtividade. Três são os objetivos que explicam essa meta geral:

a) aumento da taxa de natalidade,

A aplicação de recursos na agropecuária é cada vez maior. Entretanto, há uma crescente preocupação de que sejam devidamente utilizados, através de projetos adequados, que recebam orientação e assistência técnica especializada.

que oscila, no Brasil, entre 50 e 60% para 70 a 80%;

b) reduzir o período de engorda do boi, que hoje atinge 4 anos e até mais, para 3 anos. Esse objetivo já tem sido alcançado em alguns casos;

c) diminuir a taxa de mortalidade dos bezerros.

O resultado final dessas tentativas deve ser o aumento do desfrute dos rebanhos (relação entre os bois prontos para corte e dimensão do rebanho). A taxa atual é de 10 ou 11%. Na França é de 43%, nos Estados Unidos, de 35%, no Uruguai e Argentina, de 25%. O objetivo é elevá-la, no Brasil, para uma faixa entre 20 e 25%.

Da população bovina atual (cerca de 90 milhões de cabeças) pouco

mais de 9 milhões se transformam em carne, anualmente. Com um investimento mais ou menos volumoso é possível elevar esse número para uns 18 milhões. No Brasil, segundo se acredita, é possível aumentar a taxa de desfrute trabalhando com custos decrescentes, o que já não ocorre em alguns outros países.

O Banco Central está envolvido também na administração de recursos de grandes programas oficiais — como PROTERRA, PROVALLE E PRODOESTE — dos quais participam, como agentes financeiros vários outros bancos ligados ao governo. Parte dos recursos aplicado nesses programas é do próprio Banco Central.

O Banco está ligado, também, ao programa de renovação de cafezais que se desdobra em várias linhas de trabalho: financiamento para adubos, atividades fitossanitárias, recepção, etc...

No ano passado, o Banco Central financiou plantio intercalado de feijão (numa tentativa de estimular essa cultura, que esteve em declínio por alguns anos) e, em 1973, está desenvolvendo um programa de apoio à pecuária leiteira (com recursos da ordem de Cr\$ 200 milhões, que devem ser aplicados a juros de 7%).

Uma enumeração completa das atividades do Banco Central, na área

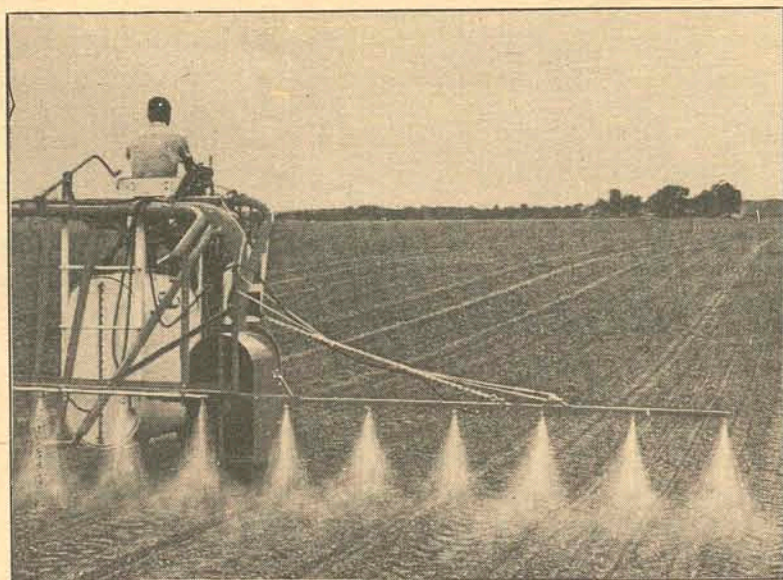
rural, deveria incluir o pagamento de subsídios para os créditos concedidos para compra de insumos modernos, programas especiais para retenção de crias na pecuária (para evitar matança prematura) e vários pequenos programas ligados à fruticultura, colonização, apoio às indústrias de insumo e beneficiamento de produtos agrícolas, etc...

O Banco procura atuar na faixa menos tradicional. Nos programas em que atua o Banco Central fica normalmente com a parte mais pesada. Os bancos comerciais procuram créditos de retorno rápido e alto, especialmente de custeio e comercialização. Embora os bancos particulares também ponham algum dinheiro, o Banco Central é quem dá a maior parte dos recursos para financiar investimentos, que tem maturação mais demorada.

Os PESACs tem juros de 15% ao ano para operações superiores a 50 salários-mínimos e de 13% para os inferiores.

Os financiamentos para compra de insumos modernos são de apenas 7%, para o mutuatário, sendo o resto financiado pelo FUNDAG (Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola, também administrado pelo Banco Central).

Entregue seus planos agro-pecuários a quem entende disso: NOVOESTE.



Nos escritórios de NOVOESTE, você encontra técnicos que realmente entendem de projetos agro-pecuários. São homens que só cuidam disso.

**PROJETOS PARA OBTENÇÃO E FINANCIAMENTOS AGRO-PECUÁRIO
RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS**

ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA EMPRESAS AGRÍCOLAS

Escritórios em CHAPECÓ, XANXERÊ, SÃO MIGUEL D'OESTE E CASCAVEL

**Engenheiro responsável em SC
Dr. Nereu Correa Jr. (CHAPECÓ)**

**Engenheiro responsável no PR
Dr. Remigio Krachke (CASCAVEL)**

Nos projetos ligados ao PROTERRA, os juros para investimentos são de 7%, e os juros para compra de insumos modernos são iguais a zero.

Os financiamentos ligados ao programa BID-256 (que absorveu o BID-71) são de 7%, mais 8% de correção monetária, mais remuneração de assistência técnica (1% sobre o valor do financiamento, mais 1% sobre o saldo devedor). O BID-205 tem apenas os juros de 7% mais 8% de correção monetária, sendo a assistência técnica financiada pelo CONDEP, sem despesa para o mutuário.

Os financiamentos para renovação de cafezais (anteriormente com juros de 3%) tiveram sua remuneração elevada para 6% para o programa 73/74. No programa de revigoração, os juros são de 7% para fertilizantes, zero para defensivos e zero para equipamentos e máquinas de defesa. No caso de taxa zero, o agente financeiro é

subsidiado. Nos outros casos, os juros são divididos entre o Banco Central e o agente financeiro.

Para a agro-indústria, os juros são de 5% mais correção das ORTN, podendo em alguns casos, ser inferiores (exemplo: calcário).

O BID-71 envolveu financiamentos da ordem de 230 milhões de cruzeiros. O BID-256, que absorveu o anterior, compreende 411 milhões. O BID-205 mobilizou 236 milhões, o BIRD-516 685 milhões. O Programa de Renovação de Cafezais envolveu, em 1971/1972, financiamentos da ordem de 256 milhões e o de 1972/1973, 1,1 bilhão. O programa de revigoração exigiu, nos dois períodos, 450 milhões.

BANCO DO BRASIL

Do total dos empréstimos do Banco do Brasil no ano passado a agropecuária recebeu 44,3%. A indústria ficou com 33,1% e o comércio com 17,8%. Os créditos a particulares alcançaram 6,8% do total.

O saldo dos empréstimos à lavoura, situado no fim do ano em Cr\$ 11,4 bilhões, apresentou crescimento de 35,9%. O saldo dos empréstimos à pecuária alcançou, em dezembro, Cr\$ 4 bilhões, com crescimento de 56% no exercício. O saldo dos empréstimos à indústria alcançou, no fim de 1972, Cr\$ 10,1 bilhões. As operações cresceram, no período, 22%.

Em 1972, os empréstimos dos bancos comerciais ao setor privado atingiram pouco mais de Cr\$ 51 bilhões, dos quais apenas 11% foram dirigidos à agropecuária. Desde 1969, a rede bancária tem sido obrigada a dirigir pelo menos 10% de seus recursos para o crédito rural. Esta parcela foi elevada, recentemente, por decisão do Conselho Monetário Nacional, para 15%.

O Banco do Brasil permanece, de qualquer forma, como a principal

fonte de financiamento da agropecuária, especialmente para as atividades de produção. Nesta área, segundo estimativa de Nestor Jost, mais de 75% do crédito são proporcionados pelo Banco do Brasil, colocando-se em segundo lugar o Banco do Estado de São Paulo.

O crédito ao produtor, para despesas de custeio e investimento, cresceu 60% no ano passado. Do saldo total — Cr\$ 9,5 bilhões em dezembro de 1972 — Cr\$ 4,6 foram destinados à renovação de safras. As compras de sementes, fertilizantes, defensivos e corretivos absorveram Cr\$ 1,2 bilhão. A participação desse item no total dos financiamentos à agricultura cresceu de 5,1% em 1970 para 10,7% em 1972.

O crédito ao produtor, para financiamento da safra, corresponde em geral, a 60% da estimativa da colheita. Em caso excepcionais, o montante pode ser mais elevado. Colhido o produto, o agricultor ou vende a mercadoria ou toma um financiamento de espera, em que o Banco do Brasil atua por conta e risco do governo. Esse financiamento se faz em geral, por 180 dias. Se, nesse período, não surgir preço melhor, o lavrador entrega o produto ao governo, sem pagar juros. Se alcançar melhor preço no mercado, o produtor liquida a dívida com juros.

O produtor se beneficia, também, de crédito para melhoramentos e equipamentos. O saldo deste item, em 1972, alcançou Cr\$ 3,2 bilhões, com crescimento de 65,6%. A maior parte desse montante destinou-se à compra de tratores e de implementos num valor de Cr\$ 1,4 bilhão.

Segundo afirma Nestor Jost, mais de 90% dos tratores e implementos agrícolas são financiados pelo Banco do Brasil. De 1961 a 1968, segundo recorda o presidente do Banco, a produção anual de tratores não ultrapassou a casa de 11 mil. De acordo com estimativas conhecidas, a produção deve ficar em torno de 36 mil, neste ano.

As operações de custeio, investimento e comercialização exigiram, em 1972, a realização de 600 mil contratos, no valor global de Cr\$ 8,2 bilhões. Os contratos de investimento, que envolveram a soma de Cr\$ 2,4 bilhões, foram 161.524.

O Banco do Brasil financia, também, as atividades de transformação de matérias primas agrícolas, aí incluídos os alimentos. Os beneficiadores recebem crédito para compra de matérias primas. As vendas de produtos industrializados são financiadas mediante descontos de duplicatas.

O Banco financia, além disso, o preparo de mercadorias exportáveis, e oferece crédito pelo câmbio, permitindo que o exportador, mediante ne-

Ao Banco Central cabe a parte mais pesada, em geral, dos programas em que atua. Aos bancos comerciais tem interessado mais os financiamentos de rápido e alto retorno, como custeio e comercialização das produções. Caso se trate de investimentos, que tem mais demorada maturação, a maior parte dos recursos é oriunda do Banco Central.

gociação das cambiais, obtenha disponibilidade em cruzeiros.

Em 1972, o saldo das operações de comercialização caiu 25,3% principalmente por causa da quebra, estimada em 76%, na safra do trigo. O Banco comprou, em 1972, apenas 682 mil toneladas de trigo, aplicando nessa operação, pouco mais de Cr\$ 376 milhões, apesar de o preço ter sido aumentado, pelo governo, em quase 10%. Na safra anterior a compra de 2.036 toneladas absorveram Cr\$ 1.155 milhões.

O saldo de empréstimos à pecuária (Cr\$ 4 bilhões) aumentou 56% principalmente por causa do apoio à bovinocultura, que absorveu Cr\$ 1,8 milhões, para operações de custeio,

compra de matrizes e reprodutores e comercialização, mais Cr\$ 1,3 bilhão para formação de pastagens, construção de estábulos, compra de tratores e máquinas, etc...

Dos investimentos totais, mais Cr\$ 720 milhões foram destinados a operação do PROTERRA e a aplicação definidas, no Relatório Banco do Brasil, como de "emergência". Dentro do PROTERRA, o Banco vem financiando, a juros de 7% e em prazos de até 12 anos, formação de pastagens, compras de reprodutores e de matrizes e também de medicamentos e de rações. Na Região Norte, para aproveitamento de pastagens ociosas, foi instituída linha de crédito especial para engorda de bois e de búfalos. Fa-

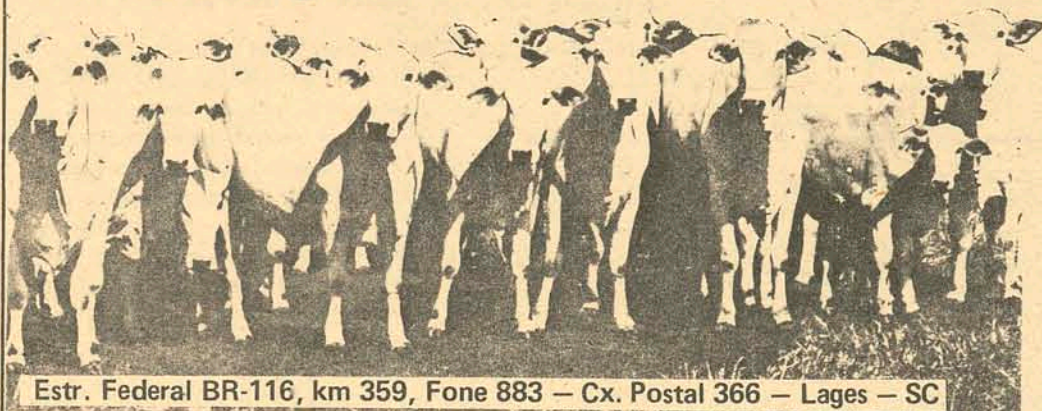
zendeiros paulistas, mineiros, e paraenses, receberam um total de Cr\$ 200 milhões para investimentos em fazendas na Amazônia.

Fora das linhas do PROTERRA e do PRODOESTE (segundo o presidente do BB, é grande a atividade de implantação de fazendas em todo o Estado de Mato Grosso), a pecuária tem recebido, ainda, recursos ligados ao CONDEP (empréstimos, com correção monetária, para desenvolvimento do setor).

O Banco do Brasil representa, de fato, mais que um grande agente financeiro. Se, de um lado, o Banco reflete a política oficial, alocando o



Além de maior matadouro, Frigoplan é o maior frigorífico.



Estr. Federal BR-116, km 359, Fone 883 — Cx. Postal 366 — Lages — SC

A FRIGOPLAN surgiu da reunião de grandes pecuaristas do Campo de Lages. E do apoio recebido do Fundesc e BRDE. Hoje, FRIGOPLAN é o maior matadouro catarinense. Abate 450 cabeças, diariamente. É o maior frigorífico, também. Não é à toa que a FRIGOPLAN já está incluída no rol dos exportadores brasileiros de carne bovina.

Companhia Planalto de Frigorífico FRIGOPLAN



crédito de acordo com as prioridades da política econômica, suas tarefas incluem, de outro lado, a transmissão de orientação e de informações ao setor agropecuário.

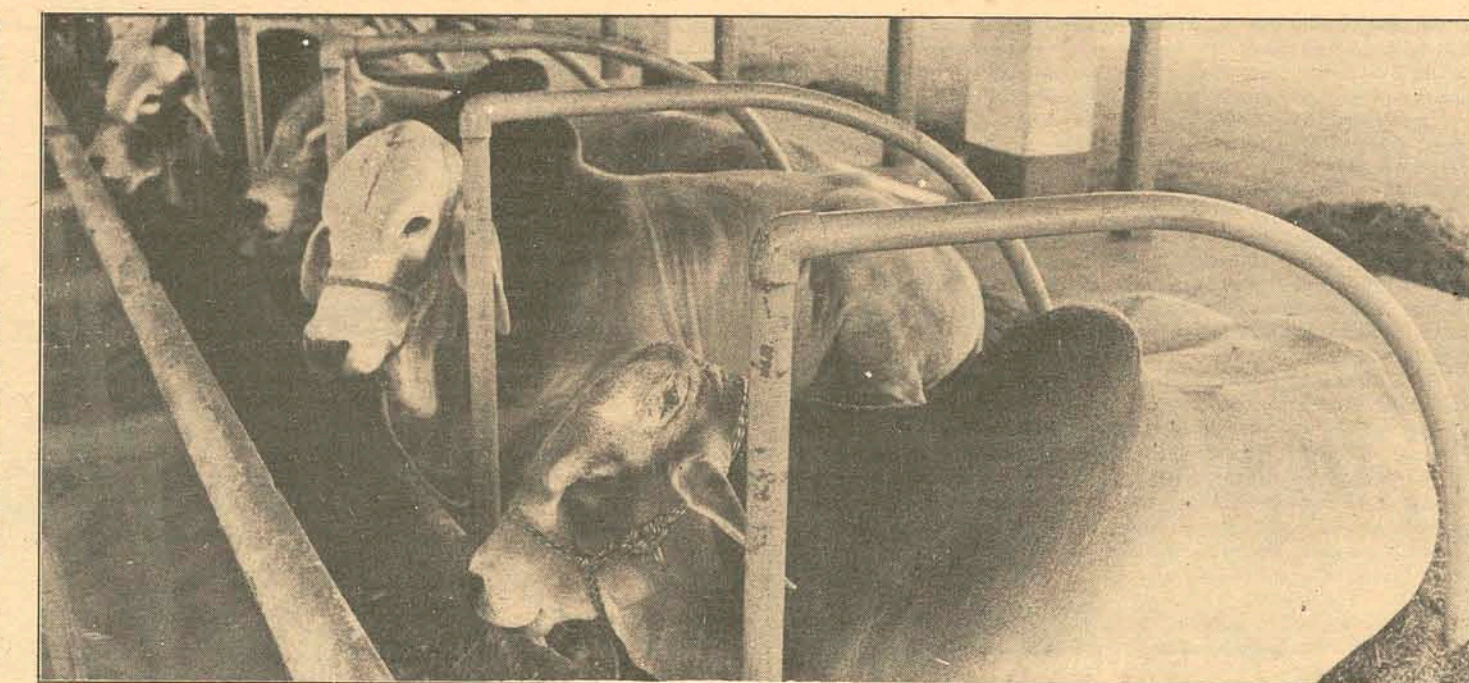
A posição do café, como produto que recebeu o maior apoio financeiro, na área da lavoura, reflete a importância que se vem dando ao Programa de Renovação e Revigoramento dos Cafezais. Com saldo de Cr\$ 2,5 bilhões em 1972, as operações de financiamento à cafeicultura registraram aumento de 49,6% no período. O Programa de Renovação e Revigoramento absorveu Cr\$ 675 milhões, correspondendo, de acordo com dados do Banco do Brasil, a Cr\$ 225 milhões de novos pés. Ao lado disso, os programas de aumento de plantio e a necessidade de enfrentar-se a ferrugem conduziram os administradores das agências ao desenvolvimento de uma campanha de informação e de esclarecimento, em que receberam ajuda de técnico do IBC. O plano de expansão e recuperação dos cafezais está sendo financiado com juros de 3%, sem correção monetária. Pelos números disponíveis, verifica-se que em 1972/73 já se antecipou o plantio previsto para o ano seguinte, o que levou o Conselho Monetário a autorizar o plantio inicialmente previsto para o 1974/1975. (A grande dúvida que se levanta, fora dos círculos oficiais, é relativa à destinação real do dinheiro; dado que a fiscalização é limitada, como se pode saber se os tomadores de financiamento estão efetivamente plantando café ou aplicando os recursos em outras atividades?).

Ao lado disso, o Banco tem facilitado assistência técnica a produtores agrícolas, renunciando, em alguns casos, uma parcela dos juros, para essa atividade. Além disso, os financiamentos são acompanhados de exigências técnicas relativas à qualidade de sementes, ao preparo da terra, à irrigação, etc...

Em cada Estado, há um inspetor de preços mínimos que viaja para colher informações que são enviadas à direção do Banco. Ao mesmo tempo, o Banco transmite, por intermédio de suas agências, informações conjunturais aos produtores. Este fluxo de informações, que se processa das agências para a direção, e da direção para a agência, é mais importante do que pode inicialmente parecer. O Banco do Brasil se constitui, em grande medida, o canal de contato de inúmeros produtores agrícolas com o mundo. Disso depende, em larga medida, a capacidade de resposta dos produtores à alterações de mercado no país e no exterior.

SANTA CATARINA

Banco do Brasil, BRDE, BESC, e bancos comerciais privados são organismos que dão a sustentação finan-



A pecuária vem recebendo mais e mais estímulos no país. Neste ano, o CONDEPE trouxe novo ânimo à pecuária estadual com sua atuação.

ceira à agropecuária catarinense, através de suas carteiras rurais. Dentro da situação existente, o Banco do Brasil aparece como o principal agente financeiro da agricultura catarinense, realizando 95% do número de empréstimos concedidos ao setor, e 85% do volume de recursos. Os outros agentes atuam em menor escala numérica, e com projetos econômicos de maior volume. O FUNDESC, oferecendo retorno de 20% sobre o ICM arrecadado pelas cooperativas às mesmas (para investimento em silos, equipamentos, etc.) aparece também como um dos agentes financeiros da agropecuária catarinense.

As políticas de aplicação, apesar de estarem subordinadas às regras do Banco Central, variam um pouco. Assim, ao Banco do Brasil não interessa o tamanho do financiamento a ser concedido — bastando que o agricultor se apresente interessado, os recursos podem ser conseguidos. Assume, desta maneira, o Banco do Brasil um risco um pouco maior do que os outros agentes financeiros, quanto ao retorno do financiamento dentro das condições previamente fixadas.

BRDE, BESC e demais agentes em geral só trabalham com projetos de financiamentos. Para isto, costumam os bancos manter convênios com a ACARESC ou escritórios particulares, especializados na preparação de projetos de inversões financeiras na agropecuária. A exigência dos projetos prende-se à política dos bancos em assegurarem-se nas operações em que participarem, quanto ao retorno e rentabilidade dos financiamentos.

Mas há pontos, como o cooperati-

vismo, em que todos os Bancos tem suas políticas bastante parecidas. Quando se trata de com as cooperativas operar, os agentes veem suas tarefas bastante condensadas, ao mesmo tempo em que se conseguem resultados bastante expressivos. Um financiamento concedido a uma cooperativa atinge a centenas de produtores, com simplificação dos trabalhos burocráticos do Banco, e a maior abrangência aos produtores.

Para executar a política de preços mínimos, o Banco do Brasil conta com uma coordenadoria regional em

Em 72, o Banco do Brasil aplicou 44,3p.c. de seus empréstimos na agropecuária. 33,1p.c. foi a porcentagem recebida pela indústria, e 17,8p.c. pelo comércio. A lavoura recebeu 35,9p.c. a mais que em 72, e para a pecuária, o aumento foi de 56p.c.

Santa Catarina. Há um inspetor regional, que periodicamente percorre as regiões produtoras de produtos agrícolas, examinando a situação existente e executando a política de preços mínimos. Essa coordenadoria existe desde 70, mas somente neste ano teve sua criação e atuação devidamente equacionadas. Em 71, foram 14 mi-

lhões de cruzeiros, aproximadamente, os recursos destinados à execução da política de preços mínimos no Estado; em 72 o volume cresceu para mais de Cr\$ 40 milhões, e neste ano já atinge a casa dos 100 milhões de cruzeiros.

ATUAÇÕES

BANCO DO BRASIL — SC

As atividades do Banco do Brasil, analisadas desde 70, mostram volumes crescentes de crédito concedidos à agropecuária se bem que com volumes médios de financiamentos algo pequenos. Em 1970, na atividade rural foram realizados 47.453 contratos de financiamentos, num montante de 146.609 mil cruzeiros, em 1972, os contratos foram 48.601, subindo o volume de recursos empregado para 181 milhões de cruzeiros; novo aumento de número de contratos foi observado em 72, passando para 56.925 o total do ano, num montante de Cr\$ 285.449.000,00.

Esses contratos de financiamento estão divididos em três categorias específicas, abrangendo a atividade agropecuária: custeio agrícola e pecuário; comercialização agrícola e pecuária; e investimentos diversos.

Na área de custeio, foram 26.167 os contratos efetuados em 1970, num montante de Cr\$ 60.581.000,00; 29.721 contratos em 71, num total de Cr\$ 85.688.000,00; e 33.956 contratos em 72, mobilizando cerca de Cr\$ 122.099.000,00 em recursos. O custeio agropecuário foi de Cr\$ 52.260.000,00 em 70; de Cr\$ 72.703.000,00 em 71 e Cr\$ 91.641.000,00 em 72.

A comercialização agropecuária absorveu, em 1970, recursos da or-

dem de Cr\$ 14.431.000,00, em Santa Catarina; em 72, o número de contratos — 304 em 70 — desceu para 206, mas o volume de recursos empregados foi maior, cerca de Cr\$ 20.146.000,00; em 72 o volume de contratos voltou a crescer — 351 — e a comercialização de produtos agropecuários absorveu Cr\$ 40.076.000,00 de recursos do Banco em Santa Catarina.

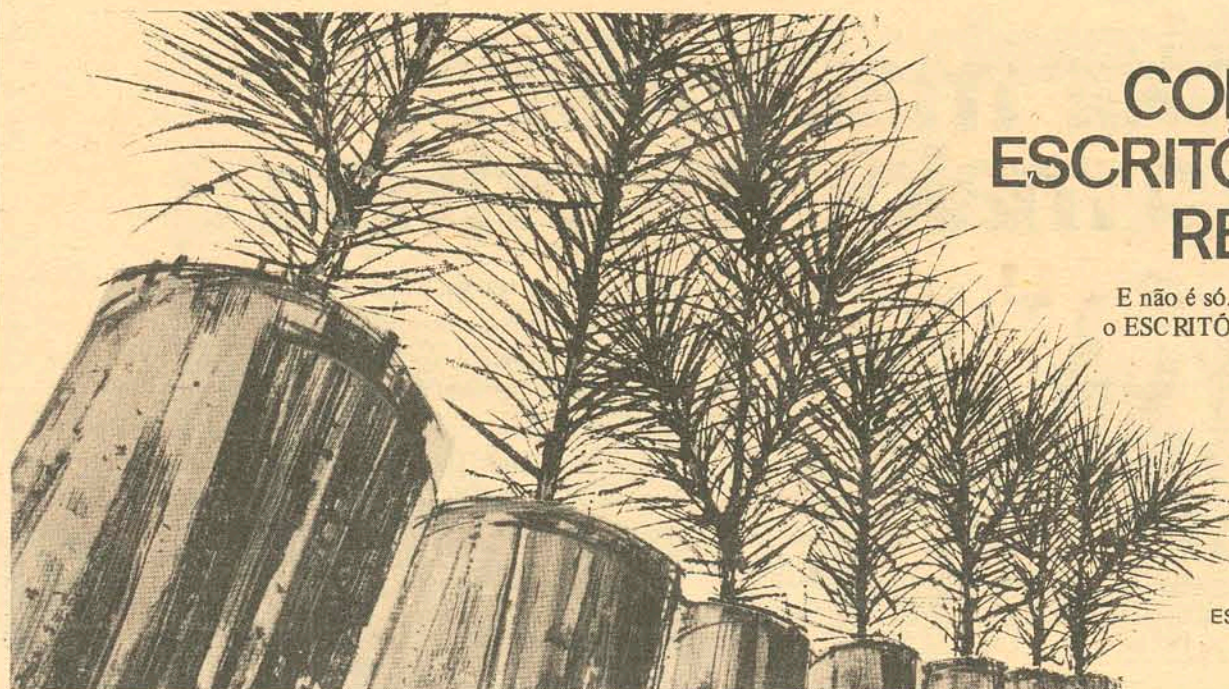
A área de investimentos rurais também tem sido bastante assistida pelo Banco do Brasil no Estado. As possibilidades de investimentos agropecuários com recursos fornecidos pelo Banco do Brasil são várias — na formação de culturas perenes, na aquisição de animais, no melhoramento das explorações, na aquisição de máquinas e equipamentos, veículos e embarcações — os recursos podem provir do BB. Em 1970, o Banco realizou 20.982 contratos de investimentos, num montante de Cr\$ 71.597.000,00; em 71 os contratos caíram em número mas o volume de recursos foi maior, cerca de Cr\$ 75.266.000,00 para 18.674 contratos; em 72, os contratos foram 22.618 em número, exigindo recursos da ordem de Cr\$ 123.274.000,00 ao Banco do Brasil em Santa Catarina.

Ao Banco do Brasil cabe a tarefa de realizar uma série de pequenos contratos, situação que se reflete na média de financiamentos, tornando-a baixa —, que oneram seus custos, aumentam a carga de sua estrutura operacional. Mas o Banco aceita realizar financiamentos de qualquer montan-

CONCÓRDIA TEM UM ESCRITÓRIO QUE ENSINA REFLORESTAMENTO

E não é só. Além da elaboração de projetos de reflorestamento, o ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA executa levantamentos topográficos, dá assistência técnica agro-pecuária, faz perícias, cuida de registros de serrarias junto ao IBDF e promove avaliações e planejamentos agro-pecuários. O engenheiro responsável é um homem que realmente entende disso: o Dr. João Andreata de Souza.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA
Rua Anita Garibaldi 164 — Concórdia — S.C.



O desenvolvimento que atinge a agricultura catarinense alcançou, também, o setor canavieiro, com o aumento da produtividade e sua melhoria, além do consequente aperfeiçoamento dos métodos de produção de açúcar o que, hoje, leva um produto de Santa Catarina — o **açúcar laiá** — a competir no mercado, de igual para igual, com os oriundos de regiões produtoras tradicionais.

Este progresso do setor canavieiro é devido, no Estado, à **USATI S.A.**, através de suas unidades industriais: Usina Tijucas, localizada no município de São João Batista e a Usina Adelaide, no município de Ilhota, e das plantações que matêm ou assiste na região.

Fundada em 1944, em São João Batista, então município de Tijucas, a **USATI S.A.** foi pouco a pouco desenvolvendo e aumentando suas produções de açúcar e álcool.

A par de seu desenvolvimento industrial, a **USATI** procurou, também, desenvolver a agricultura canavieira da região, com o emprego de agrônomos e técnicos agrícolas, melhorando as suas plantações e a dos seus fornecedores, que são mais de três mil, e que contam com a orientação técnica do Serviço de Assistência a Fornecedores — mantido pela própria Empresa — e pelo Projeto Cana de Açúcar.

A empresa conta, ainda, com mais de 900 operários trabalhando nas duas usinas e cerca de 200 trabalhadores rurais em suas plantações próprias.

Assim nos vales dos rios Tijucas e Itajaí, mais de oito mil famílias dependem — direta ou indiretamente — da agro-indústria açucareira.

A **USATI**, para o transporte de seu pessoal ao campo de trabalho e da sua produção, utiliza uma ampla frota de veículos, integrada por 77 unidades, entre caminhões e camionetes.

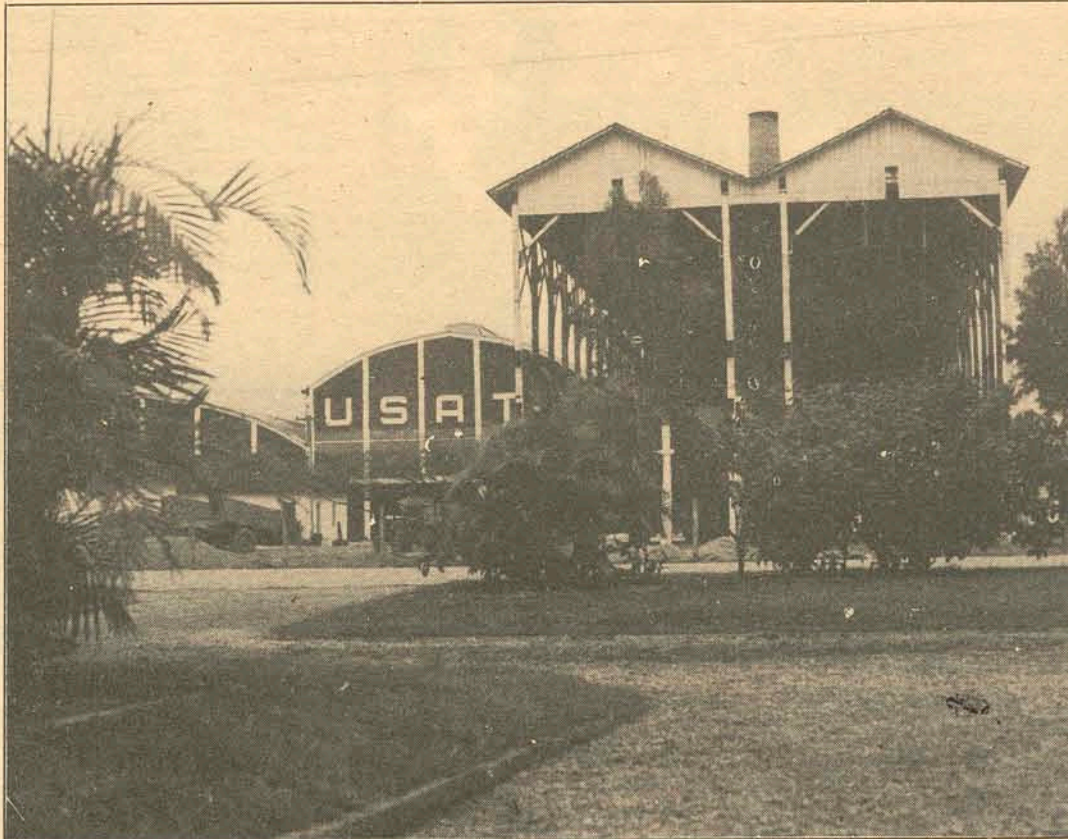
No trabalho agrícola são empregados 98 tratores de pneus e 12 de esteiras.

A cota oficial para a produção de açúcar, fixada para o Estado de Santa Catarina, é de 1.044.018 sacos, cabendo a Usati 844.018 sacos da mesma, através das Usinas Tijucas e Adelaide, tenha aumentado consideravelmente sua produção, esta cota não foi ainda atingida.

Para melhor apreciar o aumento da produção de açúcar no estado e sua posição com relação a cota fixada, basta observar a produção de açúcar da **USATI** nos últimos três anos. Assim, a **USATI** produziu: em 1970, 500.987 sacos; em 1971, 539.410 sacos e em 1972, 586.410 sacos.

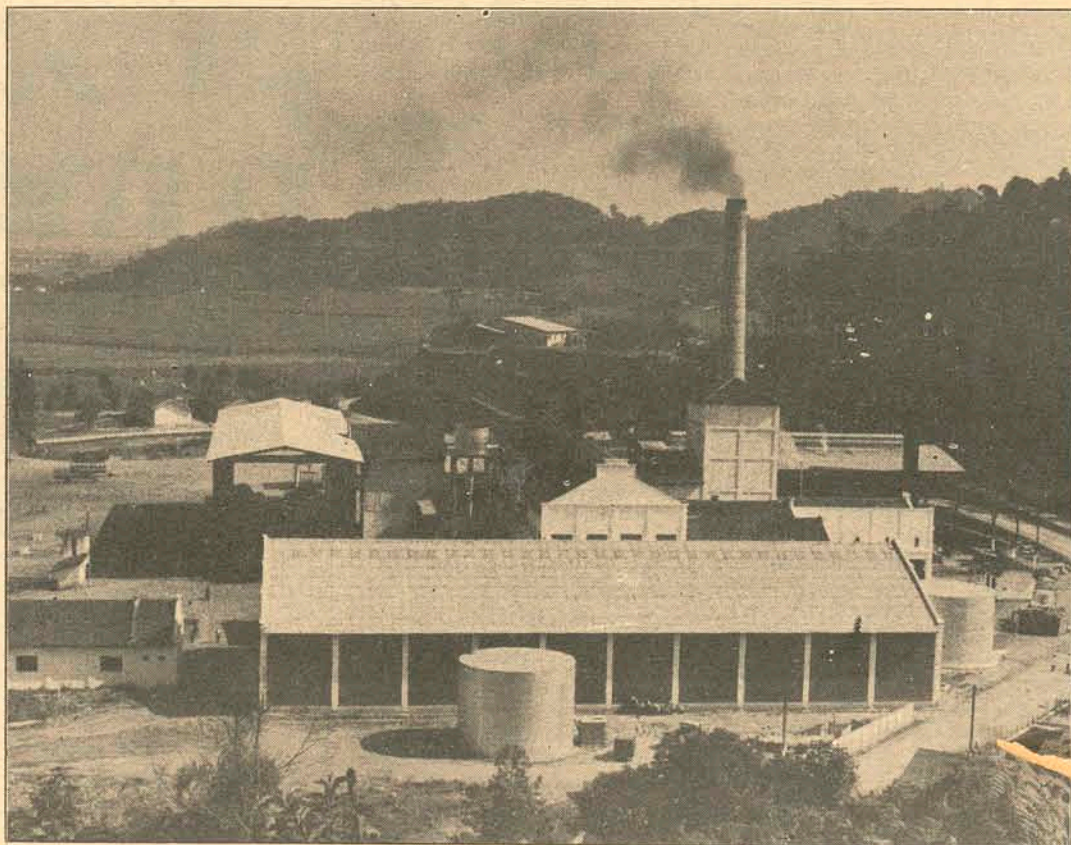
Desta forma, Santa Catarina vem produzindo, apenas, 53% de sua cota.

Além do açúcar, a **USATI** produziu, no último ano, 4.203.000 de litros de álcool, o que, também, não representa sua máxima capacidade de produção, já que as duas usinas tem a



Aumentando a sua produção de cana, a USATI melhorou também seu métodos de fabricação, implantando equipamento e sistemas da Tate & Lyle, da Inglaterra, e que são os mais modernos do mundo e resultaram no açúcar laiá, umrefinado, tipo exportação.

S. Catarina com tecnologia da Inglaterra produz o melhor açúcar refinado do Brasil



capacidade total para produzir 844 mil sacos de açúcar e 7 milhões de litros de álcool por ano.

Tendo a falta de matéria prima como um dos principais fatores que tem impedido Santa Catarina de produzir sua cota de açúcar, a **USATI S.A.** com o objetivo de empregar toda a sua capacidade de produção, está promovendo intensa campanha visando melhorar os índices de produtividade de suas lavouras e a dos seus fornecedores, além de ampliar suas áreas de plantio.

Este programa, já em execução, está baseado na aplicação de moderna tecnologia de produção e tem, já alcançado níveis de produtividade bastante satisfatórios, atingindo na última safra um aumento da ordem de 18.290 toneladas de cana, com uma produção total de 345.297 toneladas, em relação ao período anterior, quando foram colhidas 327.000 toneladas.

Dentro deste projeto, a produção industrial da **USATI** prevê a seguinte projeção: 645 mil sacos de 60 Kg, em 1973 será de 5 milhões de litros; em 1974 passará a 6 milhões e, em 1975, atingirá a capacidade máxima que é de 7 milhões de litros.

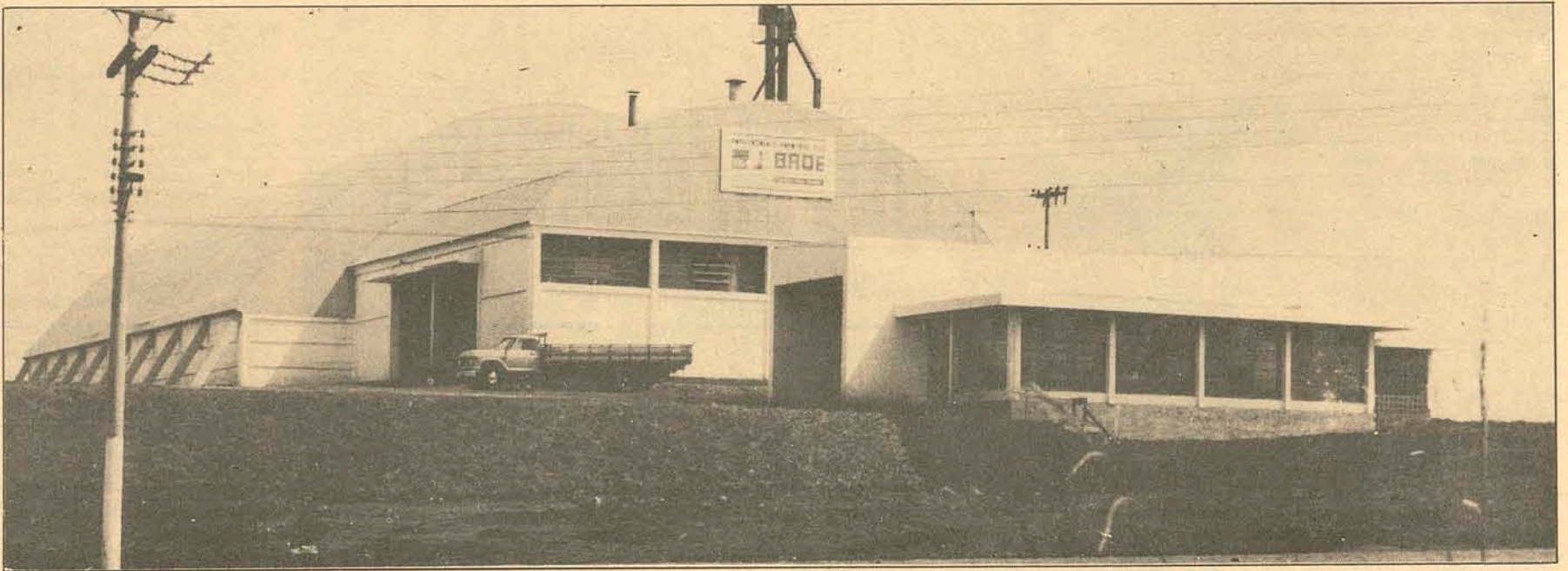
Para atingir estes índices, a **USATI** elevará a produção de cana, já em 1974, para 511.000 toneladas e, em 1975, serão consumidas 562.678 toneladas.

Atualmente, a produção de açúcar e álcool da **USATI S.A.** é consumida 60% no mercado catarinense, e o restante pelo Rio Grande do Sul, mas, futuramente, com o aumento da produção, a **USATI** lançará seus produtos noutros mercados, e possivelmente, os exportará.

Até bem pouco tempo, a **USATI** produzia, apenas, açúcar cristal que, embora de 1a. qualidade, não atingia os padrões de **açúcar de exportação** o qual vem produzindo, presentemente, pela implantação de modernos equipamentos e tecnologia, adotados nos centros açucareiros mais avançados do mundo.

Hoje, o **açúcar laiá**, o mais novo produto da **USATI** vai, gradativamente, se implantando no mercado, pois não é simplesmente uma nova marca de açúcar, mas um açúcar refinado granulado, fabricado pelo processo mais moderno conhecido, com a tecnologia açucareira da empresa Tate & Lyle, de Londres, cujos processos são os mais aperfeiçoados e geram o melhor açúcar conhecido no mercado mundial.

Estes processos, agora implantado pela **USATI** em suas usinas, além de resultarem no aumento da produção, pela sua maior racionalização e equipamentos mais eficientes, proporcionaram o lançamento do **açúcar laiá** e com uma vantagem notável e que os outros açúcares produzidos no país ainda não têm: além de ser refinado e granulado, do tipo exportação, igual ao melhor açúcar consumido no mundo, o **açúcar laiá** não empedra, tornando-se assim, mais rentável, já que adoça mais.



te na área rural. Não há, inclusive, a preocupação de se exigir do tomador projetos de aplicação dos recursos. Os bancos privados, ao contrário, selecionam os tomadores e aplicam seus recursos em projetos maiores, que apresentem melhor rentabilidade — esse fato deve-se à necessidade de obterem rendimentos os bancos privados, em todas as operações que procurem realizar. Ao Banco do Brasil cabe, às vezes, suportar alguns ônus em suas operações.

PREÇOS MÍNIMOS

Cabe ainda ao Banco do Brasil, através de inspetorias regionais, executar a política de preços-mínimos no Estado. Trata-se de oferecer — garantir — um preço mínimo ao produtor, pelo seu produto agrícola. Esse preço compensaria custos operacionais, juros pagos nas atividades necessárias à produção — sua grande vantagem estaria, entretanto, na flexibilidade que oferece ao produtor quanto à comercialização do seu produto, sem prejuízo às suas atividades.

O produtor, ao atingir sua colheita, se vê a braços com o processo de comercialização. Esse processo, até algum tempo atrás feito dentro de uma rotina superada, avilta normalmente os preços nas épocas de safras abundantes — exatamente quando o homem do campo pensaria em melhorar sua renda e suas condições de vida. Pelos compromissos assumidos, e pelo esforço empenhado, o agricultor espera um preço que ao menos cubra as obrigações assumidas. O governo, através da política de preços mínimos, procura pagar e garantir esse preço ao produtor.

Ao tentar comercializar sua produção, o produtor agrícola passa a ter a chance de optar por um empréstimo no Banco do Brasil, que garante preços mínimos por sua produção. E, durante o prazo de duração do contrato, poderá esperar por melhores preços de mercado para seu produto. Caso consiga vender melhor sobre o empréstimo do Banco do Brasil pagando juros; caso contrário, liquida a dívida sem juros, pelo preço-mínimo.

O cooperativismo, em Santa Catarina, é visto pelo Banco como uma forma realmente eficaz de simplificar operações de crédito e aumentar a capacidade de ação do Banco, e de renda dos produtores. Para o Banco, é "através das cooperativas que os agricultores poderão se fortalecer, poderão alcançar melhor renda, poderão levar seu produto ao mercado, obtendo o lucro que deve realmente lhes pertencer, ou seja, o lucro total desse produto, deste plantio à comercialização, até a colocação dos bens no mercado de consumo". Seguindo essa linha, o Banco do Brasil vem procurando estimular as operações com as cooperativas em todo o Estado.

O governo, ao fixar os preços mínimos vem procurando premiar os produtores que tenham alcançado melhor produção ou produtividade.

Procura-se através da política, dar uma orientação definida aos produtores. Os melhores produtos são mais bem pagos; o sistema de ágios e deságios (fixado pelo governo federal) tem por claro objetivo premiar aqueles que apresentarem produtos de melhor qualidade.

A política de preços-mínimos, no entanto, não atua somente dessa forma. Com os produtos adquiridos em garantia de preços o governo forma estoques reguladores de mercado, estratégicos. De princípio, tratam-se de estoques cuja colocação seria feita sempre que conveniente ao equilíbrio entre oferta e procura de produtos no mercado. Dessa forma seria possível evitar bruscas oscilações de preços, ou seja, altas excessivas nos grandes centros consumidores.

Entretanto, tal sistema de funcionamento implica na existência de capacidade de armazenamento por tempo suficiente aos estoques serem colocados como reguladores de mercado. Tal capacidade no país ainda não é grande, nem permite armazenamento por muito tempo — e os resultados alcançados na área tem sido tímidos. Dentro de alguns anos, com sua capacidade de silagem alterada, o país poderá contar eficientemente com este mecanismo.

Nem tudo funciona bem, plenamente, na área de preços mínimos, especialmente no tocante a estoques reguladores. Mas, em breve, tudo deverá funcionar eficientemente. A matéria é importante para o agricultor, por garantir preços ao produto e regular esses preços no mercado.

BRDE

Até 30 de setembro e desde o início deste ano, a agência do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul — BRDE — de Florianópolis, havia contratado 400 financiamentos rurais, através de sua carteira de crédito rural no valor de Cr\$ 16.946.698,00. Representava essa soma, em relação a 1972, um acréscimo de 140% das operações no mesmo período.

Os recursos oriundos dessas contratações foram dirigidos à área da lavoura, em seu maior volume, à soja (cultura que apresentou um acréscimo em nosso Estado, de 90%). Na Pecuária, a suinocultura absorveu a maior soma de recursos.

Em sua atuação em Santa Catarina, o BRDE vem procurando alocar maior volume de recursos em projetos de mecanização e insumos modernos. As cooperativas, com seus projetos de financiamento, tem recebido especial atenção do BRDE, que vem lhes financiando redes de silos, armazéns, unidades de beneficiamentos e custeio de industrialização. Em sua maioria os financiamentos concedidos pelo Banco tem servido a construções, aquisição de tratores, máquinas e implementos, e à compra de matrizes e reprodutores de alta linhagem.

A Secretaria da Agricultura, a ACARESC, e escritórios técnicos particulares — Epagro, Eagro, Novoeste

— tem realizado um trabalho conjunto com o BRDE, no programa de Crédito Rural no Estado.

Dos recursos carreados para o Estado, pelo BRDE, 90% são de origem externa — são repassados pelo Banco Central, através de convênios, pelos Programas PESAC e BID-256. Conta ainda o BRDE com a participação do FUNDESC e de Recursos Próprios em algumas de suas operações.

Atualmente, no Departamento de Crédito Rural do BRDE, encontram-se cerca de 79 projetos em análise, no valor global de Cr\$ 10.000.500,00. Desses, 6 destinam-se a financiamentos às cooperativas agropecuárias, visando a construção de silos e armazéns, num valor estimado de aproximadamente Cr\$ 5.900.000,00.

Em 1966, através de um financiamento de Cr\$ 4.734,00, a carteira de Crédito Rural do BRDE iniciava suas atividades. Em 67, as operações já eram 905, e alcançavam o valor de Cr\$ 1.727.845,00; em 68, foram 1.204, num valor de Cr\$ 2.358.103,00. A partir desse ano, em que o maior número de operações foi realizado, elas caíram em número, para crescerem cada vez mais em valor. Em 71, foram 713 as operações realizadas, num valor de Cr\$ 11.392.508,00; em 1972, elas foram 622, num total de Cr\$ 12.007.592,00; até setembro deste ano, o banco havia realizado 400 operações num valor aproximado de 20 milhões de cruzeiros.

O valor médio das operações, que em 1967 foram de uns tímidos Cr\$ 1.909, pulou em 1973 para Cr\$ 49.866,00, passando por Cr\$ 5.344,00 em 69; Cr\$ 15.978,00 em 71, e Cr\$ 19.305,00 no ano passado.

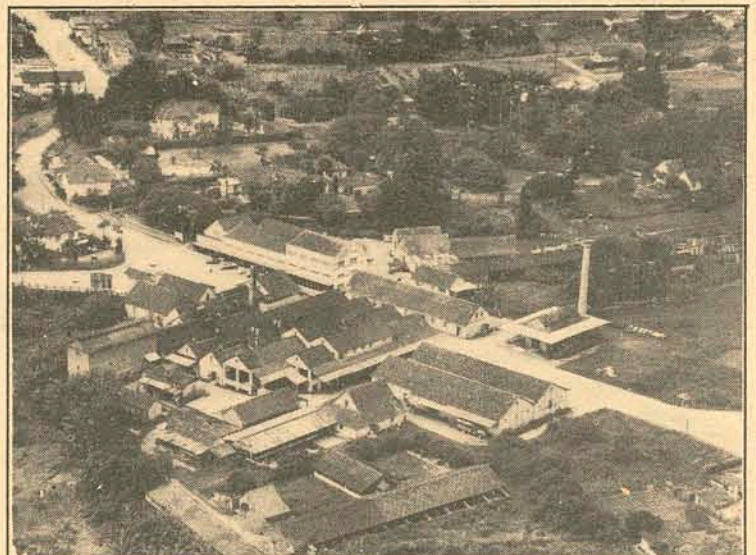
Desde o início de suas atividades financeiras no setor agropecuário, o BRDE vem dirigindo seus recursos disponíveis a projetos definidos na faixa de economia tecnológica, onde a aplicação do capital possibilita ao empresário um melhor aproveitamento dos fatores produtivos e uma melhoria acentuada na qualidade dos produtos.

A opção pelo crédito orientado e a integração com as entidades de Extensão e Assistência Técnica procuram motivar aplicações de recursos voltados ao real crescimento do setor — a atuação vem sendo caracterizada no sentido mais técnico possível.

A agência vem procurando elevar, cada vez mais, o valor médio dos financiamentos, não só pela estrutura do Banco, que dificulta a aplicação de recursos ao nível de pequena propriedade, como também pelas dificuldades que possuem os empreendedores, excessivamente pequenos, de absorver recursos financeiros, dado às limitações de volume de produção e tamanho de área disponível.

As cooperativas tem recebido es-

Também em Santa Catarina, o BB continua o maior financiador da agropecuária. Nessa atividade, também destacam-se o BESC e BRDE, financiando projetos altamente técnicos e orientados.



a WEEGE sempre produziu o melhor

A WEEGE jamais se contentou em produzir um bom produto. Sempre fabricou o melhor. Aliás, as grandes empresas, nunca entram no mercado só para competir. Entram sempre para vencer. E fabricam, sistematicamente, o melhor produto. Feito a WEEGE, que sempre produziu os melhores laticínios e frigoríficos.

INDUSTRIA E COMÉRCIO
HERMANN WEEGE S. A.

End. Telefônico: "WEEGE", Pomerode
Caixa Postal, N. 1 - Fones: 53 e 54
Rua Hermann Weege, 160

pecial atenção junto à carteira de Crédito Rural do BRDE. Em 1969, foram iniciadas as operações no setor, com a concessão de pequeno financiamento à Cooperativa Agrária Mista de Ascurra de Responsabilidade Limitada, no valor de Cr\$ 16.000,00 (destinado à aquisição de uma máquina de beneficiamento de arroz).

Nos últimos anos, esses números foram substancialmente alterados para mais. Até 30 de setembro passado, haviam 65 operações financeiras contratadas com cooperativas, no valor global de Cr\$ 8.204.118,00. A maioria das operações destinou-se à implantação de unidades de silos ou armazéns e à aquisição de máquinas de beneficiamento e padronização de cereais, permitindo um aumento na capacidade de armazenagem do Estado da ordem de um milhão e trezentas mil sacas.

De 69 a 73 (primeiro semestre), para construção de armazéns, silos com unidade de beneficiamento, Cr\$ 5.817.518,00 foram os recursos carreados pelo BRDE; o Banco ainda financiou aquisição de unidades de beneficiamento isoladas, máquinas, etc... num montante de Cr\$ 1.621.000,00; e na área de custeio de industrialização, foram realizados 12 contratos, num valor de Cr\$ 765.500,00. O total de financiamento atingiu a casa dos Cr\$ 8.204.118,00, contemplando com financiamentos cerca de 30 cooperativas do Estado.

As maiores somas de recursos são oriundas do Banco Central e Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID (Programas PESAC e BID/256), havendo a participação ainda de recursos próprios e do FUNDESC. A Acaresc, órgão de extensão rural em Santa Catarina, tem orientado a programação de recursos destinados às cooperativas agro-pecuárias, tornando-se assim responsável pela elaboração e orientação dos projetos das mesmas.

Nas áreas de financiamento de armazéns para cooperativas, e no financiamento do custeio da industrialização é que tem atuado basicamente o BRDE. Com sua atuação, acreditam os responsáveis pelo crédito rural no banco terem conseguido vários e significativos resultados. Conseguiram que as cooperativas beneficiassem e armazenassem seus produtos, evitando perdas nas épocas de safra. Além disso, creem ter ajudado as cooperativas a obter melhores preços por seus produtos, com condições vantajosas nos grandes centros consumidores nacionais e mercados estrangeiros; e possibilitando ao governo a execução da política fiscal de preços mínimos em melhores condições.

BESC
Através de uma rede de 44 agências, espalhadas por todo o Estado, o Banco do Estado de Santa Catarina — BESC — possui uma Carteira de Cré-

dito Rural operando. Nessa carteira, as aplicações vem sendo feitas desde 1962, quando foram criadas juntamente com o Banco. Mas só em 71, e a partir desse ano, que o Banco expandiu sua carteira de crédito rural, e hoje procura ser um dos suportes principais para a agropecuária catarinense.

Em 62, as aplicações foram da ordem de Cr\$ 27.111,00; em 64 aumentavam para Cr\$ 546.047,00; em 67, aumentavam para Cr\$ 5.585.005,00; em 71 as aplicações somaram Cr\$ 18.813.017,00, em 72 foram Cr\$ 39.952.063,00 e a previsão para 1973 é de que os financiamentos à agropecuária, concedidos pelo BESC, alcancem a ordem dos oitenta milhões de cruzeiros.

Além desse crescimento quantitativo dos financiamentos, o BESC tem procurado fazer com que haja uma evolução quantitativa dos mesmos. Dessa forma, o valor médio dos financiamentos passou nos 4 últimos anos, de Cr\$ 2.672,00 para Cr\$ 21.500,00.

Os recursos com os quais o BESC opera na agropecuária são provenientes de duas fontes principais. Uma delas é representada pelos 15% dos depósitos que, por resolução do Banco Central, devem ser aplicadas no setor rural; e a outra fonte são os recursos repassados pelo Banco Central do Brasil.

Três são os fundos repassados pelo Banco Central, e com os quais opera o BESC, no setor agropecuário: PESAC (Plano Estadual de Aplicação de Crédito); BID 256 SF/BR e CONDEP.

Pelo PESAC, o banco tem financiado produtores rurais em geral, inclusive cooperativas, localizadas dentro do Estado. Na agricultura, projetos de milho, sorgo, trigo, fruticultura, arroz, feijão, batatinha, soja, oleicultura, mandioca e cevada são financiados através do PESAC. Na pecuária, a suinocultura, a avicultura, a bovinocultura de corte e leite são financiadas pelo PESAC. Não há restrições quanto ao valor dos financiamentos, e os prazos variam de acordo com o ciclo da cultura, mais as operações a serem feitas com a produção. Os encargos bancários variam de 7% ao ano, no caso de compra de insumos modernos, a 15%, no caso de operações superiores a 50 vezes o maior salário mínimo do país.

O Programa BID-156 SF/BR opera com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, repassados através do Banco Central do Brasil ao BESC. Os seus beneficiários são pequenos e médios produtores rurais, e cooperativas agropecuárias. Entende-se, nesta linha de financiamento, como pequeno produtor aquele cujo patrimônio líquido agro-pecuário seja inferior a 10 mil dólares e como médio produ-

tor aquele cujo patrimônio líquido seja inferior a 30 mil dólares.

Pelo BID-256 são financiados, na agricultura, projetos de produção de milho, soja, trigo, arroz e fruticultura de clima temperado; na pecuária, a bovinocultura de corte, leite, a suinocultura e a avicultura recebem financiamentos por esta linha.

As operações nesta linha tem prazos variáveis — custeio, até dois anos; capital semi-fixo, até 5 anos, com carência de até dois; capital fixo, até 12 anos, com 4 de carência. O valor dos financiamentos é limitado e variável, com juros de 7% ao ano (caso de insumos modernos) a 15% ao ano.

A terceira linha de financiamento com que opera o BESC é o CONDEP. Através dela, o BESC opera com recursos do BIRD, repassados pelo Banco Central do Brasil. Nessa linha, podem ser beneficiados os produtos rurais que explorem a pecuária bovina de corte (e mais recentemente, de leite também). Os prazos de financiamento são de 12 anos com 4 de carência para investimentos, e de até 2 anos nos casos de custeio. O valor dos financiamentos oscila entre 500 vezes e 200 mil vezes o maior salário mínimo vigente no país. Os encargos bancários variam de 7,25% de juros ao ano, mais correção de acordo com a variação cambial, para investimento, a 15% ao ano, com exceção dos insumos modernos, cujo custo é de 7% ao ano.

Também insistindo na linha de crédito orientado, ou educativo, o BESC somente libera financiamentos agrícolas mediante a apresentação de plano elaborado por um técnico — engenheiro agrônomo ou médico veterinário, ou escritório de planejamento — ficando este técnico responsável pela implantação e desenvolvimento do projeto, obrigando-se a dar-lhe uma assistência permanente. Os planos de financiamento em geral são encaminhados à agência da região em que reside o mutuário. Se for de pequeno valor, o plano é aprovado na própria agência, onde o banco mantém funcionários treinados em Crédito Rural.

Em se tratando de um projeto de valor mais expressivo, o plano é encaminhado para a Direção Geral, que o analisa através de sua assessoria técnica. Se aprovado, o plano é em seguida encaminhado à agência de origem para contratação. Esse processo, em condições normais, leva de 10 a 45 dias desde a entrada do plano na agência, até a liberação do financiamento.

Os projetos devem ser elaborados por entidades técnicas com os quais o Banco do Estado mantenha convênios. São elas: ACARESC, Secretaria da Agricultura, Escritório de Estudos e Projetos Agropecuários (Epagro), Escritório de Agronomia Ltda., (Eagro); Novoeste — Planejamento e

Consultoria Ltda, e Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi.

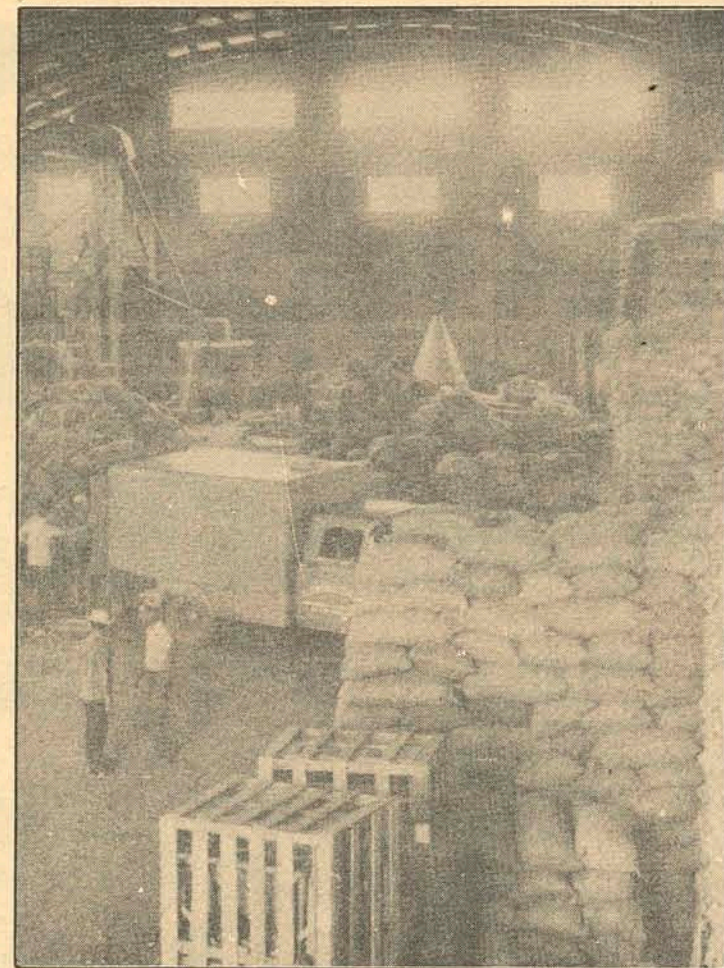
OUTROS

E os bancos da rede comercial privada, em geral, também operam na área de crédito rural em Santa Catarina. Suas atuações dentro da faixa de crédito rural são bastante parecidas, dentro dos limites e normas fixadas pelo Banco do Brasil, e dentro das instruções do Banco Central.

As operações são, como muitas já descritas, de Custeio, Investimento Rural e Despesas de Comercialização anteriores à Venda; Venda da Produção Rural; Recebimento, por Cooperativas, da Produção Rural dos Associados; Fornecimento de Bens de Produção ou de Consumo feito por Cooperativas aos seus associados.

Em todos os bancos da rede privada, essas operações ficam caracterizadas pela emissão de títulos como Promissória Rural, Cédula Rural Pignoratícia, Cédula Rural Hipotecária, Nota de Crédito Rural e Duplicata Rural.

Em geral, os bancos privados tem uma faixa de atuação extremamente restrita na capital do Estado, no interior, entretanto, a maioria deles opera bastante com suas agências. Espalhadas por quase todo o Estado, agências do Bamerindus, Banestado, Banespa, União de Bancos, Mercantil de MG, Itaú, Crédito Real, Auxiliar de São Paulo, Nacional, Real, Comercial do Paraná, Sul Brasileiro, Bradesco, União Comercial, estão operando com crédito rural. A procura dessas agências varia de acordo com a região em que estão instaladas, e da agressividade que elas apresentam nas operações do setor. Entretanto, pode-se lembrar que 85% dos recursos carreados à agricultura catarinense são oriundos do Banco do Brasil, ficando como mais fortes operadores, após o BB, o BRDE e o BESC. Aos bancos restantes, a faixa de atuação que sobra não é das maiores.



O cooperativismo, no Estado é visto pelos bancos como algo altamente eficaz na simplificação e melhor aproveitamento dos financiamentos.

FERTILIZANTE LÍQUIDO

ENVY



UM PRODUTO FABRICADO NOS ESTADOS UNIDOS
E DISTRIBUIDO PARA O BRASIL POR:

ADUBOS BOUTIN LTDA.

AV. 7 DE SETEMBRO, 2064 - FONE: 24-1296
CAIXA POSTAL 1130 - TELEGR.: "PROAGRO"
80.000 — CURITIBA — PARANÁ

COLHA MUITO MAIS!

O adubo líquido **ENVY** é um excelente complemento nutricional das plantas e um ótimo estimulante da produção.

ATENÇÃO!

Testes feitos pelos mais importantes institutos de agronomias comprovam que o **ENVY** PODE AUMENTAR A PRODUÇÃO DE SOJA EM ATÉ 20%.

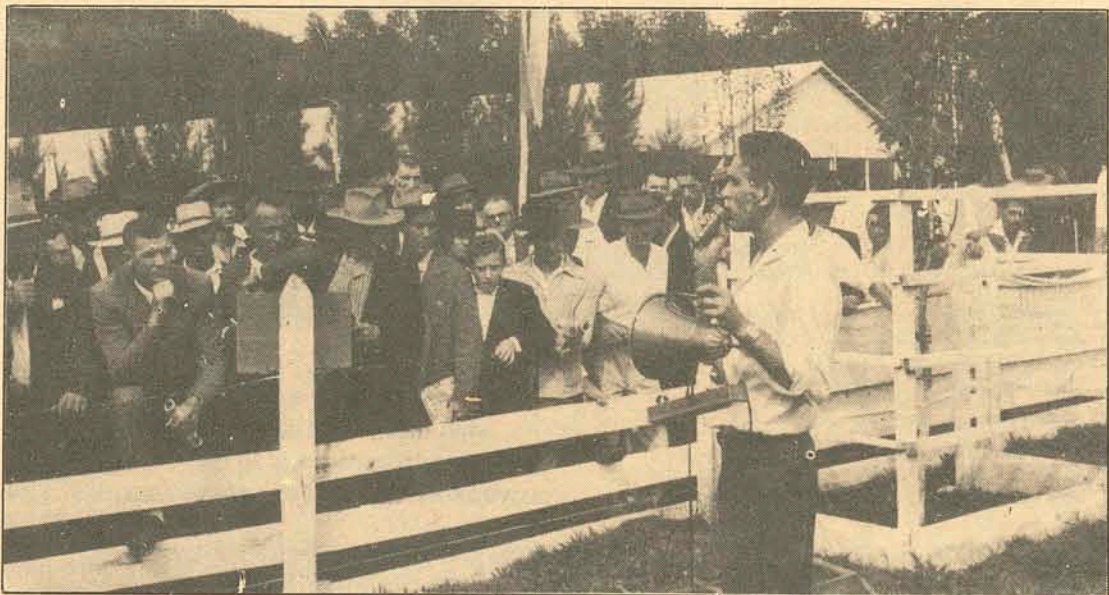
USE **ENVY** - COLHA MAIS DINHEIRO

Criada em 1957, a ACARESC constitui-se hoje na mais valiosa ajuda com que pode contar o agricultor catarinense, que a ela recorre constantemente.

ACARESC: em busca de melhores condições para o homem do campo



Orientando diretamente ao produtor, quanto a financiamentos e melhores técnicas. . .



ou coletivamente, nas comunidades. . .



a ACARESC contribui decisivamente para o aumento de produção e da renda no campo.

A ACARESC possuía, em setembro deste ano, um quadro profissional em que contavam 206 engenheiros agrônomos, 78 técnicos agrícolas e 4 médicos veterinários, entre outros técnicos e funcionários administrativos. Até setembro, a ACARESC havia visto sair de seu quadro cinquenta agrônomos e técnicos, atraídos por melhores salários nas empresas particulares e cooperativas.

Analisando essa grande evasão da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina — ACARESC —, o secretário da Agricultura do Estado, Gaúco Olinger, é o primeiro a comentar que esse é "mais um dos papéis que cabe à ACARESC em sua atuação: o de preparar mão-de-obra especializada para ser utilizada pela iniciativa privada". À ACARESC tem cabido muitos papéis difíceis, na sua tarefa eminentemente educativa no meio rural catarinense. A sua ênfase educativa fica evidenciada logo no Art. 30. de seu estatuto — "A finalidade essencial da ACARESC é contribuir para aceleração do desenvolvimento do meio rural catarinense, mediante a execução de um programa de assistência técnica, econômica e social, baseado em métodos educativos que visam a elevação da produtividade do trabalho das famílias rurais".

Ainda no mesmo artigo, no parágrafo único, ressalva-se que "a ACARESC adotará uma estratégia de ação baseada em métodos de Extensão Rural articulada ao Crédito Educativo". Nesse parágrafo nota-se a presença de um esquema dentro do qual a ACARESC iniciou e dá continuidade a um trabalho de orientação: na concessão do Crédito Educativo, sua presença ou a de um escritório de planejamento são básicas por concessão do financiamento.

O Serviço de Extensão Rural em Santa Catarina é considerado de tal importância à agricultura pelo atual secretário da Agricultura que este, ao assumir o cargo, fez questão de poder continuar dirigindo o órgão, no qual passa suas manhãs.

A ACARESC vem executando o Serviço de Extensão Rural em Santa Catarina por delegação do Ministério da Agricultura, segundo política estabelecida pelo governo para o desenvolvimento do meio rural.

Fundada a 21 de junho de 1957, a ACARESC deu continuidade a um programa implantado no ano anterior (1956) pelo Projeto 17 do Escritório Técnico de Agricultura — ETA. Em sua ação, a ACARESC propicia assistência técnica e econômica aos produtores rurais, visando a elevação da renda e bem estar da população rural do Estado.

Uma das filosofias da ACARESC é que a elevação da produtividade do trabalho humano implica no uso racional de todos os fatores de produção e da moderna tecnologia agrônômica, empregados numa agricultura voltada para o mercado. Dessa maneira, o órgão desenvolve, juntamente com a assistência técnica aos produtores rurais, uma ação no sentido de tornar mais eficiente a comercialização dos produtos agrícolas, através do cooperativismo.

Adultos e jovens, recebem, indistintamente, a assistência da ACARESC. Com a juventude rural, o trabalho da ACARESC é realizado por meio de Clubes 4-S e dos Clubes Agrícolas. São realizados concursos de produtividade agrícola, e desenvolvido um programa de educação sanitária e alimentar junto às escolas rurais, em convênio com as Secretarias de Educação e Saúde. Os jovens rurais de 7 a 14 anos de idade são orientados através de 1.400 Clubes Agrícolas, congregando cerca de 54 mil associados.

A família rural é merecedora de especiais atenções da ACARESC, que tem grande parte de seu programa voltada ao setor. Preocupada em melhorar as condições de vida da família rural, a Extensão Rural atua no setor saúde, especificamente em Educação Sanitária e Alimentar.

Com relação à Educação Sanitária,

a ACARESC, num trabalho conjunto com órgãos públicos federais, estaduais e com as próprias comunidades, desenvolve atividades com vistas ao saneamento básico, à puericultura e à vacinação contra as principais doenças infecto contagiosas. Nesse sentido, nos últimos 3 anos, foram realizadas 450 Semanas (educativas) de Saúde, com a participação de 172 mil pessoas. Como resultado da ação educativa no setor, nos últimos 5 anos foram registradas a construção de 58.549 privadas higiênicas, 15.549 fontes d'água foram devidamente melhoradas, construíram-se 25.170 fossas para o lixo e 10.353 esgotos para águas usadas nas propriedades rurais. Esses foram alguns dos melhoramentos alcançados na área do saneamento básico do meio rural catarinense.

No que se refere à Educação Alimentar, 77 municípios do Estado foram objeto de um estudo dos hábitos alimentares, feito junto a grupos de donas de casa, adolescentes e escolares. Como resultado do estudo estimulou-se a instalação de hortas domésticas no meio rural, tendo sido instaladas 67.818 hortas desde que a ACARESC iniciou sua atuação. Foram ainda orientados cerca de 6.660 professores visando fazer da escola rural um centro prático de transmissão de conhecimentos de Educação Alimentar e produção de alguns alimentos carentes na dieta alimentar da população rural.

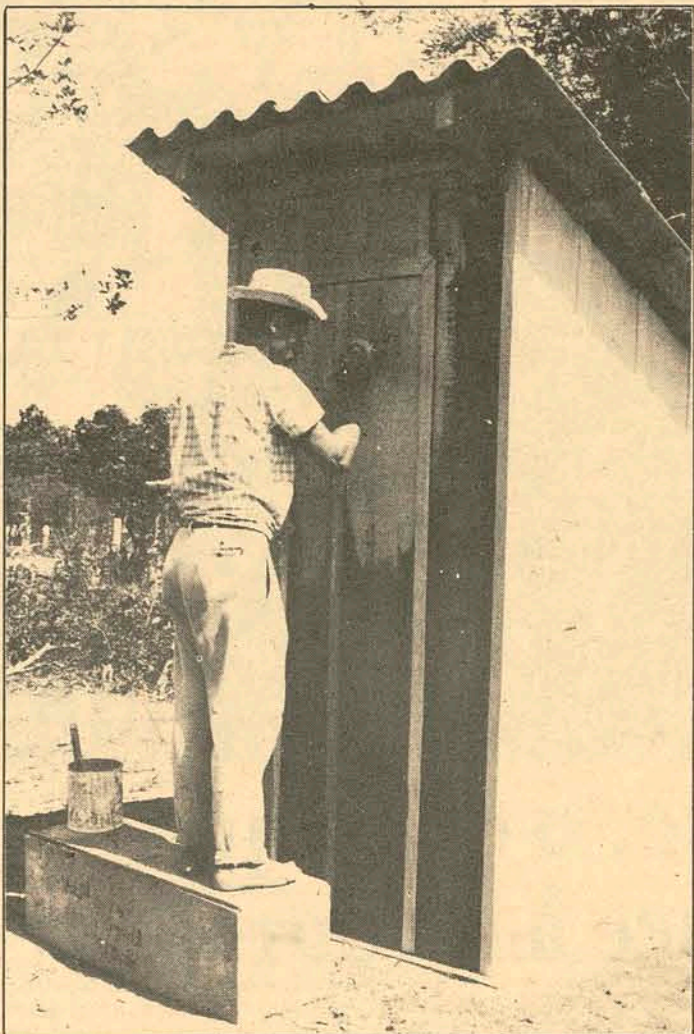
Procurando orientar a implantação da moderna tecnologia no meio rural, e com isto gerar crescente produtividade, produção e renda, a ACARESC vem concentrando seus esforços nos seguintes projetos que correspondem às principais atividades da agropecuária catarinense. São eles: fruticultura de clima temperado; cana-de-açúcar; milho; arroz; soja; feijão; mandioca; trigo; banana; horticultura: batatinha; suinocultura; bovinocultura de corte; bovinocultura de leite; avicultura.

A ACARESC também tem aliado sua assistência técnica ao Crédito Rural Orientado. Sob sua orientação, no ano de 72 foram financiados 9.000 produtores rurais, no montante de Cr\$ 57,3 milhões. Para 1973, prevê-se a aplicação de 100 milhões de cruzeiros, no meio rural sob orientação da ACARESC, através de convênios firmados como Banco do Brasil, Banco do Estado de Santa Catarina, Banco Nacional do Comércio e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

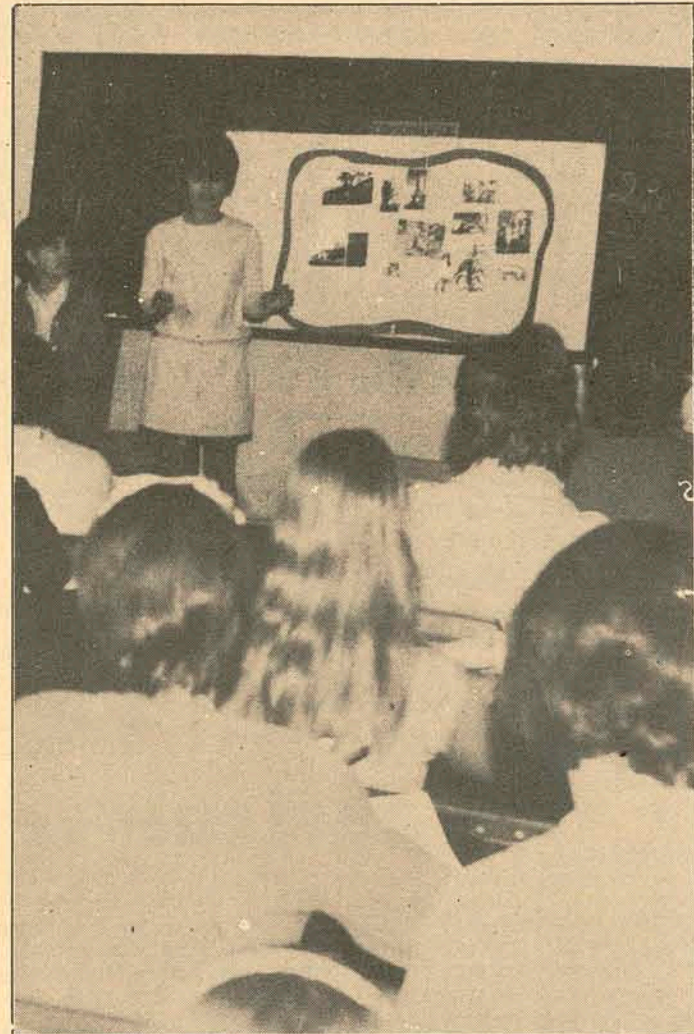
Acreditam os responsáveis pela Extensão Rural em Santa Catarina que, como resultado da ação do órgão, tem crescido não só a produtividade, como também a produção agrícola do Estado. A produtividade média em milho, no Estado, atualmente é de 2.100 quilos por hectare, quando, há dez anos, era de aproximadamente 1700 quilos. Concursos de produtividade tem mostrado que a moderna tecnologia pode aumentar esses resultados.

Lavouras demonstrativas tem sido frequentemente visitadas pela ACARESC em todo o Estado. Com o objetivo de propagar cada vez mais o uso de tecnologia agrônômica, o Serviço de Extensão Rural instalou no Estado, em 72, 726 lavouras demonstrativas. Procura-se conduzir os agricultores catarinenses, através dessas lavouras, (que usam um tipo de atitude "São Tomé") a adotar modernas técnicas de plantio e administração agrícola. Os resultados alcançados por elas são bastante animadores.

Na produção do milho, em 430 lavouras demonstrativas foi conseguida uma produtividade média de 5059 kg/ha, contra uma média estadual de 1.777. Em termos de remuneração, pela média, estadual o lavrador alcançaria Cr\$ 97,00 de lucro líquido, enquanto que pela LD, o lucro aumentaria para Cr\$ 672. As lavouras demonstrativas de soja foram 182, com uma produtividade média de 1815 kg/ha, contra uma média estadual de 846 — em termos de remuneração,



Em termos relativos, a melhor máquina de assistência técnica à agricultura do país, encontra-se em Santa Catarina: a ACARESC. São 136 escritórios locais, e 22 escritórios regionais atendendo 77 p.c. da área estadual, e ensinando milhares de agricultores.



Cr\$ 629,00 contra Cr\$ 152,00.

O feijão foi objeto de demonstração, 48 lavouras, alcançando-se uma produtividade média de 1465 kg/ha, sendo que a média estadual é de 436, com lucro de Cr\$ 392,00 no primeiro caso, e Cr\$ 60,00 no segundo. Sessenta e seis foram as lavouras demonstrativas de arroz em 72, alcançando uma produtividade média de 4.762 kg/ha, com uma média estadual em torno de 3008 kg/ha, representando Cr\$ 1736,00 de lucro no primeiro caso, e Cr\$ 899,00 no segundo.

Na safra de 72/73, 53 cooperativas agropecuárias receberam assistência técnica do Serviço de Extensão Rural. Nessa safra, as cooperativas assistidas comercializam 190 mil toneladas de alimentos no valor de Cr\$ 154 milhões, sendo recolhidos sobre as operações 14 milhões de cruzeiros de ICM.

As operações e atuação da ACARESC ficam mais evidenciadas dentro do plano da agricultura estadual, na medida em que se considera que, em 1972, os principais produtos agropecuários contribuíram com Cr\$ 130,9 milhões de impostos, o que equivale a 29,5% da arrecadação estadual. Os produtos principais da agricultura ca-

tarinense são milho, trigo, soja, arroz, feijão, cevada, mandioca, cana-de-açúcar, uva para vinho, fumo industrial, batarinha, suínos, bovinos e leite.

Em termos relativos, Santa Catarina possui uma das melhores máquinas de assistência técnica à Agricultura, do país. Dentro dessa máquina, a ACARESC possui um quadro de 206 engenheiros agrônomos, 78 técnicos agrícolas, 4 médicos veterinários, 140 extensionistas domésticas rurais, 1 técnico em latifúndio, 2 administradores de empresa, 1 economista e 2 especialistas alemães (em fertilidade do solo e em latifúndios), além de 267 funcionários administrativos.

Espalhados pelo Estado, a ACARESC possui 136 escritórios locais (abrangendo 77% da área de Santa Catarina), supervisionados por 22 escritórios regionais e um escritório central, localizado em Florianópolis, próximo ao Palácio da Agronomia.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

Todo ano, a ACARESC elabora um Plano Diretor para sua atuação. Neste ano, no plano diretor referente a 1973, na sua apresentação feita pelo Secretário Executivo da organização, Glauco Olinger, encontramos sinais de que nem tudo vai bem para a Extensão Rural em Santa Catarina.

Depois de reafirmar a importância do órgão, Glauco Olinger lembra que "Este ano, entretanto, fomos obrigados a parar, porque os recursos destinados à ACARESC pelo Governo federal, através da ABCAR (Associação Brasileira de Coordenação de Assistência Rural) não permitem que possamos expandir". No outro parágrafo, continua "Somos o único Estado do Brasil que ficou sem chance de ampliar os serviços de assistência técnica aos produtores rurais, neste ano de 1973". E a seguir, reafirmava a vontade de continuar trabalhando nas condições possíveis, esperando a mudança dos "critérios de distribuição dos recursos federais para os Serviços de Extensão Rural dos Estados".

Dificuldades outras foram encontradas, ainda este ano, para uma melhor execução dos objetivos propostos pela ACARESC em seus planos de ação. Trata-se de dificuldades decorrentes, em alguns casos, do próprio crescimento do setor agrícola. Além da dificuldade de expansão da ACARESC, devido a uma modificação no critério de distribuição de recursos, impedindo a expansão da assistência técnica aos agricultores do Estado, apresentam outras dificuldades ao setor agrícola este ano.

Motivados pelos resultados da moderna tecnologia, e pelos estímulos concedidos pelo FEPRO, criado pelo governo do Estado, (nos últimos três anos, o FEPRO subsidiou o transporte de 395 mil toneladas de calcário e fertilizantes) aumentou em 140% a demanda de corretivos e fertilizantes nos últimos 4 anos. Tanto é que, em 1972, 20 mil agricultores catarinenses utilizaram 197.000 toneladas de calcário e adubo na recuperação de 35 mil hectares de terras agrícolas, contra 29 mil toneladas aplicadas em 68. Este fato trouxe em seu bojo problemas relacionados com o transporte desses insumos desde a indústria até a propriedade do agricultor. A infraestrutura de transporte não acompanhou a evolução do consumo de fertilizantes e corretivos, limitando assim uma maior tecnificação da agricultura.

Outro aspecto da modernização da agricultura, em que se empenha a ACARESC, tem sido a motomecanização. Nos 3 últimos anos, o FEPRO subsidiou, através de cooperativas e sindicatos, juros de financiamentos no montante de Cr\$ 1,9 milhão, relativos à compra de 800 máquinas agrícolas. Este é outro setor em que também se nota uma acentuada carência de tratores, automotrizas e outras

máquinas e implementos agrícolas. Essa deficiência parece ocorrer de dois fenômenos conjugados — de um lado, o crescimento relativo da demanda tem sido grande, e de outro, nota-se uma dificuldade ocasional de atendimento por parte da indústria.

Os preços-mínimos, em que pese o avanço que essa política provocou na agricultura, ainda não conseguiram superar em todas as áreas o sério problema dos preços dos produtos agropecuários. Pode-se lembrar, inclusive, que o preço mínimo do sorgo e do milho sofreram aumentos de 71 e 66,6% respectivamente, com relação à safra passada.

O Crédito Rural, apesar de abundante, vem limitando em certa forma o desenvolvimento da agropecuária catarinense. Também em razão da crescente demanda de recursos financeiros no meio rural, a liberação desses recursos não vem ocorrendo na época oportuna, nem no montante necessário para atender os pedidos de financiamento. Trata-se ainda de recursos que apresentam um curto espaço para aplicação no meio rural, dificultando sua operação pelo produtor.



Nem só à produção está ligada a orientação da ACARESC. Saneamento, educação familiar e alimentar também fazem parte da orientação do órgão ao ruralista.

Ao lavrador catarinense pode ser atribuída uma forte vocação para a policultura, o que vem de há muito tempo. Mesmo assim, no setor primário o maior destaque cabe à lavoura. Poucos são os produtos cuja importância pode ser efetivamente destacada: o milho (o mais importante de todos), a mandioca, o feijão, o arroz, o fumo, o trigo, a uva, o soja (que aparece como uma "promessa" ao lavrador catarinense).



Na agricultura catarinense, o destaque pertence à lavoura.

A safra catarinense de 1972 foi bastante prejudicada pelo excesso de chuvas, pela ocorrência do granizo e de geadas extemporâneas e pela acentuada incidência de doenças nas culturas.

Durante o último ano foram colhidos cerca de 200 mil toneladas de arroz, 1 milhão e quatrocentas mil toneladas de milho, 3 milhões de toneladas de mandioca, 90 mil toneladas de feijão e 140 mil toneladas de soja.

Para o corrente ano, as estimativas apontam um acréscimo de cerca de 10 por cento na lavoura do milho, 30 por cento na lavoura de soja, 5 por cento na de arroz e mandioca, respectivamente, e 30 por cento na fruticultura.

Segundo estas mesmas previsões, haverá ainda uma redução de 5 a 10 por cento na lavoura do feijão. Isso deverá ocorrer em virtude de muitos agricultores estarem substituindo esta cultura pela soja, por ser esta última mais rentável no momento, devido aos excelentes preços que vem conseguindo no mercado.

A lavoura do trigo também tende a ser reduzida no corrente ano, caso não sejam reformulados os preços fixados, considerados pelos agricultores como demasiadamente baixos.

Sofrendo o impacto das importações de banha e em virtude dos pre-

ços atualmente pagos pelo animal vivo, que não é estimulador, a suinocultura está também sofrendo um grande impacto. Mesmo desta forma, nota-se uma grande tendência no aumento do desfrute, que poderá ocorrer pela expansão do porco tipo carne e da tecnificação dos criadores. Atualmente, o rebanho suíno do Estado é calculado em 3 milhões e 200 mil cabeças.

Com uma maior participação da região Oeste, dentro de aproximadamente 2 anos deverão ser abatidos no Estado, anualmente, cerca de 20 milhões de aves.

Isso deverá ocorrer em função do rápido desenvolvimento que a avicultura vem alcançando, com base em grandes empreendimentos realizados pelas empresas frigoríficas.

A POLICULTURA

Em Santa Catarina, pode-se constatar a vocação policultora e policriatória, por razões estreitamente ligadas ao processo de formação econômica da sociedade, em que os esquemas da colonização agrária moldaram um panorama bem característico, com o ilhamento de grupos humanos que, gradativamente foram sendo integrados numa sociedade de mercado.

Paralelamente a essa vocação multifuncional agropecuária-extrativista, como decorrência do próprio delinea-

mento da colonização, as atividades familiares relacionadas com o processamento de produtos agropecuários contribuíram, como suportes, para a disseminação de unidades industriais rurais que, até hoje, representam componentes dos mais característicos das paisagens catarinenses.

De uma maneira geral, a lavoura tem maior destaque nas atividades do setor primário, embora não de modo generalizado, quer em virtude da expressiva atividade criatória de gado bovino em determinados municípios, quer em função do desenvolvimento, em especial, da suinocultura em propriedades das áreas do meio e do extremo Oeste. Nestas regiões, a suinocultura impulsiona a atividade da lavoura que se coloca como atividade-meio.

Embora a policultura seja expressão tradicional do comportamento do agricultor catarinense, poucos produtos, tem de fato importância destacada.

O MILHO

Matéria prima para a indústria de alimentos humanos e animais, o

milho é quase vital para um Estado cuja suinocultura e avicultura vem evoluindo, com tendência a se tornar o líder nacional nessas empresas. A cada dia, torna-se mais importante para a economia catarinense a cultura do milho.

Santa Catarina, o quinto maior produtor de milho do Brasil, teve em 1971 uma produção 1.496.117 toneladas. Em 1972 esta produção foi de 1.400.000 toneladas. O milho produzido no Estado destina-se, em quase sua totalidade, à alimentação de animais, com cerca de 80 por cento usado na alimentação de suínos e os 20 por cento restantes, consumidos na alimentação humana e outros animais domésticos.

Tomando-se as 10 principais lavouras do Estado, o milho representa cerca de 30 por cento do valor da produção agrícola. Em virtude de sua conversibilidade em carne, vem sendo cultivado numa escala crescente. Mesmo assim, a produção estadual não logra um volume capaz de suprir a demanda elástica devido à expansão da suinocultura.

O rendimento da lavoura de milho em Santa Catarina tem sido melhorado, e já é dos melhores entre os demais Estados produtores do Brasil. Atinge aqui, em média, cerca de 1.900 kg/ha, ultrapassando a 2.000 kg/ha nas micro-regiões do Meio e Extremo Oeste.

Nestas regiões, no meio e extremo Oeste, a produção representa quase que 70 por cento de todo o Estado.

No ano de 1971 foram deferidos 9.376 contratos (para custeio) na cultura do milho, no valor total de Cr\$ 13.961.000,00, sendo que o empréstimo médio foi de Cr\$ 1.489,00.

Como se pode observar o empréstimo médio para o milho é pequeno, e caracteriza a empresa rural catarinense — pequena propriedade. No ano de 1970, o total de empréstimos para custeio do milho representou 22 por cento dos financiamentos rurais deferidos para o custeio agrícola.

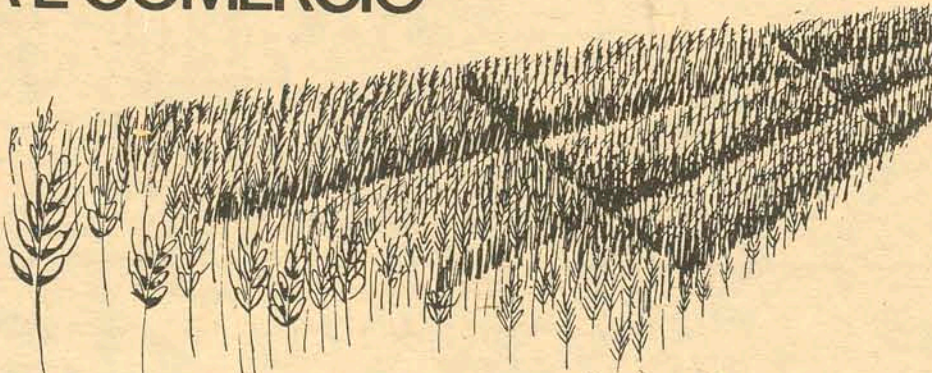
A MANDIOCA

A mandioca, a despeito de grandes flutuações da produção, face ao subordinação ao mercado consu-



METALÚRGICA PAGÉ INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Fabrica Fornos para estufas de Arroz Amarelo, Grades, Arados de Discos, Aivéas, Roçadeiras e Semeadeiras.



BR-101, Cidade Alta C. Postal 90 Fones: 261 e 310 End. Tel. PAGÉ
ARARANGUÁ-SC

midor de produtos derivados — farinha e fécula — ora estimulando, ora desencorajando os agricultores, em função da flutuação de preços, continua representando parcela importante do esforço agrícola. Cerca de 10 por cento do valor da produção — entre as 10 primeiras lavouras — cabe à mandioca.

Seu cultivo — já da tradição precabralina — se disseminou por todas as áreas do Estado e, hoje, as micro-regiões do meio e do Extremo Oeste, superam as antigas áreas maiores produtoras, como as da bacia do Itajaí e do litoral Sul. Mas, nessas atuais regiões grandes produtoras, o cultivo da mandioca é orientado para o consumo interno, humano e para a conversão em carne.

Devido ao incremento da soja e por razões de opção entre o porco tipo banha e o porco tipo carne, o cultivo da mandioca tende a se estabilizar ou a decrescer, por não satisfazer à evolução da moderna criação animal.

Sua importância comercial reside nas áreas de cultivo mais tradicional, onde equipamentos industriais possibilitam aproveitamento da matéria prima para a produção de farinha e fécula.

Como lavoura, entretanto, de baixa renda, pouco representa para a melhoria das condições sociais e econômicas de milhares de lavradores catarinenses.

A área abrangida pela mandioca anda em torno de 163 mil ha., e a produção de pouco mais de três milhões de toneladas de raiz possibilita um rendimento médio em torno de 19 toneladas/ha.

O FEIJÃO

Em Santa Catarina, o Feijão ocupa entre 6/10 por cento do valor bruto da produção. Esta cultura é feita exclusivamente em lavouras coloniais, ocupando áreas pequenas, em grande número de propriedades rurais. Seu cultivo destina-se basicamente ao consumo da família do agricultor, sendo que a parcela comercializada representa o excedente da produção para consumo.

Sujeita a grandes flutuações de preço, a produção do feijão apresenta variações significativas.

Em geral, a cultura do feijão é consorciada com a do milho e mandioca, residindo nesse fato uma das causas do baixo rendimento obtido.

Além da flutuação do preço a que está sujeito, o feijão de Santa Catarina é, em geral, de qualidade inferior, recebendo cotação muito baixa nos mercados consumidores.

Sendo cultura de subsistência, o feijão não recebe nenhuma atenção, e sua cultura é feita sem nenhuma

técnica. Praticamente não são utilizadas sementes de qualidade conhecida, o uso de corretivos e fertilizantes é mínimo e são raros os agricultores que executam tratamentos fitossanitários.

Apesar dessa situação, existem lavouras, em número reduzido que, mediante uso de técnicas adequadas, conseguem rendimentos de 3.000 kg/ha, oferecendo ao mercado produto de ótima qualidade.

Sua comercialização é feita através de intermediários e, em menor escala, por cooperativas.

Na safra de 1969 e 1970, a produção do feijão (água e seca) representa 15 por cento do valor da produção agrícola e 12 por cento da área cultivada do Estado.

As regiões do Vale do Rio do Peixe e Oeste contribuem com 55 por cento e a região Norte com 23 por cento de feijão das águas, na safra de 69/70.

O feijão da seca tem como região de maior produção o Oeste, com 69 por cento, contando ainda, com participação significativa da Região Sul, com 14 por cento na safra 69/70.

O rendimento médio no Estado é de 550kg/ha. A área de maior produção é a micro-região de Chapecó, com rendimento médio de 698kg/ha.

O ARROZ

Santa Catarina ocupa o 8o. lugar entre os produtores de arroz do Brasil. Na economia catarinense o arroz ocupa posição de destaque. Com 105.633 hectares plantados; é a 4a. cultura em área ocupada e se constitui em principal fonte de renda de apreciável número de agricultores ao longo do litoral. Cerca de 13 por cento do arroz produzido no Estado é exportado, perfazendo aproximadamente 1 por cento do valor total das exportações agrícolas de Santa Catarina. É o principal produto agrícola de exportação atingindo a mais de 10 milhões de cruzeiros o total exportado. Dá origem a mais de 200 indústrias de beneficiamento.

Os rendimentos médios por hectare são variáveis, encontrando as produções mais altas no Vale do Itajaí, com mais de 4.000kg/ha, e as mais baixas no Norte do Estado com 1.300kg/ha.

Cerca de 83 por cento da produção encontra-se no litoral, onde as lavouras são irrigadas no sistema de tabuleiros. Nas regiões do Planalto e Oeste o arroz é de sequeiro e destinado quase que totalmente à subsistência da família.

As variedades mais plantadas são o amarelão, dourado, precoce, iguape, fortuna, prato, blue rose, maravilha, goiano, japonês e agulha.

O FUMO

De grande importância comercial

assume a lavoura do fumo, que vem crescendo em Santa Catarina.

Inicialmente mais disseminada na Bacia do Itajaí, a fumicultura se expandiu nas áreas meridionais litorâneas e no Oeste.

A área cultivada em 1970 é estimada em 32 mil hectares e a produção gira em torno de 52 mil toneladas.

A validade dessa lavoura tem sido muito discutida devido a opção que implica em relação a uma utilidade não alimentar e por ser considerada muito esgotante dos solos, e seu tratamento requer grande esforço do agricultor.

Entretanto, é lavoura vitoriosa, em virtude de condições quase excepcionais quanto a garantia de escoamento de safras, quanto a orientação técnica e frequentemente financeira, prestadas pelas empresas que industrializam o produto.

É a lavoura que atinge maior ingrediente científico, pois o controle técnico é indispensável, segundo interesses das empresas que investem no meio rural recursos financeiros e técnica. A terra e o trabalho correm por conta do agricultor.

Na opinião de muitos, continua sendo a lavoura que mais renda propicia, embora sejam frequentes situações aflitivas em períodos de maior inflação.

Como outras atividades, a fumicultura tem séria desvantagem, pois implica na utilização de grande quantidade de combustível derivado do abate arbóreo e, raramente há reposição pelo agricultor de massas lenhosas.

O TRIGO

Confinado às áreas do planalto, o seu cultivo é feito em pequenas propriedades à exceção da região de Campos Novos — um prolongamento da área tritícola gaúcha.

A crescente participação do trigo na pauta de importação do Brasil levou o Governo Federal a criar uma política de incentivo à triticultura nacional. Santa Catarina, contribuindo com cerca de 6,3 por cento da produção brasileira de trigo vem respondendo aos estímulos recebidos com o aumento de sua produção.

Esses aumentos verificados devem-se, basicamente, à aumentos na área cultivada, pois o rendimento tem permanecido estável, ao redor de 700kg/ha.

As pequenas dimensões das lavouras coloniais aliadas às condições de topografia, unem-se para dificultar a mecanização, fator de máxima importância para aumentar o rendimento do trabalho na cultura, diminuindo o seu custo de produção.

Estas pequenas lavouras são responsáveis por 90 por cento da produ-

ção do Estado e concentram-se nas regiões do Oeste e Vale do Rio do Peixe.

Paralelamente, o trigo vem se desenvolvendo em médias e grandes propriedades que, pelas condições de topografia permitem a mecanização da cultura. As regiões compreendidas pelos municípios de Campos Novos, Curitiba, Xanxerê, Papanduva, Itaiópolis, Abelardo Luz e Mafra, onde situam-se as maiores lavouras tritícolas, apresentam condições propícias para o desenvolvimento da triticultura.

As condições topográficas favoráveis à mecanização aliada à possibilidade da rotação trigo-soja, que permite pela utilização do solo e da maquinaria, proporciona ao agricultor maior taxa de retorno sobre o capital investido.

A comercialização do trigo é feita em sua totalidade através do Banco do Brasil. O trigo é armazenado por cooperativas ou armazéns oficiais, à disposição do Banco do Brasil.

O índice da mecanização da lavoura é muito baixo e a produção não alcança 100 mil toneladas anuais, em cerca de 132 mil hectares.

A UVA

Como cultivo permanente, a uva é importante no Meio Oeste, no médio e Alto Vale do Rio do Peixe. A área mais tradicional — de Urussanga, encontra-se em decadência quanto a essa lavoura, e a mais recente encontra condições melhores, a despeito dos problemas de produção superior à demanda interna, de vinho e de uva.

Entretanto, é o produto que explica, em muitas propriedades o padrão de vida relativamente alto dos colonos, em confronto com o baixo padrão de vida de outros proprietários situados na mesma região inas que não cultivam a videira.

O SOJA

Integrando-se no esquema da suinocultura, a lavoura de soja vem se comportando como das mais promissoras. O crescimento é dos mais notáveis. A produção de 7.600 toneladas, em 1966, já atingiu, em 1970, 85.000 toneladas. Em 1972 esta produção subiu para 140.000 toneladas.

Essa cultura passou a ter grande incremento no Estado a partir de 1964. Utilizada como fonte proteica na alimentação animal, especialmente suínos, é usada em substituição à farinha de carne, nas rações de recria e terminação de suínos.

Paralelamente, instalaram-se no Estado indústrias com o objetivo de beneficiar o soja, produzindo óleo comestível, óleo bruto, torta e farelo de soja.

O desenvolvimento da cultura iniciou-se na zona Oeste do Estado, onde a suinocultura está concentrada e

onde instalaram-se as primeiras indústrias.

Atualmente ela está disseminada em várias regiões mantendo a tendência de aumentar a área de plantio.

Atualmente, o Estado possui uma capacidade industrial instalada que necessita, anualmente, cerca de 42.600 toneladas.

Além da demanda proveniente da indústria, a alimentação animal, notadamente suínos, torna necessário a produção de 96.000 toneladas por ano.

Sonando-se ao consumo interno, a exportação do soja e seus subprodutos apresenta-se com possibilidades para o Estado, haja visto os preços pagos no mercado internacional, aliado a circunstância de produzirmos na época de entressafra do maior produtor mundial de soja.

Em algumas regiões do Estado, o soja é uma cultura nova para o agricultor, que desconhece por completo as técnicas agrícolas que a cultura requer. É o caso do Vale do Itajaí e do Litoral Sul, onde terras anteriormente ocupadas com mandioca estão sendo cultivadas com soja.

Nas regiões tritícolas do Estado, o soja vem sendo cultivado em rotação com o trigo. Tal prática vem apresentando resultados altamente satisfatórios.

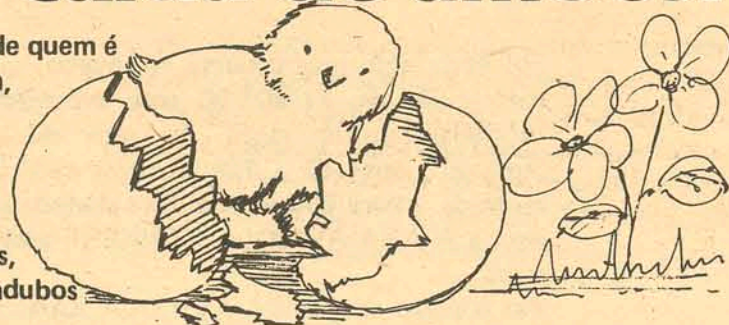
Entretanto, a cultura resente-se da falta de sementes de boa qualidade, em quantidade para atender a atual demanda. O trabalho de melhoramento e seleção de variedade requer paralelamente, um esforço para a multiplicação e comercialização de sementes selecionadas de modo a permitir que todos os agricultores possam ter ao seu alcance, em tempo e lugar oportunos as sementes que necessitam.

Para a melhoria das condições da lavoura catarinense, os caminhos a serem percorridos ainda são longos. O agricultor precisa ser educado; os insumos de produção precisam chegar de maneira rápida e barata até ele; as estradas precisam ser melhoradas, para não mais atemorizarem ao produtor agrícola; e um bom esquema de comercialização precisa ser montado, ajudando-o a ser melhor e mais justamente remunerado

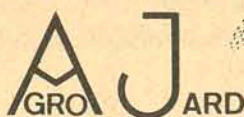
Agrojard não faz distinção entre um pinto e um jardim. Cuida de ambos.

Para pintinhos de um dia, a AGROJARD tem ração e medicamentos da SOCIL, de quem é distribuidora autorizada. Mas se o seu caso for jardim, a AGROJARD dá assistência, manutenção, tudo.

Além disso, a AGROJARD é especialista em execução e projetos agropecuários, agro-industriais, Engenharia rural, Florestamento, Reflorestamento, Mecanização agrícola, Sementes e Mudanças selecionadas, Construção e manutenção de parques, Aplicação de adubos e defensivos agrícolas.



socil
pró-pecuária s.a.

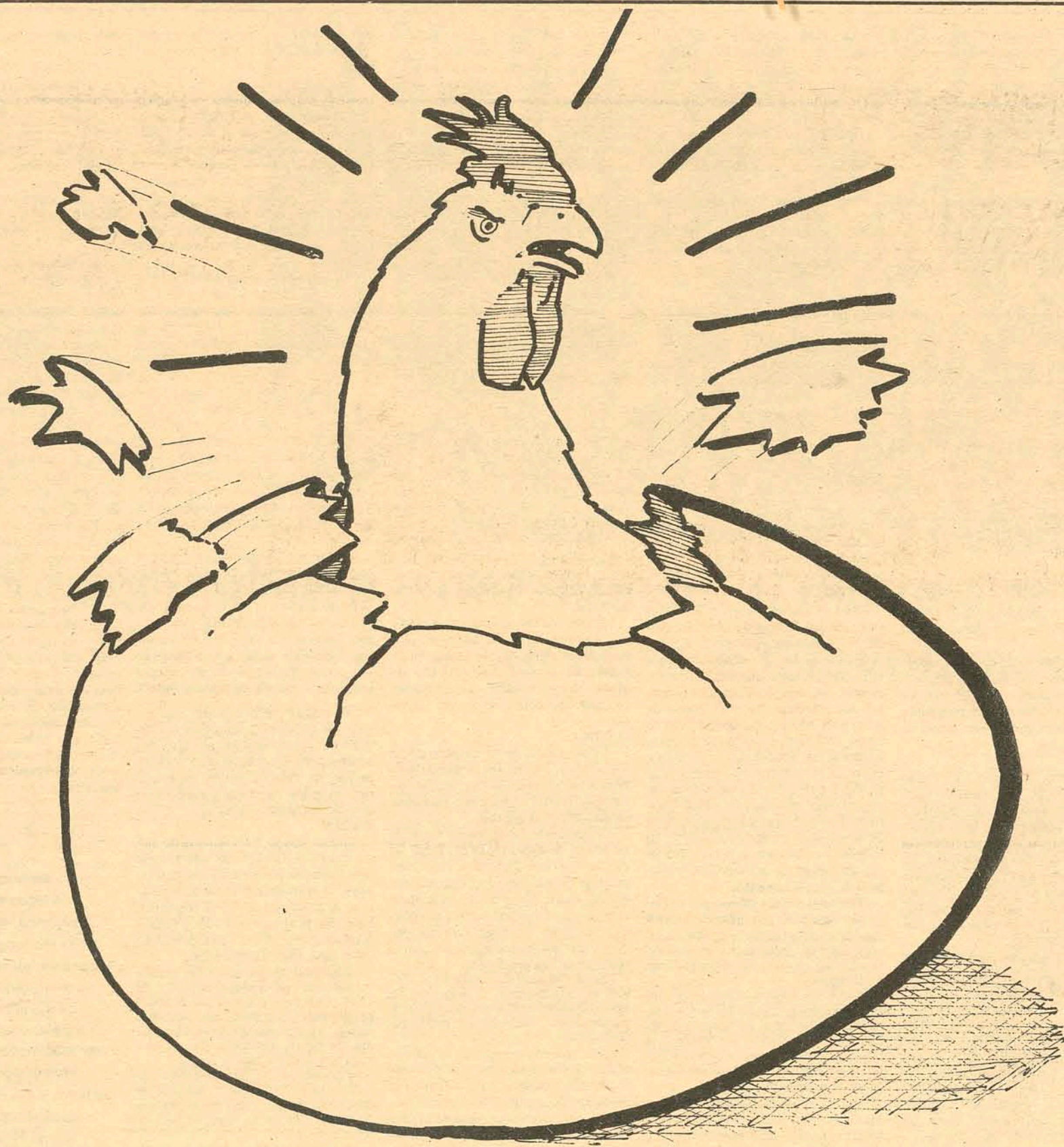


AGROPECUÁRIA E JARDINAGEM



HORTO: "Chacara BECHKAUSER"
Estrada velha Indaial
SALTO WEISSBACH — BLUMENAU

R. S. Paulo, 732 (Escritório e Depósito)
C. Postal 832 — Blumenau, SC.



Empresa importante já nasce grande.

Foi neste ano, precisamente em março, que a SEARA AVÍCOLA XANXERÊ obteve autorização do FUNDESC para captação de incentivos. Mas já está fabricando 5 toneladas-hora de ração. No setor de suínos, estão funcionando 10 unidades de produção, com 60 a 120 matrizes cada uma. E duas unidades de terminação com, capacidade para 900 suínos. Seus abatedouros de aves já estão em construção. Enquanto isso, a SEARA AVÍCOLA XANXERÊ está operando com os abatedouros do Frigorífico Seára.

Mas o plano da SEARA AVÍCOLA XANXERÊ possibilitará a instalação, para breve, de um abatedouro de aves com capacidade de 50.000 dia. E uma fábrica de ração de 20 toneladas-hora. Além de um incubatório para produção de 50.000 pintos-dia. Empresa importante já nasce grande.

SEARA AVÍCOLA XANXERÊ • Xanxerê SC

CINQUENTA E CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS EM SUÍNOS E AVES É MUITO SUÍNO E MUITA AVE.



O Frigorífico Seára S/A., em 1971, faturou Cr\$ 37.012.000,00. Em 1972, Cr\$ 37.012.000,00. Em 1973, o Frigorífico Seára alcançará um faturamento de Cr\$ 55.000.000,00.

Além disso é o primeiro frigorífico, em todo o País, a implantar o método de tipificação de carcaças na aquisição de suínos, que são identificados no ato de entrega no abatedouro, concedendo aos suinocultores um preço-estímulo por animal com as medidas padrão.

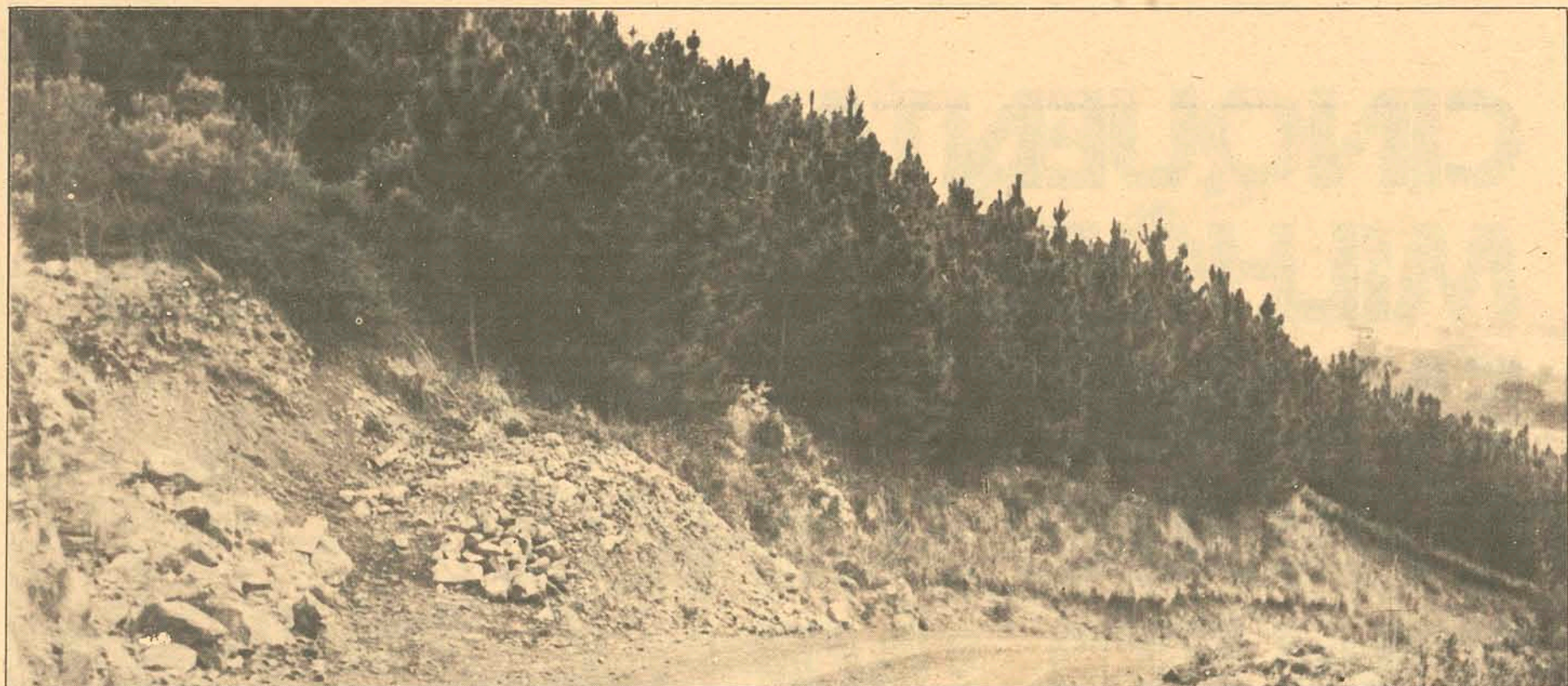
Com uma rede de distribuição que atinge desde o Rio Grande do Sul até o extremo norte do Brasil, a Empresa está divulgando não só o município de Seára

onde está localizada, mas Santa Catarina, também. A respeito do município, diga-se, ainda, que FRIGORÍFICO SEÁRA contribui substancialmente para o seu desenvolvimento. Seára está classificado em 24o. lugar no Estado para o retorno do ICM, em 1974.

É fácil ver quanto uma firma que fatura Cr\$ 55.000.000,00 tem a ver com isso.

S SEÁRA
FRIGORÍFICO
SEÁRA S.A.

SEÁRA - Santa Catarina
C. P. 17
TELEGRAMAS "FRIGOSA"



Em muitas áreas do Estado, a atividade madeireira pode ser considerada a principal fonte de renda. E a participação de SC quanto ao reflorestamento nacional não desmerece sua tradição madeireira.

O reflorestamento: em busca da fama e riquezas devastadas de Santa Catarina

Embora o Brasil ainda possua 40 por cento de sua área total coberta pelo verde das florestas, este número, segundo alguns técnicos, não significa que a situação do País com relação às suas matas seja considerada como boa.

Em toda a sua extensão territorial, o Brasil conta atualmente com um montante de dois bilhões e meio de árvores plantadas. Santa Catarina, por ser um Estado de tradição madeireira, conta com cerca de 320.000.000 árvores, plantadas numa área de 152.635 hectares.

Estas florestas artificiais, atualmente em formação, localizam-se principalmente na Região Planaltina do Estado, com destaque especial para os municípios de Lages, Ponte Alta, Santa Cecília, Campos Novos, Mafra e Caçador. Na Região Oeste, destacam-se os municípios de Catanduvas, Ponte Serrada, Abelardo Luz e Chapecó.

O DESENVOLVIMENTO FLORESTAL CATARINENSE

A participação de Santa Catarina no montante de dois bilhões e meio de árvores plantadas no País, com os incentivos fiscais instituídos pelo Governo Federal, pode ser considerada como expressiva e condizente com sua tradição de estado madeireiro.

A indústria extrativa da madeira pode ser considerado como o principal fator de grande parte do Estado e, em muitos municípios permanece como atividade das mais importantes.

As formações florestais nativas, em que se destacam as espécies Araucária Angustifolia, Im-

buia, Canela, Cedro, Erva-Mate, Palmito e uma série de outras proporcionam esta importante atividade extrativa, o que coloca Santa Catarina como um dos primeiros estados do país na exportação de madeiras, óleo de sassafráz, erva-mate, palmito em conserva, celulose e pasta mecânica.

Estas empresas que utilizam matéria prima florestal, formam um grande parque industrial, onde se destacam as fábricas de papel e celulose, de laminados, de compensados e de móveis.

Em 1972, a exportação catarinense de Pinho Serrado alcançou o montante de cerca de 270.00 metros cúbicos, num valor de 21 milhões de dólares. Deste total, foram exportados 84.028.733 metros cúbicos para a Argentina; 167.609.349 para o Hemisfério Norte e 18.408.802 para outros mercados.

Ainda neste mesmo ano, Santa Catarina exportou 25.880 metros cúbicos de Pinho Manufaturado; 20.433 de outras madeiras; e 5.700 toneladas de celulose.

No mercado nacional, foram comercializados 86.137 metros cúbicos de Pinho em Toras; 1.085.323 de Pinho Serrado; 165.736 de Pinho beneficiado; 11.825 de Compensados de Pinho; 47.012 de Laminados de Pinho; 14.000 toneladas de celulose e cerca de 350.000 metros cúbicos de outras madeiras.

FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO

Pela obrigatoriedade de reflorestamento, por parte das indústrias e dos exportadores, quer pela aplicação de incentivos fis-

cais concedidos pelo governo federal, os plantios de árvores, em Santa Catarina, através de projetos aprovados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, alcançaram o montante de 320 milhões de árvores, plantadas numa área de 152.635 hectares, a um custo médio de Cr\$ 1.800,00 o hectare, aproximadamente.

A predominância das espécies florestais no reflorestamento de Santa Catarina é das coníferas, procedentes da América do Norte (Pinus Elliotti e Taeda) da Araucária angustifolia — o pinheiro brasileiro — e dos Eucaliptos.

O percentual de predominância do pinheiro-brasileiro aproxima-se de 10 por cento, ou 32 milhões de árvores com tendência a ascender em virtude dos conhecimentos culturais adquiridos, fenômeno que também ocorre com outras essências típicas.

Essas florestas artificiais em formação localizam-se em sua maioria na região planaltina, sobressaindo-se o município de Lages, com 33 mil hectares; Ponte Alta, com 15 mil; Santa Cecília, com 12 mil; Campos Novos, com 10 mil; Mafra, com 7 mil; e Caçador e Curitiba com 6 mil hectares.

Na Região Oeste, destacam-se os Municípios de Catanduvas; com 6 mil hectares; Ponte Serrada com 4 mil; e Chapecó com 2.500 hectares.

No litoral, merecem destaque os municípios de Joinville, com 5 mil hectares; Palhoça com 3 mil; Ibirama com 1.500 e Ima-

ruí, Indaial e Garuva com 1 mil hectares.

Segundo o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — as florestas estaduais apresentam-se saudáveis, especialmente a Araucária Angustifolia, o Pinus Elliotti e Taeda e o Eucalipto.

A armilarirose, doença que se manifesta nos pinus, tem tido, segundo o IBDF, uma incidência insignificante nas florestas plantadas no Estado.

PARQUE INDUSTRIAL E FRUTICULTURA

O parque industrial catarinense, no setor madeireiro, encontra-se concentrado, principalmente nas cidades de Lages, Caçador, Irani, Fraiburgo, Canoinhas, Três Barras, Itajaí, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Mafra, Chapecó, Joaçaba, Curitiba, Campos Novos e Rio do Sul.

Estas indústrias, de uma maneira geral, atuam na produção de papel, celulose, laminados e compensados, perfilados, móveis e etc.

Os projetos de fruticultura, que também gozam dos incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal, vem apresentando em Santa Catarina resultados animadores.

Iniciados em 1970, os projetos aprovados pelo IBDF, já ultrapassaram o montante de 2.500.000 de árvores, numa área aproximada de 3 mil hectares, nos quais foram investidos cerca de 20 milhões de cruzeiros.

Nestes projetos destacam-se os plantios de maçãs e nectarinas em Fraiburgo e Lebon Régis e nogueiras pecã em Chapecó e Abelardo Luz.

A EXPLORAÇÃO INDISCRIMINADA

Em Santa Catarina, como nos demais estados brasileiros, a exploração florestal foi feita indiscriminadamente até 1965.

A partir deste ano, é que praticamente se iniciaram as ações de conservação de florestas, matas ou vegetações, consideradas de preservação permanente de acordo com o novo Código Florestal.

Até 1965, a conservação existia apenas nas áreas dos Parques Nacionais, que foram surgindo a partir de 1937 no país e em Santa Catarina a partir de 1961.

Segundo Mauro Pinho Gomes, Delegado do IBDF em Santa Catarina, a recuperação do patrimônio florestal, não só no Estado mas em todo o Brasil, vem sendo alcançada graças a política florestal do IBDF, alicerçada pelo Código Florestal de 1965, que instituiu os incentivos fiscais para esta área da economia bem como a obrigatoriedade de reposição florestal.

Para ele, Santa Catarina ainda possui reservas florestais em um bom número, o que alivia em muito os efeitos da crise de matéria prima que já aflige outras unidades da federação.

No Estado, com uma área de 95.000 quilômetros quadrados o que equivale a 9,5 milhões de hectares, possui aproximadamente 20 por cento desta área coberta por florestas naturais.

Os reflorestamentos ocupam 160 mil hectares, o que equivale a 1,6 por cento da área do Estado.



Quando nem se sonhava com incentivos fiscais, Brasilpinho já reflorestava.

O Grupo BRASILPINHO começou a reflorestar cedo. No tempo em que nem sonhava com incentivos fiscais. Por isso, hoje, já tem 11 milhões de pinheiros plantados; e a grande área recentemente adquirida vai ganhar mais 13 milhões de pés. Mas o Grupo BRASILPINHO não ficará nisto. Sua meta inicial é 50 milhões, número que justificará a implantação de uma fábrica de papel. Agora, é que o Grupo BRASILPINHO está capitando incentivos para ficar grande.

O GRUPO BRASILPINHO:
Madeireira Crisciuma Ltda. "MACRIL"
Reflorestamento Scherer Ltda.
Empreendimentos Massiambú S.A.
Madeireira Brasilpinho S.A.

O Grupo BRASILPINHO capta os seus incentivos para poder:
REFLORESTAR ainda mais;
ABATER ainda mais;
INDUSTRIALIZAR ainda mais.

EMPREENDEIMENTOS

MASSIAMBÚ

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Avenida Presidente Kennedy, 16 A - C.G.C. 82.536.277/001 - Inscr. Estadual 133 - São José - Santa Catarina.



Na pecuária estadual, a bovinocultura de leite e corte ainda é realizada de forma precária. A suinocultura e avicultura tem apresentado crescimento vertiginoso, com excelentes resultados.



Mesmo com um crescimento razoável, nem tudo vai bem com a pecuária estadual. Há muito a ser feito.

Uma análise estatística da distribuição (nacional) de financiamentos a produtores rurais e cooperativas demonstra que um total de Cr\$ 5,1 bilhões foi destinado à pecuária, em 72. Em 71, o montante destinado ao setor fora de Cr\$ 3,5 bilhões.

A maior parte desses recursos — acredita-se — foi aplicada nas atividades de cria, recria, e corte, subseções que, ao contrário do que ocorreu com a pecuária leiteira, foram também beneficiadas com uma alta constante de preços.

No total, os financiamentos agrícolas, pecuários e pesqueiros, foram da ordem de Cr\$ 12,6 bilhões em 72. Houve um incremento percentual de 45,1 por cento sobre os financiamentos de 1971, que atingiram um total de Cr\$ 12,8 bilhões.

Em Santa Catarina, o FAP movimentou Cr\$ 1.431.043,00 em 72, cumprindo com seus princípios básicos, de financiar a compra de reprodutores bovinos, ovinos, suínos. Cento e seis reprodutores bovinos nacionais, e 48 bovinos importados da Alemanha, França e Áustria, foram financiados pelo FAP, num valor total de Cr\$ 639 mil. Além disso, o Fundo movimentou outros 600 mil cruzeiros, para a comercialização de 1.500 reprodutores suínos.

Outras atividades do Fundo Agropecuário foram o financiamento de 39 reprodutores ovinos, no valor de

Cr\$ 42.154,00; o financiamento de 18 máquinas transplantadoras de arroz, importadas, por Cr\$ 103.073,00; e o Fundo ainda propiciou recursos para a compra, por parte de pecuaristas, de 576 ampolas de sêmen congelado, no valor de Cr\$ 46.816,00.

Ao final das operações do ano de 1972, elas haviam beneficiado cerca de 1400 criadores catarinenses.

Mesmo assim, parece haver muita coisa a fazer junto à pecuária catarinense. Alguns dados do censo de 70 reforçam essa tese. O Censo apurou taxas satisfatórias de crescimento dos rebanhos — o nível absoluto, entretanto, estava abaixo dos dados do Ministério da Agricultura.

O censo de 70 revelou a existência de um milhão e 956 mil cabeças de gado em Santa Catarina. Segundo dados do Ministério da Agricultura, o rebanho estadual seria, àquela época, dois milhões e 272 mil cabeças de gado.

Pelo mesmo senso, foram encontrados 207.331 estabelecimentos agropecuários no Estado, empregando uma mão-de-obra da ordem de 774.012 pessoas.

Em Santa Catarina, em 1920, o número de estabelecimentos rurais era de 33.744, o de trabalhadores rurais era de 162.970, o rebanho bovino contava com 614.202 cabeças e o suíno com 613.833 cabeças. Os crescimentos do rebanho bovino, que passou para 1.955.779 (em 70) e do

rebanho suíno, que passou para 3.131.984 cabeças, ao que parece não foram tão expressivos quanto os dos vizinhos Paraná e Rio Grande do Sul.

A criação de gado bovino de corte tendeu a estabelecer-se como a principal atividade econômica, em municípios do Planalto, onde a presença de pastagens naturais favoreceu a criação extensiva. Aliado a esse fator natural, existe o fato de que se trata de uma região do Estado em que se nota menor desmembramento da propriedade (fato comum a muitas outras regiões) existindo ainda fazendas de porte médio e grande.

A criação de gado de leite surgiu paralelamente à pequena propriedade. Agora, começa a tornar-se uma atividade expressiva nas propriedades antes dedicadas exclusivamente à criação de gado de corte. Hoje existe o Projeto de Gado Leiteiro, da Secretaria da Agricultura, que em 72 atendia cerca de 240 propriedades particulares, distribuídas pelas bacias leiteiras do Estado. Trata-se de área que suprem centros mais dinâmicos, não se restringindo aos polos por quem são mais diretamente influenciadas. De todas as áreas do Estado, o melhor rebanho (quanto a racionalidade) é o de Lages. Embora nas bacias encontrem-se gado de linhagem, existe muito cruzamento e mestiçagem no rebanho. Lages é a região em que se encontra o rebanho com melhores índices de pureza racial.

A suinocultura, dentro da agrope-

cuária catarinense assume um papel importante, chegando mesmo a assumir ares de fenômeno no meio rural. O rebanho atual está em torno de 5 milhões de cabeças, das quais 50 por cento são provavelmente de raças nobres.

Uma proporção de 30 porcos por propriedade familiar chega a ser verificada no Extremo Oeste e Meio Oeste. De certa forma, a suinocultura tem possibilitado evolução industrial no meio rural catarinense, pois numerosos frigoríficos — alguns com tecnologia avançada — são encontrados em áreas de maior volume de produção da matéria-prima.

A atividade de criação de aves de corte está ligada ao interesse de empresas industriais frigoríficas, que estimulam-na. Entretanto, as mesmas empresas passam a condicionar as opções do pequeno grangeiro, no sentido da produção de ovos, estimulando também a criação de aves de postura.

CARNE E LEITE

Dentro do plano nacional, Santa Catarina parece ocupar uma posição privilegiada quanto à sua pecuária, e fornecimento de carne e leite à população. Mesmo durante as crises que se verificam em todas as grandes cidades brasileiras este ano, Florianópolis e as cidades do Estado contaram com fornecimento regular de leite. Assim, durante a crise chegou-se a prever uma pior situação para o futuro, caso o produtor de leite não fosse melhor re-

munerado. Esse parece ser um problema já superado por algum tempo, graças aos aumentos concedidos e previstos para até maio de 74, quando o leite estará custando Cr\$ 1,40 ao consumidor final.

Na Região do Vale do Itajaí é que se constata um volume significativo de produção de leite, face à industrialização encontrada no setor daquela região. Mesmo sendo importante para o Vale do Itajaí, a atividade de criação de gado leiteiro é complementar, não exclusiva. Há evidentemente, exceções, encontrando-se granjas racionais, especializadas. Estas são em pequeno número, não sendo representativas no cômputo geral, apesar de apresentarem rendimentos acima da média estadual.

Em Florianópolis encontra-se também uma criação de gado leiteiro de certo porte, mas com rendimento inferior à região do Vale do Itajaí.

De forma geral, a exportação do gado leiteiro em Santa Catarina caracteriza-se pela baixa produtividade — 3 a 4 quilos de leite por vaca, e por dia. Existem regiões, como Florianópolis, em que as pequenas cooperativas de produtores de leite são várias, funcionam com um nível muito baixo, e com um produto de qualidade inferior. Os produtores, por outro lado, são proprietários de poucas cabeças, engordadas em pequenos espaços. Granjas leiteiras racionais são poucas no Estado.

O índice de fertilidade do rebanho caracteriza-se como sendo baixo — é comum as vacas leiteiras parirem de dois em dois anos. As pastagens do Estado, principalmente na pequena propriedade produtora de leite, em sua maioria encontram-se super povoadas e exploradas em pastoreio contínuo, que as desgasta rapidamente.

Sanitariamente, o rebanho bovino leiteiro em Santa Catarina encontra-se em condições precárias. Há campanhas, articuladas com diversos organismos, de combate à brucelose e aftose, em que já foram conseguidos bons resultados para melhoria do rebanho. Entretanto, a incidência de parasitos internos — verminoses — e externos — carrapatos e bernes — ainda é grande.

Dentro do PLAMAN — Projeto de Gado Leiteiro — encontram-se granjas localizadas em diversas regiões de Santa Catarina, orientadas tecnicamente, obtendo-se nelas melhores níveis de produtividade e maiores volumes de produção.

Os produtores de leite, em média mantêm plantéis reduzidos, com menos de 5 vacas por propriedade. Na maioria dos casos, a exploração leiteira não caracteriza-se como a principal fonte de renda da propriedade, a ele cabendo um papel secundário. A parte de leite comercializada pelo proprietário é aquela não consumida a nível familiar.

Mesmo assim, a produção industrializada de leite atingiu, em 72, 33 milhões de quilos do produto, estando os principais beneficiadores (responsáveis por mais de 80 por cento no Estado) no Vale do Itajaí. Dois convênios foram realizados com a ACARESC, para fornecimento de assistência técnica a indústrias do ramo de laticínios. Em ambas, inclusive, processa-se um trabalho de montagem de uma infraestrutura qualificada, fornecedora regular da matéria prima de qualidade.

Há, ligado à atividade leiteira, o PLAMAN — Projeto de Gado Leiteiro —, que se trata de um projeto integrado, visando o aperfeiçoamento da pecuária leiteira do Estado. Ainda há trabalhos desenvolvidos em convênio com várias outras entidades, visando o aprimoramento do setor. É o caso do FEPRO, que entra com subsídios para aquisição de reprodutores; da Associação Catarinense de Criadores de Bovinos, com controles de expansão do rebanho e sua qualidade; caso do Ministério da Agricultura, que participa do PROCIA — Projeto Catarinense de Inseminação Artificial —, e de pesquisas e orientação ao setor.

Como os outros brasileiros, o catarinense, mesmo o do litoral, sempre acostumou-se a comer a carne bovina. E, dessa forma, atravessa a crise como os outros habitantes do país, encontrando-se a carne rara e cara. Santa Catarina, apesar de contar com a vantagem de comer carne fresca, em vez de congelada consumida em outros Estados, também atravessa uma certa crise de abastecimento. Quanto ao fornecimento de carne fresca, recentemente algumas dezenas de matadouros do Estado foram fechados por não obedecerem às condições higiênicas mínimas exigidas para as operações de abate.

Santa Catarina possui, atualmente, um rebanho bovino de quase dois bilhões de cabeças. Essa cifra lhe dá uma participação de 2,15 por cento sobre o total brasileiro, e confere ao Estado a 8a. colocação em confronto com dos demais Estados da federação.

Segundo o que se sabe, a região onde se concentra o maior rebanho

bovino é a Zona de Lages. Por levantamentos recentes constatou-se que existem aproximadamente 500 mil cabeças de gado, numa proporção de 26 por cento ao total do rebanho existente em Santa Catarina. Com relação à concentração bovina em regiões específicas, a Zona de Laguna encontra-se em segundo lugar no plano estadual, com um efetivo de mais de trezentas mil cabeças. O Vale do Itajaí e o Oeste do Estado concentram cerca de 15 por cento do total do rebanho estadual.

O primeiro lugar em termos de concentração de bovinos por município cabe a Lages — a cidade está com um rebanho estimado em mais de 200 mil cabeças de gado. É ainda na região dos Campos de Lages que a criação de gado de corte encontra sua maior atividade.

Nas zonas do Vale do Rio do Peixe, do Oeste Catarinense, e de Laguna, encontra-se rebanhos ora mais especializados para produção de carne, ora para produção de leite. As pastagens utilizadas são naturais, e a ocupação das mesmas é feita por sistemas de aspectos totalmente superados. A ocupação animal varia em torno de 30 a 40 cabeças por cada 100 hectares, podendo esse rendimento ser triplicado, caso seja aplicado o sistema de exploração intensiva, com pastagens artificiais e outros complementos necessários.

A produtividade do rebanho catarinense pode ser considerada muito baixa, em comparação a outros países. Em relação às condições brasileiras, a situação catarinense fica um pouco atenuada. Nosso rebanho apresenta um desfrute de 10,7 por cento; o do Brasil é de 10,0 por cento e o da Argentina é de 22,5 por cento (o que permite que aquele país, com menos gado que o Brasil, produza muito mais carne); o da Austrália é de 26,9 por cento; o da França, 41 por cento e o da Alemanha, 45 por cento. Desfrute é uma relação expressa pela proporção entre a parte do rebanho pronta para o abate, e o total do rebanho.

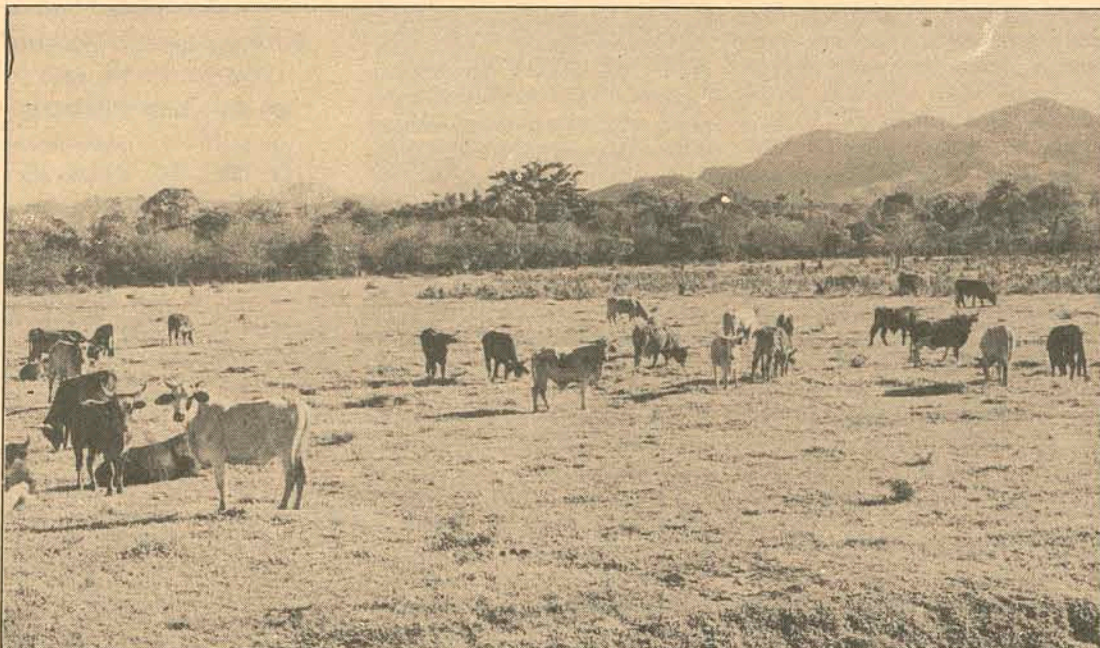
As causas do baixo desfrute catarinense podem ser atribuídas a dois fatos básicos — o baixo índice de fertilidade das matrizes (cerca de 50 por cento apenas), e o longo período de apronto para o abate, que no caso catarinense varia de 40 a 60 meses.

O índice de mortalidade, se bem que não avaliado, parece relativamente alto. Em fins de setembro, os pecuaristas de Lages anunciavam uma mortandade de 15 por cento do rebanho bovino na região. Explicavam que o gado ainda havia sido atacado por carrapatos, de forma intensa. Como uma das causas da mortandade do gado, apontavam os pecuaristas os agrônomos da região como responsáveis por uma orientação inadequada.

Na época, respondeu o Secretário da Agricultura, Glauco Olinger, que a mortandade do gado era devida à inadequação da forma de exploração da terra. Os fazendeiros eram qualificados pelo secretário como "tradicionalistas", que se recusavam a adotar técnicas mais avançadas de exploração agropecuária.

Com pastagens melhoradas e técnicas regionais de manejo, alguns criadores do Estado obtêm rendimento de carne, por unidade de área, da ordem de 350kg/ha/ano. A média estadual dos criadores indica uma produção de 16,5 kg/ha/ano.

Novos mecanismos de estímulo financeiro deverão modificar de forma significativa o panorama da pecuária de corte estadual. O desempenho do CONDEPE — Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária — em



Na pecuária de corte e leite, um dos grandes empecilhos encontrados ao seu desenvolvimento é o tradicionalismo dos pecuaristas, que não usam modernas técnicas de criação.



Santa Catarina, a partir deste ano, abre perspectivas totalmente novas para a pecuária de corte no Estado.

Dentro de sua atuação no programa de bovinocultura para corte, a ACARESC estabeleceu objetivos que podem ser considerados ambiciosos. Pretende aquele órgão, com sua orientação, elevar o índice de fertilidade do rebanho para 80 por cento; reduzir a idade de abate dos animais para 36 meses. Com relação ao rendimento das propriedades, as metas continuam ousadas — o que se quer é aumentar a lotação das propriedades em 100 por cento, ao mesmo tempo em que se conseguiria aumentar a produção de carne para 100 kg/ha/ano, nas propriedades assistidas pela ACARESC.

Dentro desses planos o Ministério da Agricultura entra com a parte de pesquisa e experimentação. A Secretaria da Agricultura fornece os subsídios para aquisição de reprodutores. No esquema geral, entram as agências bancárias como responsáveis pelos financiamentos necessários. O CONDEPE, dentro do esquema financeiro, deverá proporcionar financiamentos para os criadores por convênio com a ACARESC, que deverá ser a encarregada da elaboração dos projetos e da assistência técnica ao projeto financeiro.

A indústria de carnes e derivados no Estado de Santa Catarina apresenta um número bastante expressivo de empresas, distribuídas em várias regiões geo-econômicas do Estado, principalmente nas áreas onde a suinocultura vem demonstrando nítido desenvolvimento.

Hoje, no Estado, existem aproximadamente 20 frigoríficos em funcionamento, construção ou instalação.

O Estado de Santa Catarina já possui matadouro-frigorífico especializado em carne bovina. O abate realizado pelos frigoríficos se restringe, apenas, ao atendimento do mercado local, e para os produtos de fiambreira que necessitam como matéria prima de quantidades de carne bovina, em pequena escala.

Em Lages, encontra-se quase pronto o primeiro frigorífico do Estado especializado no abate de gado de corte. Suas instalações foram projetadas, para uma primeira etapa em que está previsto um abate de 30 mil reses anuais. Numa segunda fase, o frigorífico viria a fazer 400 reses diárias.

O FRIGOPLAN — Companhia Planalto de Frigoríficos — está situada a 11 quilômetros do centro de Lages. Quando em operação, deverá atender aproximadamente 30 municípios do Estado, e também ao norte do Rio Grande do Sul, numa região que chega aos 80 mil quilômetros quadrados. O frigorífico ainda se prepara, também, em termos de fornecimento de matéria prima regular para suas atividades, sem o que não poderia operar normalmente em toda sua capacidade.

No rebanho de corte, nas regiões de Campos de Lages e Curitiba, predomina o mestiço, onde aparece uma gama de raças européias levemente lastreadas por raças zebuínas. Há o uso do cruzamento alternativo europeu-zebu, mas sem planejamento e indisciplinados.

Em 1972, haviam 2 milhões de cabeças de bovinos no Estado. Sessenta e cinco mil eram touros; 675.185 eram as vacas; os bois somavam 276.715; haviam nos pastos 298.026 novilhos e, ainda novos, haviam 337.171 bezerros.

Em Santa Catarina, como em todo o sul do Brasil, a produtividade dos rebanhos está intimamente ligada ao meio — como clima e as pasta-

gens. Isto é explicado pelo fato de ser alimentação básica do rebanho catarinense o pasto nativo, que, castigado anualmente por invernos rigorosos, perde no período sua capacidade nutritiva. Dessa maneira, fica prolongado o ciclo reprodutivo do rebanho, situando-se a idade média do abate em torno dos 4 anos.

As elevadas taxas de mortalidade são também condicionadas por fatores climáticos que atuam sobre as pastagens, diminuindo sensivelmente nos invernos rigorosos, sua capacidade nutritiva.

Mal alimentado, sem arraçoamento que suplemente a pastagem quase inútil, o gado torna-se debilitado e propenso a contrair moléstias que podem ser fatais. Ao mesmo tempo, os bezerros ao pé, por deficiências de leite, levam ainda mais a taxa de mortalidade, que se acerca de 15 por cento.

A natalidade do rebanho, em Santa Catarina, chega a 50 por cento do total, índice considerado muito baixo. A sub-alimentação e o manejo inadequado do rebanho, ao lado de doenças da reprodução, são responsáveis pelo baixo índice de natalidade do rebanho catarinense.

O número de cabeças de gado exploradas no ramo de corte, cujo produto é comercializado, atinge aproximadamente 700 mil cabeças. O abate de gado de corte, no Planalto Catarinense, chega a 70 mil cabeças por ano, número que aparentemente garante boa capacidade de operação ao FRIGOPLAN.

Começou a ser executado no Estado o PROCIA, que, na opinião de Glauco Olinger, Secretário da Agricultura, "virá trazer a inseminação artificial ao Estado, que, "se conduzida com rigor, dentro dos padrões técnicos e científicos é importante instrumento para acelerar a elevação de qualidade dos rebanhos".

Participam do Projeto, além da Secretaria da Agricultura, ACARESC, o Ministério da Agricultura e o Governo da República Federal da Alemanha. Ao fim de 1972, já haviam sido abrangidos pelo projeto cerca de 13 municípios. Na mesma época haviam 5 reprodutores bovinos em fase finais de pré-munição para industrialização do semem, e as inseminações efetuadas foram 5.152 no ano passado, com um resultado da ordem de 4.435 vacas fecundadas.

A nível local, o Projeto Catarinense de Inseminação Artificial é parte de um sistema mais complexo, o Plano Nacional de Inseminação Artificial, que lhe dá diretrizes e filosofia de trabalho. O PROCIA está previsto para atuar por período de 4 anos, en-

Porcos e aves: o violento crescimento de seus rebanhos tem motivado e conseguido a instalação de grandes indústrias nas regiões do Estado em que são produzidos.

tre 1972/1975. Suas áreas de ação iniciais foram definidas como o Planalto de Lages, o Alto Vale do Itajaí, o Baixo Vale do Itajaí, o Norte do Estado — Joinville —, Florianópolis e o Sul do Estado.

Inicialmente os recursos previstos para montagem e manutenção do Projeto virão das entidades oficiais envolvidas. Mais tarde, a iniciativa privada deverá participar com parcela básica dos recursos necessários. Ao final de sua execução, o Projeto deverá estar sendo absorvido e administrado pela iniciativa particular, que também será responsável por seus gastos.

No período de 1972/1975, os custos previstos para serem cobertos pela Secretaria da Agricultura e Ministério da Agricultura totalizam Cr\$ 3.133.268,00.

SUINOCULTURA E AVICULTURA

Em 1972, 11.922 suinocultores, responsáveis pela produção de 400 mil cabeças, foram orientados em Santa Catarina, através da ação governamental. Ainda em 72, foram introduzidos no rebanho suíno do Estado cerca de 6 mil reprodutores de linhagens puras. O atual rebanho catarinense soma 3 milhões e 200 mil cabeças; o abate médio tem sido de 1.700.000 cabeças por ano, correspondendo o número a um desfrute de 54,5 por cento.

O rebanho suíno em Santa Catarina teve um rendimento acentuado no período compreendido entre 1950 e 1960, diminuindo um pouco o ritmo nos últimos anos. A exploração suínica do Estado acompanha as regiões onde está concentrada uma forte cultura de milho, principal alimento do suíno. Estas regiões compreendem o Oeste Catarinense, e o Vale do Rio do Peixe.

Empresas como a Seara Avícola, que agora se instalam no oeste no ramo de frigoríficos, com o Frigorífico Seara, estão desenvolvendo programas de produção de suínos, em que serão envolvidos numa primeira fase cerca de 125 produtores. Oferecem ao produtor assistência técnica, financeira, e compra de toda a produção por tempo determinado. Com isto, pretende-se evitar oscilações na produção de suínos, havendo maior oferta dos mesmos nas ocasiões em que o preço do milho baixa, e torna-se com-

pensador usá-lo como ração para os porcos.

A região Oeste, somada à do Vale do Rio do Peixe, abriga cerca de mais de 50 por cento do total de suínos existentes no Estado. A região que apresenta maior densidade é do Vale do Rio do Peixe, encontrando-se ainda na mesma região rebanho de melhor qualidade. Encontra-se no Estado as raças de suínos tipo carne Duroc, Jersey e Landrace, ainda que em pequena escala.

No Vale do Itajaí, onde estão situados vários frigoríficos, a suinocultura encontra-se praticamente estacionada. No Planalto, e na zona de Canoinhas, o porco predominante é o mestiço e nacional, criados de forma extensiva. No Sul do Estado, em virtude da criação do FRISULCA, a suinocultura vem sendo estimulada, havendo assistência aos produtores da região por parte da ACARESC.

Os programas de desenvolvimento da suinocultura tem se empenhado em melhorar a qualidade do rebanho, produzindo animais maiores, e tipo carne. Por vezes, os frigoríficos compram o suíno do produtor, pagando o preço estipulado, e recebendo um produto de qualidade desigual. A banha tem sido um produto sujeito a constantes quedas de preço nos mercados consumidores, e não pode deixar de ser observado que a banha representa no mínimo 30 por cento do total da produção, mesmo em se tratando de métodos de fabricação dos produtos considerados modernos.

Santa Catarina ocupa a quarta posição do país, em termos de efetivo suínico. A exploração suína representa um forte ramo da economia catarinense, em se tratando de uma atividade que se constitui na principal fonte de renda para aproximadamente 50.000 famílias rurais. Além disso, a produção suína representa expressivamente na formação da arrecadação estadual.

Em 1971 foram abatidos 1,1 milhão de cabeças de suínos nos frigoríficos inspecionados pela SIPAMA. Computados os animais exportados para outros centros, animais abatidos em abatedouros não inspecionados e nas propriedades rurais, pode-se estimar em cerca de 1,8 milhões o número de suínos abatidos no Estado, naquele ano.

O desfrute do rebanho suínico do Estado chega a 60 por cento, o que o coloca como um dos melhores do país. Com relação aos países de mais de 100 por cento do rebanho, o índice catarinense reflete o atraso em que se encontra a situação atual da suinocultura estadual.

Algumas causas podem ser apontadas como responsáveis pelo desfrute existente. O baixo número de lei-

tões abatidos por porca anualmente, igual a 6, deveria ser maior do que 14; as parições por ano ainda estão na casa de 1,5, quando deveriam ser ao menos duas; a idade dos animais prontos para abate tem variado em torno de 12 meses, quando deveria ser inferior a 6; são algumas das causas do baixo desfrute da suinocultura.

Além desses, ainda há fatores limitantes do desfrute — trata-se do pouco uso de ração balanceada, da baixa percentagem de raças melhoradas em todo o rebanho, das condições precárias de manejo e higiene do rebanho; além de tudo, o não escalonamento da produção-safrista traz prejuízos econômicos ao produtor.

Um dos pontos de estrangulamento existentes na suinocultura é o da falta de reprodutores em número adequado, é uma produção de reprodutores ainda insuficiente. Várias são as entidades envolvidas na política de produção de reprodutores, registro melhoramento suíno.

Dentro das metas da ACARESC para 73, e do Projeto de Suinocultura, as ações a serem desenvolvidas primariamente são multiplicar as matrizes de qualidade para atendimento aos produtores de reprodutores; controlar as linhagens do rebanho através de testes nas estações de avaliação; e orientar os criadores, de modo geral, quanto à alimentação dos suínos.

AVICULTURA

A avicultura é um setor que evolui rapidamente em Santa Catarina, e há indicações de que o Estado poderá ser, a curto prazo, um dos cinco maiores produtores de aves do país.

Atualmente são abatidos em Santa Catarina, aproximadamente 10 milhões de frangos, e 750 mil perus. Com os programas de estímulo que vem sendo realizados, acredita-se que dentro de poucos anos o abate anual deverá alcançar a casa dos 20 milhões de aves.

A maior concentração de aves ainda pertence à zona do Vale do Itajaí, onde estão concentrados mais de 30 por cento do rebanho estadual. Nas regiões do Oeste e Vale do Rio do Peixe, a avicultura é uma atividade forte, sendo que a produção de galináceos nessa região chega a 35 por cento do total estadual. Nessas áreas, a produção de aves para frigoríficos — principalmente frangos para corte — vem se intensificando continuamente.

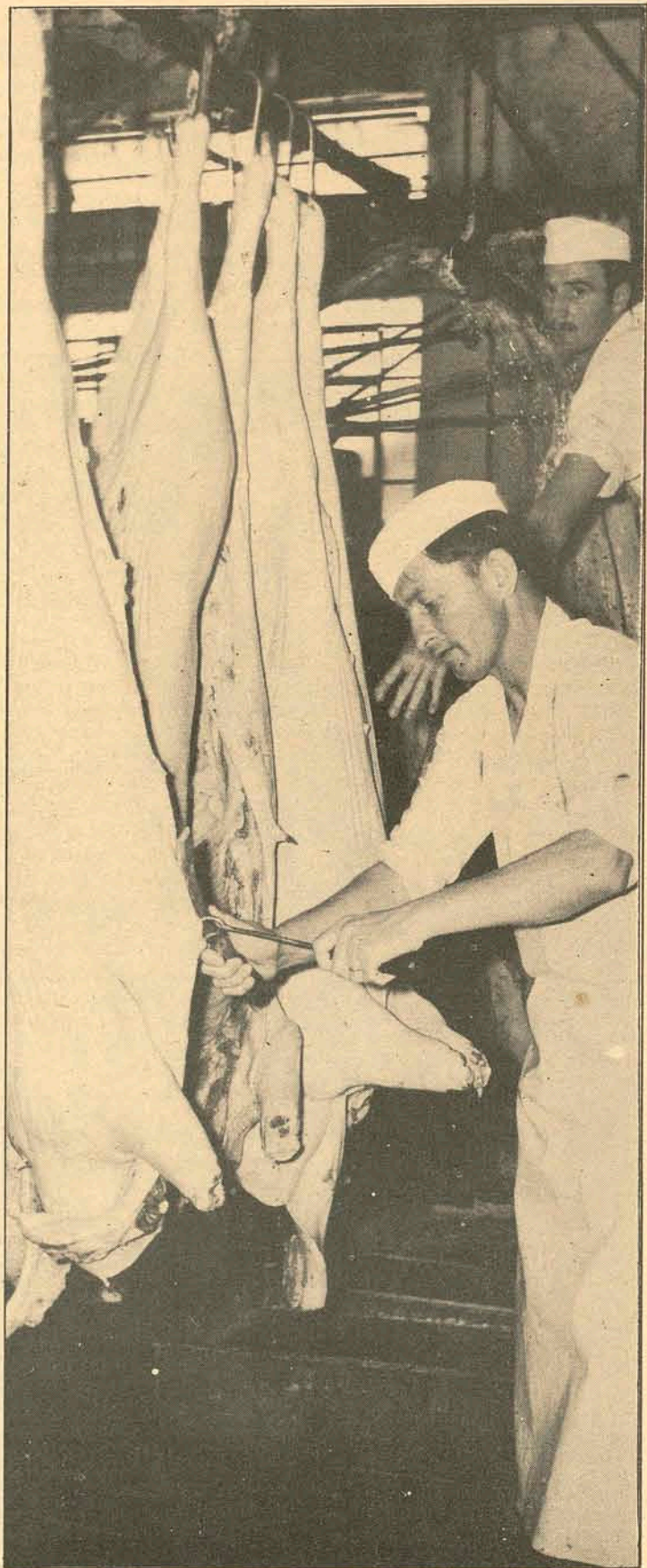
As atividades avícolas vem se desenvolvendo com base em grandes empreendimentos realizados pelas empresas frigoríficas, em sistema de integração vertical (agricultores/ indústria). O Governo participa com assistência técnica — dentro do processo — e oferta de financiamentos e incentivos fiscais.

Os agricultores tem sido levados a produzir aves. Os matadouros oferecem ao produtor assistência técnica, além de fornecer-lhes a ração balanceada para criação — e a produção tem garantia de compra em seu todo. Recentemente, a Sadia Avícola inaugurou um dos mais modernos abatedouros de aves do país, com capacidade de abate diário de 25 mil aves.

Apesar de vir apresentando um crescimento significativo, alguns fatores tem se constituído em dificuldades a uma maior expansão da avicultura catarinense, em que pese a boa fase de preços de mercado que atravessam os produtores. Entre essas dificuldades, pode ser citada a má qualidade do rebanho avícola, a ausência de conhecimentos técnicos por parte do agricultor, e dificuldades na obtenção de rações balanceadas, seja pelo seu elevado custo, seja pela dificuldade de aquisição dos elementos componente das rações.



Ao lado da suinocultura, a avicultura cresce violentamente no Estado, principalmente no Oeste.



Dentro do parque industrial catarinense, as indústrias de transformação de produtos agrícolas constituem o ramo mais significativo. Em 1970, este ramo participou com 24,03p.c. do faturamento industrial do Estado.

Para a indústria estadual, o campo continua sendo algo de muita importância.

Em 1969, a participação do ramo industrial de produtos alimentares no faturamento industrial do Estado foi da ordem de 24,03%. Em 1970, o mesmo índice sofreu leve depreciação, caindo a participação do ramo para 23,86% do total. Nem por isto deixaram as indústrias ligadas à transformação de produtos agrícolas de ter sua importância no plano industrial catarinense.

Em 1970, constata-se a existência de três grandes concentrações industriais no Estado. A principal era polarizada por Blumenau, a segunda situava-se na região polarizada por Joinville, e a terceira, na micro região polarizada por Concórdia. Naquele ano, as três foram responsáveis por 25,37%, 24,55%, e 15,17% do total faturado, num somatório de 65,09%. Na região polarizada por Concórdia, o predomínio do ramo industrial de produtos alimentares era evidente.

Em 69, o ramo industrial das indústrias de produtos alimentares era o terceiro em número de empregos oferecidos no parque industrial — 10628 operários — vindo logo após o ramo da madeira — 14.494 operários — e do ramo têxtil — 12.520 operários.

Estão sendo criadas, cada vez mais frequentemente, empresas ligadas à transformação de produtos agropecuários. No Oeste, concentram-se as empresas ligadas à suinocultura e avicultura, e também à bovinocultura de corte; lá, agora começa a ser estimulada a bovinocultura do leite. Esta, por sua vez, é forte no Vale do Itajaí, onde encontram-se empresas ligadas ao ramo de laticínios. No sul do Estado, existem indústrias ligadas à transformação da mandioca. Algumas indústrias deverão ser instaladas junto à área do Projeto de Fruticultura — PROFIT.

As indústrias tradicionais, como a alimentar e a madeireira continuam

disputando com a têxtil, a hegemonia de posições. E as duas são resultados imediatos dos volumes de bens primariamente elaborados pela lavoura, criação e extrativismo.

No setor terciário também podem ser vistos reflexos da ação no setor primário. A comercialização de produtos de origem da lavoura ou da criação e extrativismo vegetal — matérias-primas ou semi-industrializadas — representa volume expressivo, quanto ao movimento comercial geral da economia estadual. Pode-se até afirmar que parte do dinamismo dos setores secundário e terciário da economia provém da estreita ligação com a produção do setor primário. O modelo catarinense para o desenvolvimento continua apoiado na oferta de bens primários, de consumo direto e passíveis de transformações industriais.

Através do empenho do organismo financeiro, evidencia-se no Estado um esforço de implantação de indústrias. A este esforço pode ser identificada, em grande parte, a tentativa de aproveitamento industrial de matérias primas obtidas junto ao setor primário.

Entretanto, uma industrialização apoiada na oferta de bens primários não é meta exclusiva do governo. Mas ela continua a existir, na medida em que as dificuldades para atrair investimentos em ramos industriais mais sofisticados e modernos parecem ser maiores do que a viabilidade oferecida pelos ramos tradicionais.

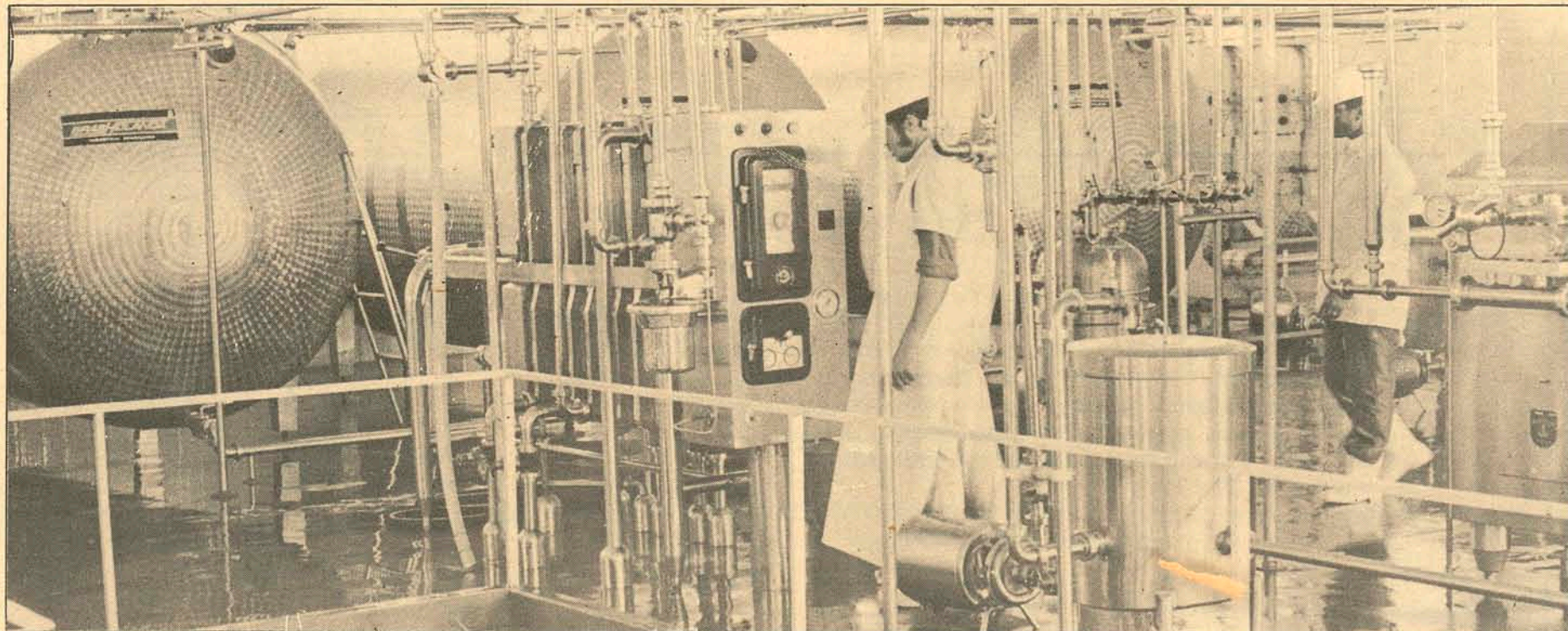
As empresas que passam a instalar-se para oferecer produtos agrícolas transformados, agora o fazem cada vez mais cautelosamente, procurando assegurar desde o início um forte nível de produção industrial. No Oeste, assegurando a produção de suas unidades, a SADIA promove programas de fomento, junto aos agricultores, fornecendo-lhes recursos

e assistência na produção de aves e suínos.

Em breve deverá ser iniciada a construção do Frigorífico Seara, destinado a industrializar porcos e aves em Xanxerê. O projeto prevê a aplicação de 11 milhões de cruzeiros numa fase inicial, sendo que há planos para investimentos totais da ordem de 25 milhões de cruzeiros. Desde já, apoiados pelo FUNDESC, BRDE, BESC, começaram a executar um programa destinado a colocar 125 suinocultores em trabalho com o frigorífico, fornecendo-lhe matéria-prima em fluxo normal, e de boa qualidade. Só com os suinocultores serão feitos investimentos — financiados por bancos — da ordem de mais de dez milhões de cruzeiros.

Algumas indústrias, instaladas em locais onde a produção de matéria-prima não fora devidamente estimulada, tiveram alguns problemas com relação ao fornecimento de matéria-prima. Com uma linha de lançamentos (a serem feitos) exclusivos no ramo de laticínios, a Lactoplasa, em Lages, opera hoje com 6 mil litros diários de leite. Juntamente com a ACARESC (convênio), vem desenvolvendo um programa de fomento que visa levar os pecuaristas da região a fornecerem os 30 mil litros de leite diários que a fábrica tem capacidade de industrializar. A FRISULCA, na região sul do Estado, hoje, também em convênio com a ACARESC, desenvolve um programa de fomento à suinocultura naquela região visando obter um fluxo adequado de matéria-prima à unidade industrial. Em Lages, o Frigoplan, frigorífico para o abate de bovinos e suínos, levou alguns anos até entrar em funcionamento parcial, apesar de ter sido um dos primeiros projetos do Estado apoiado pelo FUNDESC.

No parque industrial de SC, as agro-indústrias são as mais importantes.



Apesar de não ser meta exclusiva do governo, a agro-indústria existe na medida em que é capaz de atrair investimentos mais facilmente que as de ramos industriais sofisticados

Apesar de tudo o que se faz
para orientá-lo, o rurícola
ainda come mal, vive em
condições de saneamento nem
sempre adequadas, e sua renda
ainda é baixa.

No campo, o homem ainda vive duramente, com altivez e pouca renda.

Segundo pesquisas realizadas na última década pela Fundação Getúlio Vargas e Instituto Brasileiro de Economia, cerca de 72 por cento das famílias do meio rural catarinense têm, em conjunto, renda menor que as 28 por cento restantes. Cerca de 36 por cento das pessoas recebem menos de 15 por cento da renda total, enquanto 5 por cento, que constituem a camada mais rica da população, ficam com 23 por cento dos rendimentos.

Segundo esta mesma pesquisa, mais da metade das moradias não têm instalações sanitárias e 90 por cento não possuem banheiro ou chuveiro.

Embora estes levantamentos tenham sido efetuados há cerca de 10 anos, tratam-se dos dados mais recentes sobre o assunto e, é certo que desde então as coisas não mudaram muito no que se refere à concentração de renda.

O CONSUMO É PROBLEMA

As famílias com renda inferior a Cr\$ 500,00 necessitam para seu sustento de quantia maior que a recebida. Quase 72 por cento das unidades familiares estão incluídas neste caso, como ponto de equilíbrio entre o consumo e a renda representando 4 vezes o salário mínimo urbano da época.

Também nesta área se mostrou muito desigual, com 39 por cento das famílias sendo responsáveis por apenas 21 por cento do consumo total, enquanto no outro extremo 5 por cento das unidades familiares se encarregavam de 18 por cento do consumo.

Fumo, bebidas e alimentação absorveram 57 por cento das despesas com consumo, vestuário e acessórios mais 13 por cento; operação do domicílio, outros 15 por cento. Sobram assim cerca de 15 por cento para saúde, previdência e cuidados pessoais, educação, leitura e recreação, viagens,

transportes e outras despesas.

Na medida em que cresce o nível de renda, cai a participação do item alimentação nos gastos com consumo, o que é habitual. Melhora a qualidade da dieta, com tendência à diversificação, aumento do consumo de frutas e produtos de origem animal, legumes e verduras.

MORADIA E EDUCAÇÃO

Esta mesma pesquisa mostrou ainda que 30 por cento das pessoas com mais de cinco anos eram analfabetas. Foram classificadas como alfabetizadas todas as pessoas que declararam saber.

Cerca de 52 por cento do total das crianças na faixa de 5 a 14 anos não frequentavam estabelecimentos escolares e, dessas, 66 por cento nunca haviam recebido qualquer tipo de educação escolar. Apenas 3 por cento da população havia ultrapassado o nível primário, e o grau de instrução variava diretamente em relação ao nível de renda.

Com relação a moradias, ficou constatado que a tábuia foi o material de parede mais encontrado, alcançando 76 por cento das residências visitadas. O tijolo era usado apenas em 15 por cento dos casos, quase sempre pelas famílias mais ricas.

Como fonte de abastecimento de água, prevaleceram os poços sem bombas e as fontes naturais, seguidas dos rios e riachos. Essas fontes abasteciam 95 por cento das unidades familiares. Menos de 20 por cento das unidades dispunham de instalações elétricas, e nas camadas inferiores esse índice não ia além de 8 por cento.

De uma maneira geral, a situação de Santa Catarina é melhor que a média geral do País.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR

No ano de 1969, a ACARESC realizou uma pesquisa sobre Consumo e Hábitos Alimentares do Meio Rural

Catarinense, sendo estudada uma área que compreendeu 15 regiões administrativas, envolvendo 5.091 famílias.

As dietas foram avaliadas, utilizando o método elaborado pelo Instituto de Nutrição de Centro América e Panamá.

No cômputo geral das 15 regiões foram observadas com maior significação, as dietas classificadas como regulares. Não foi encontrado no estudo um só município do Estado com dietas classificadas como excelente.

As regiões de Araranguá, Criciúma e Mafra foram as que apresentaram dietas classificadas como más. As que apresentaram melhores resultados foram as de Timbó, Concórdia e Rio do Sul.

Como objetivo de melhorar a alimentação das famílias rurais, o Serviço de Extensão Rural da ACARESC, em articulação com o Ministério e Secretaria da Saúde, Secretarias da Educação e da Agricultura, vem se empenhando na execução de um projeto de Educação Alimentar.

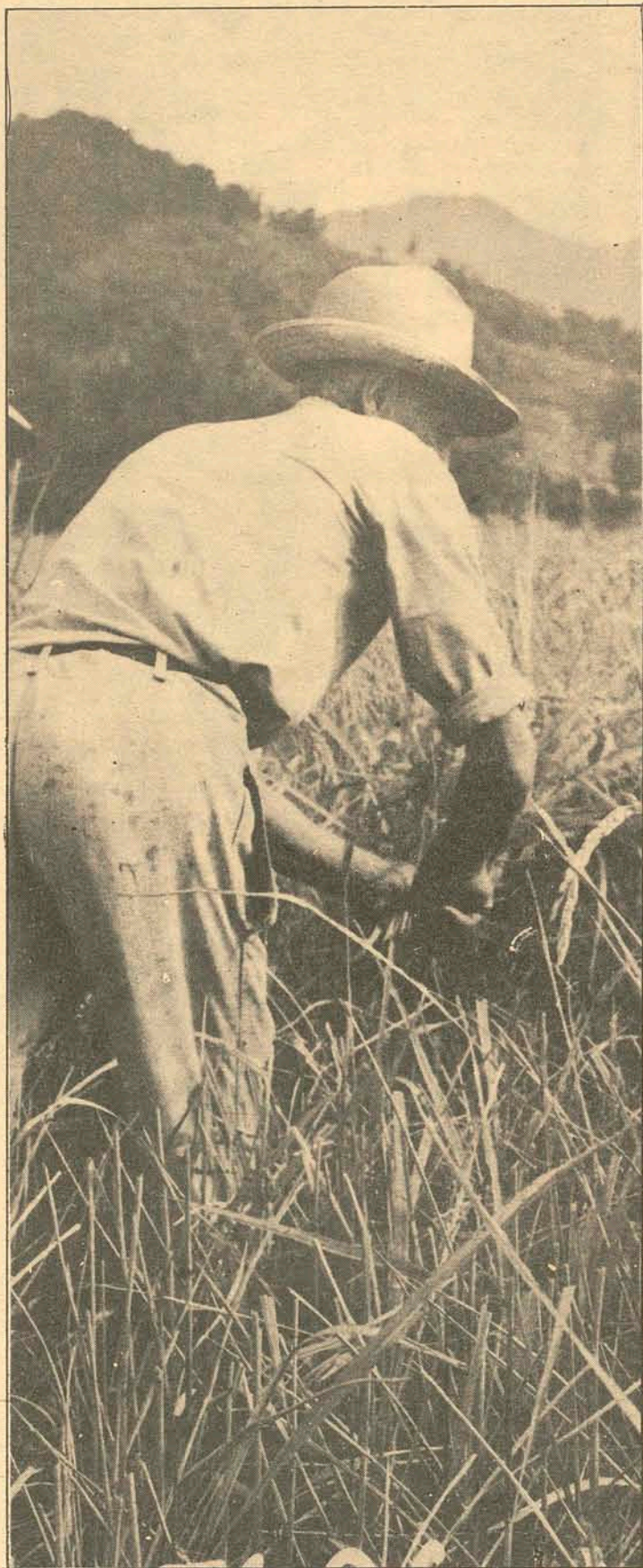
O padrão alimentar está intimamente ligado ao desenvolvimento dos povos e à produção de alimentos e o modo como são consumidos esses alimentos está diretamente ligado aos hábitos humanos.

Nas áreas potencialmente favoráveis à produção de alimentos, o modo mais eficaz de se criar hábitos alimentares corretos é pela educação.

EDUCAÇÃO SANITÁRIA

O homem rural, em sua maioria, desconhece as medidas básicas para preservação da saúde. São precárias as condições de higiene do ambiente onde vive o agricultor.

Na área rural, a verminose atinge 90 por cento da população. Exames realizados em crianças, adolescentes e adultos mostram que as pessoas são



O trabalhador no campo: esforçado e muito ligado à terra.

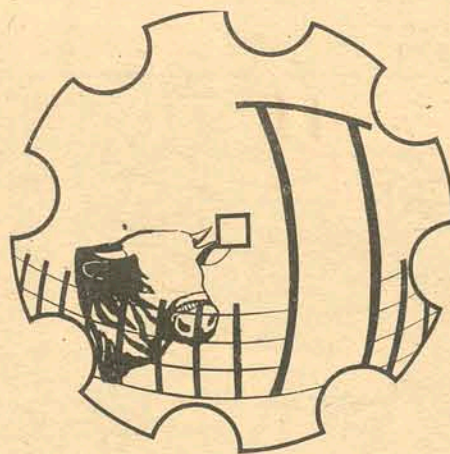
XIX Exposição pecuária XI Remate de animais

Sob o patrocínio do Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura e Prefeitura de Lages, será realizada, no Parque de Exposições do Conta Dinheiro a XIX Exposição Pecuária, além do XI Remate de animais.

A exposição apresentará os melhores exemplares das mais renomadas raças produzidas pelas cabanhas dos campos de Lages. Os animais inscritos deverão ser entregues nos dias 19, 20 e 21 de novembro.

A abertura oficial será às 10 horas do dia 24 de novembro.

A promoção é do Sindicato Rural de Lages.



24, 25 e 26 de novembro
LAGES · SC

infetadas de, no mínimo, dois tipos de vermes. As crianças são as que apresentam maior índice de infestação por helmintos e protozoários. Os parasitas intestinais que mais ocorrem no Estado são Ascaris, Trichuris, Ancilóstomos, Necator, Giardia, Amebas e Tênia.

As escolas rurais de Santa Catarina, em sua maioria, não dispõem de fontes de água em condições de oferecerem aos alunos água potável e não é dado destino adequado aos dejetos e lixo.

A população sofre as consequências da verminose, dificultando o desenvolvimento normal das crianças e reduzindo o rendimento do trabalho dos adultos.

A anemia, gerando a insuficiência física, ocasionada pela infestação de vermes, resulta numa baixa produtividade do trabalho. Como consequência, resulta um baixo poder aquisitivo, determinando uma alimentação deficiente, condições de higiene precárias, gerando mais doenças.

SINDICALIZAÇÃO NO MEIO RURAL — FAESC

Com a transformação das associações rurais em sindicatos, a Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina — fundada em 1948 —, em assembleia geral realizada em 10 de abril de 1967, com base no estabelecido na Lei 4.124, de 2 de março de 1963, foi transformada na Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina, entidade sindical de 2o. grau e que coordena a representação e defesa dos interesses dos integrantes das categorias econômicas rurais do plano da Confederação Nacional da Agricultura, no Estado de Santa Catarina.

A Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina congrega, hoje, 124 sindicatos rurais, que vêm se dedicando a organização de assistência médica e odontológica através de convênios com o Funrural, assistência jurídica, postos de revenda de material agro-pecuário, cooperativas de consumo e produção, assistência veterinária, exposições e feiras agropecuárias, declaração de bens, regularização de terras, política de preços mínimos e gestões junto aos poderes públicos, objetivando melhores condições para o homem do campo.

O número de agricultores sindicalizados, em 1972, atingia a casa dos 47 mil, sendo que alguns sindicatos contam com mais de três mil associados, e alguns deles chegam a congregar mais de 90 por cento dos agricultores de sua área de atuação.

Assim, são metas da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina, a promoção da pessoa humana, através da união e organização da classe rural; assistência social, médico-hospitalar e odontológica, através de convênios com o Funrural; implanta-

ção das modernas técnicas de produção através do ensino, pesquisa e extensão rural; aproveitamento dos recursos disponíveis em lei em favor da família rural; fundação e dinamização dos sindicatos rurais; organização da produção para obtenção de melhores preços; financiamento a juros baixos ou sem juros para o calçareo, máquinas e implementos agrícolas; crédito fundiário a longo prazo para a compra de terras para agricultores ou filhos de agricultores; redução do ICM para produtos agropecuários, com concessão de crédito fiscal aos produtores rurais; programas de defesa sanitária animal, integrando todas as organizações públicas ou privadas ligadas ao meio rural e a criação de ginásios e escolas profissionais para agricultores e filhos de agricultores.

A Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina, participa, também, como representante dos produtores, das seguintes entidades: Conselho Estadual de Agricultura, Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina — ACARESC, Comissão Estadual de Sementes de Trigo, Comissão Estadual de Sementes de Arroz, Conselho Estadual de Cooperativismo, Conselho Estadual de Contribuintes da Secretaria da Fazenda, Sudesul, Fundação Educacional de Santa Catarina, Comissão do Programa de Bolsa de Trabalho.

A FETAESC

Foi somente no início do século XX que no Brasil surgiram as primeiras leis disciplinando os direitos e deveres dos trabalhadores rurais. Também, o sindicalismo rural, é da mesma época. A primeira lei brasileira sobre a sindicalização de agricultores é de 1903.

Em Santa Catarina, os primeiros registros do aparecimento de Sindicatos, no meio rural, vem de 1906, tendo na agricultura a constituição da quase totalidade da sua vida econômica, seria lógico que isso ocorresse. Contudo, estas primeiras associações de agricultores, ficaram restritas a grupos de pequenos proprietários, da região do Vale do Itajaí, algumas delas evoluindo para a formação de cooperativas agrícolas.

O descobrimento da legislação e a falta de conscientização impediram qualquer progresso do sindicalismo, até a década de 60.

Em 1964, foi reconhecida a CONTAG — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Um ano após surgiram as primeiras tentativas de se formarem sindicatos de trabalhadores rurais no interior catarinense.

Assim, em 1967, formaram-se, oficialmente, os primeiros cinco sindicatos que são os de Luiz Alves, Chapecó, Itapiranga, Herval do Oeste

e Caçador, que fundaram, a 2 de julho de 1968, a FETAESC — Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em 7 de janeiro de 1969.

Passados sete anos, conseguiu o movimento sindical dos trabalhadores em Santa Catarina, atingir a 192 municípios, dos quais, 180 sindicatos já estão reconhecidos pelo MTPS, estando, os demais, em processo de reconhecimento. Existem, ainda, em Santa Catarina, 32 sindicatos não filiados a FETAESC.

Dos 447.538 trabalhadores rurais existentes em Santa Catarina — segundo o Censo de 1970 — 180.780 já eram sindicalizados em 1972, faltando, portanto, sindicalizar-se 267.558 trabalhadores.

Os municípios que ainda não possuem sindicatos são Santa Cecília, Santa Rosa de Lima, Lebon Régis, Bom Jardim da Serra e Ponte Alta. O Sindicato de Tijucas, congrega também os trabalhadores do vizinho município de Porto Belo.

Dos sindicatos catarinenses, o último reconhecido pelo MTPS foi o de Papanduva, em 8 de outubro de 1973 e último fundado é o de Ouro, com 200 associados e fundado a 16 de se-

tembro último.

O ano de maior atividade de fundação de sindicatos no Estado, foi o de 1970, quando foram fundados 89 sindicatos.

BENEFÍCIOS

Os sindicatos rurais que têm como meta a defesa dos interesses e do bem-estar de seus associados, proporcionam aos seus filiados os seguintes benefícios, dentre outros:

Convênio com o FUNRURAL através da Lei Complementar No. 11, de 25 de maio de 1971;

Bolsas de Estudos do PEBE;

Realização de cursos intensivos de preparação agro-pecuária dos sindicalizados, através do Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra — PIPMO e

Educação Sindical ministrada pela Federação, por intermédio de cursos que visam, principalmente, a capacitação de dirigentes sindicais.

O FUNRURAL

Os benefícios do seguro social vêm sendo concedidos aos trabalhadores da cidade, desde 1923, com a criação, inicialmente, de Caixa de Aposentadorias e Pensões que evoluíram, para os grandes institutos e, posteriormente, em 1966, unificados no INPS.

O trabalhador rural no entanto,

embora contribuindo para a economia do país, não era, todavia, beneficiado pelo Sistema Geral de Seguro Social.

Procurando corrigir a desigualdade existente entre as duas categorias da população brasileira, o atual Governo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social encaminhou ao Congresso, Mensagem do Presidente Médici, propondo o Projeto do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural — PRO-RURAL, transformado na Lei Complementar no. 11, de 25 de maio de 1971, regulamentada pelo Decreto No. 69.919, de 11 de janeiro de 1972.

Os recursos do FUNRURAL, com a aprovação da referida Lei, foram elevados em cerca de 800 por cento, em relação ao orçamento do Fundo de 1970; com isso puderam ser instituídos os seguintes benefícios do PRO-RURAL em favor dos trabalhadores rurais e suas famílias:

Aposentadoria por velhice ao trabalhador rural que haja completado 65 anos de idade e seja chefe ou arrem de unidade familiar, no valor de 50 por cento do salário mínimo de maior valor no País.

Aposentadoria por invalidez total e permanente — igual à aposentadoria

FETAESC, FUNRURAL, FAESC,
passam a ser siglas dia a dia
mais conhecidas no campo, como
sintomas de que o agricultor se
organiza e recebe mais assistência.



primor, o doce da vida.



Fabricantes das mais afamadas BALAS DE BANANA e DOCES DE FRUTAS TROPICAIS produzidas e embaladas com a mais avançada técnica. Por isso lhe dão a garantia do puríssimo sabor de nossas frutas, tão apreciado no exterior.

primor

Primor Doces e Caramelos Ltda.

Rua Santa Luzia s/n. — End.: Telegr. «PRIMOR» — Caixa Postal, 19 — Tijucas — Santa Catarina

por velhice, não acumulável com esta — ao trabalhador rural chefe ou arrimo de unidade familiar, que se tenha tornado inválido em qualquer idade.

Pensão à família que haja perdido seu chefe ou arrimo depois de 31 de dezembro de 1971, é concedida a pensão correspondente a 30 por cento do maior salário mínimo vigente no País.

Auxílio funeral no valor de um salário mínimo regional, será devido por morte do trabalhador rural chefe ou arrimo de unidade familiar, e pago a quem, seu dependente ou não, houver, comprovadamente, prorrovido as suas expensas o sepultamento.

Pensão por desaparecimento ou morte é uma concessão provisória, proporcionada pelo desaparecimento ou morte presumida do trabalhador rural chefe ou arrimo de sua unidade familiar, declarada pela autoridade judiciária competente, depois de seis meses de ausência do trabalhador. É provisória e os beneficiários ficam desobrigados do reembolso de quaisquer quantias recebidas, quando do reaparecimento do chefe ou arrimo de sua unidade familiar. Seu início é a partir da data do respectivo ato judicial declaratório e seu valor corresponde a 30 por cento do maior salário mínimo vigente no país. Será mantido até o reaparecimento do trabalhador.

Serviços de Saúde serão prestados aos beneficiários, na escala que permitirem os recursos orçamentários do FUNRURAL, em regime de gratuidade total ou parcial, segundo a renda familiar do trabalhador ou dependente, através de convênios firmados com a rede hospitalar. Esta prestação de serviço de saúde compreende a assistência médico-cirúrgico-hospitalar e odontológica, bem como de fomento, que consiste na doação de material hospitalar, ambulatorial e odontológico para equipar ou melhorar as instalações dos estabelecimentos prestadores dos serviços de saúde.

Serviço Social visa a propiciar aos beneficiários melhoria de seus hábitos e de suas condições de existência, mediante ajuda pessoal, nos desajustamentos individuais e da unidade familiar, em suas diversas necessidades ligadas à assistência prevista na Lei Complementar No.11/71, e será prestado com a amplitude que permitirem os recursos orçamentários do FUNRURAL, segundo as possibilidades locais.

É de se observar que o ingresso do trabalhador rural e dependentes, aqui definidos, no regime de qualquer entidade de previdência social não acarretará a perda do direito às prestações do PRO-RURAL, enquanto não decorrer o período de carência a que se condiciona a concessão dos benefícios pelo novo regime.

Enquanto, para receberem os benefícios da Previdência Social, os trabalhadores da cidade sofrem, mensalmente, desconto de contribuição porcentual nos seus salários, os trabalhadores do campo não são chamados a contribuir. Nada é descontado de seus salários, são, automaticamente, beneficiários do seguro social rural.

O FUNRURAL, através de convênios, visa incrementar a assistência médica e odontológica aos trabalhadores rurais e seus dependentes, sendo cada vez maior o número de convênios firmados em todo o País.

Esses acordos são feitos com hospitais, de preferência beneficentes, e com sindicatos da classe rural, de ambas as categorias, bem assim com outras entidades oficiais ou de direito privado.

A todos o FUNRURAL faz doação de equipamentos, conforme o caso, de natureza hospitalar ou ambulatorial, ambulâncias e gabinetes dentários.

O FUNRURAL, ainda, concede aos Convenientes, um subsídio mensal destinado a ajudar a manutenção da assistência, na despesa de pessoal e material de consumo.

EM SANTA CATARINA

No Estado de Santa Catarina, o FUNRURAL, a arrecadação da taxa de 2 por cento, devida pelo produtor e recolhida pelo adquirente de produ-

to rural, atinge a média mensal de 2 milhões de cruzeiros, enquanto o órgão gasta, em convênios e outros benefícios, cerca de Cr\$ 10 milhões por mês.

Para se ter uma idéia, basta dizer que de abril de 1972, quando o órgão começou sua atuação no Estado, à setembro de 1973, foram concedidas 43.588 aposentadorias por velhice, 2.756 aposentadorias por invalidez, 2.624 pensões e 3.642 auxílios funeral, num total de 52.610 benefícios concedidos.

Em Santa Catarina, no setor hospitalar, o FUNRURAL mantém convênios com 148 hospitais, cobrindo, assim, todo o território catarinense, tendo, inclusive, construído e doado a fundações rurais, dois hospitais, um no município de Luiz Alves e o outro em Rio Fortuna. O órgão entregará, ainda no corrente ano, mais quatro hospitais que se encontram em fase de acabamento nas cidades de Timbé do Sul, São José do Cerrito, Nova Erechim e Ponte Alta.

Em breve, além da ampliação do hospital de Luiz Alves, o FUNRURAL iniciará a construção de mais dois hospitais, localizados nos muni-

cípios de Vidal Ramos e Três de Maio.

O FUNRURAL, além de construir os hospitais, os equipa totalmente, dando-lhes condições operacionais. Periodicamente, o FUNRURAL faz doações de equipamentos modernos tanto para os hospitais que construiu como para aqueles com os quais mantém convênios.

Material de consumo, também, é doado mensalmente aos hospitais que integram a rede de assistência do FUNRURAL.

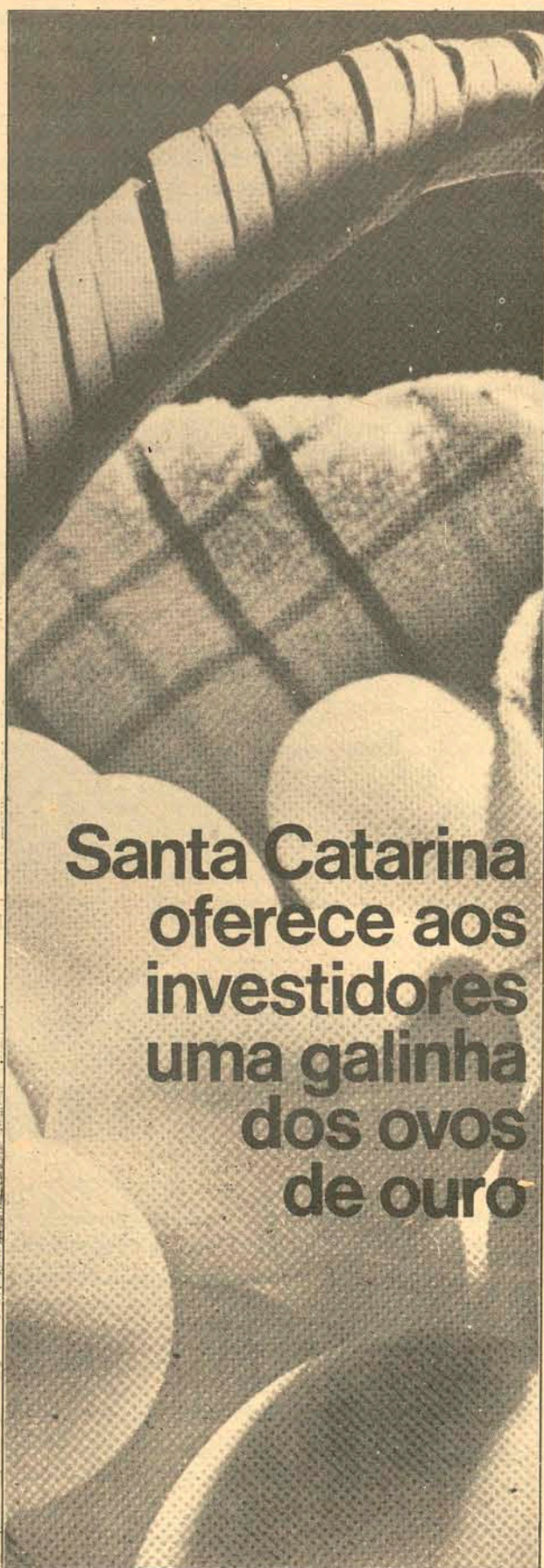
Presentemente, o órgão mantém convênios odontológicos com 74 sindicatos rurais, tantos de empregados quanto patronais e, a partir do próximo mês, mais 70 convênios odontológicos serão firmados com sindicatos rurais.

Nestes convênios, inclui-se a doação de gabinetes dentários e um auxílio mensal para sua manutenção e funcionamento.

Convênios ambulatoriais já são mantidos com 18 sindicatos e mais 35 estão sendo celebrados no momento, enquanto outros 35 serão firmados até o final do corrente ano.

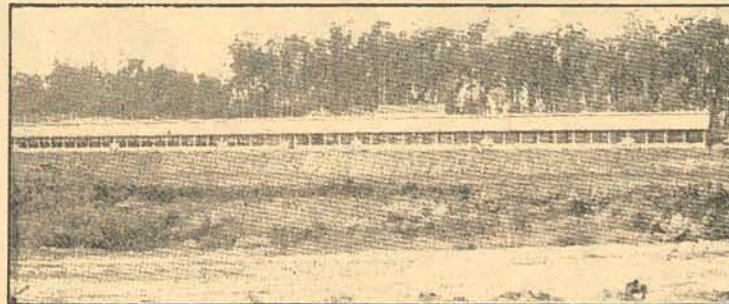
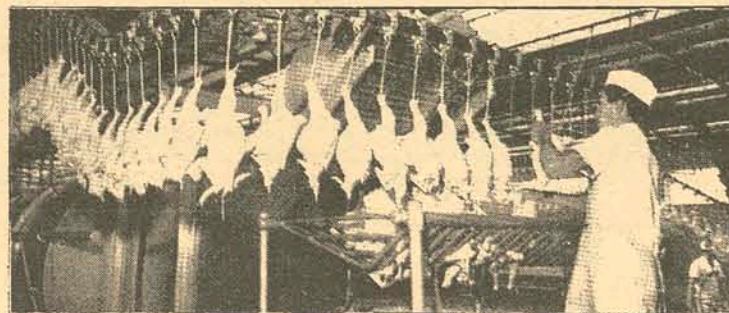
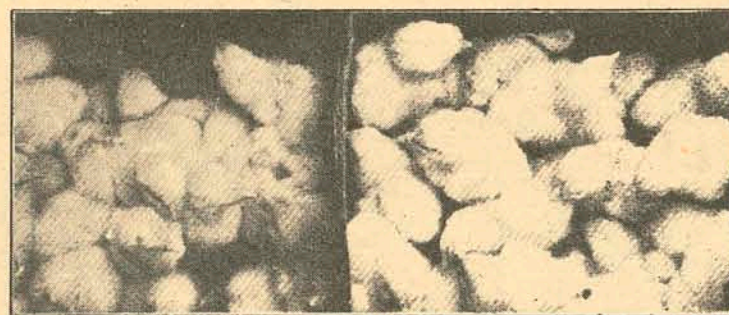


As crianças também começa a chegar uma assistência efetiva



Santa Catarina oferece aos investidores uma galinha dos ovos de ouro

Tudo na FRIGOAVES ITAPIRANGA S.A. foi medido para que você lucre. E alimente melhor o Brasil. Localização e clima ideais para a criação de aves. Produção enorme de milho e soja. Abundância de mão-de-obra. Mercado consumidor sempre crescente. Investindo na FRIGOAVES S.A., você estará aplicando numa galinha de ovos de ouro: terrenos, instalações industriais modernas. Capacidade de abate de 2.000 frangos por hora.

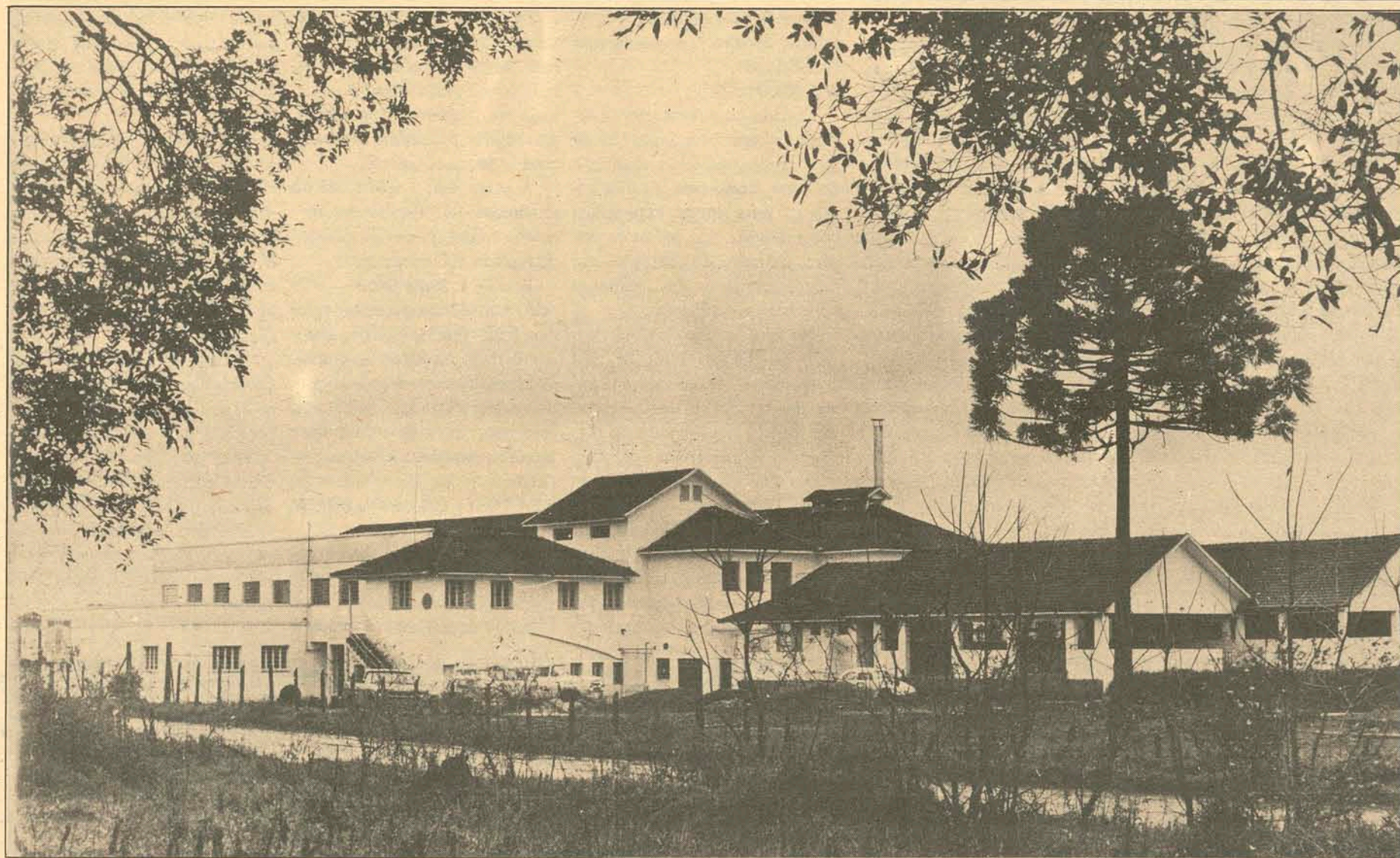


FRIGOAVES ITAPIRANGA S/A

Matriz: Bairro Santa Teresa
Fones: 63 e 97 — End. Telegr.: Frigoaves — Itapiranga — S.C.
Escritório em S. Paulo: Rua Mendes Caldeira, 175
Fones: 227 1141 — 227 8918 — S.P.



chapecó pede licença para apresentar o mais novo frigorífico catarinense: **FRICOOPER.**



FRICOOPER é uma realização das Cooperativas Associadas à Cooperativa Central, de Chapecó. Inaugurado no dia 18 de outubro, o FRICOOPER é o mais novo frigorífico de Santa Catarina. Projetado por técnicos da COOPERATIVA CENTRAL e da ACARESC, o FRICOOPER contou com a colaboração do BRDE, BESC, INCRA, OCESC e Secretaria da Fazenda. Além disso, o FRICOOPER contou com incentivos fiscais do FUNDESC, no valor de Cr\$ 2.708.086,00 e um financiamento do Banco do Brasil da ordem de Cr\$ 3.000.000,00. E Cr\$ 2.190.000,00 de recursos próprios.

FRICOOPER

Produção anual prevista:
carne — 4.100 toneladas.
banha — 1.500 toneladas.

• fricooper

Além da banha AURORA, FRICOOPER produz frescos e salgados



Dentro do esquema fundiário do Estado, essencialmente minifundiário, as cooperativas vem se apresentando como o meio mais adequado ao agricultor para se educar, produzir mais, e assim viver melhor.

O cooperativismo: para o agricultor, sua mais poderosa arma em busca de rendas maiores e melhores formas de vida

Cooperativismo — Sistema que considera o princípio cooperativo como meio de progresso socialista e decadência do capital. (Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa — Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira.).

Se para o dicionário cooperativismo quer dizer isto, para Santa Catarina significa a melhor forma de assegurar ao produtor rural a elevação de sua renda.

E foi, partindo desta premissa, baseado na estrutura agrária do Estado — formada basicamente por pequenas propriedades familiares, os minifúndios — que o Governo do Estado passou, a partir de alguns anos, a ampliar a área de assistência ao cooperativismo.

Dentro desta política agrária, vem sendo dada ênfase ao agricultor, por ser ele o "elemento, meio e fim do desenvolvimento agrícola".

Em 1965, o Serviço de Extensão Rural da ACARESC ao reali-

zar uma consulta a 3 500 famílias rurais, distribuídas em 32 municípios componentes de oito regiões fisiográficas do Estado, constatou que os maiores problemas sentidos pelos agricultores estavam relacionados com os preços, financiamento, assistência técnica, bens de produção, e outras necessidades.

A partir disso, em face desta realidade, é que o Governo Estadual implantou sua política agrária, objetivando o desenvolvimento integral do setor agropecuário.

Em termos práticos e objetivos, o desenvolvimento agrícola só se torna possível, principalmente em um Estado com as características de Santa Catarina, a partir da elevação da renda do agricultor.

E para que esta renda seja aumentada, existem duas maneiras, que são através do abaixamento dos custos de produção,

conseguido com o uso racional dos fatores de produção; e o recebimento de melhores preços, através de uma comercialização racionalizada.

A EVOLUÇÃO

Quando os colonizadores europeus chegaram a Santa Catarina, principalmente os alemães e italianos, trouxeram em suas bagagens uma longa experiência cooperativista dos países de origem, promovendo, desta forma, o aparecimento das primeiras cooperativas no Estado.

No final do ano de 1963 existiam no Estado mais de 500 cooperativas, sendo que a maioria inoperantes e desvinculadas dos autênticos objetivos do movimento cooperativista.

No ano seguinte através da então Diretoria de Organização da Produção — Secretaria da Agricultura — e de um efetivo trabalho de conscientização e assistência técnica desenvolvido pela ACARESC, o cooperativis-

mo catarinense sofreu um grande impulso.

Interesses de grupos e uma série de privilégios haviam levado o movimento cooperativista do Estado a uma proliferação desordenada de pequenas cooperativas, destituídas das mínimas condições de funcionamento.

A partir daí, a ação fiscal do movimento no Estado determinou o cancelamento do registro de mais de 300 cooperativas.

Em 1971, Santa Catarina contava com 82 cooperativas agropecuárias, filiadas a 4 centrais e 1 federação, atuando na comercialização de cereais, suínos, produtos de laticínios, avicultura, erva-mate, fruticultura, farinha e fécula de mandioca e outros produtos.

ESTÍMULOS GOVERNAMENTAIS

Para estimular o desenvolvimento das cooperativas, em 1970 o Governo Estadual criou o Fundo de Estímulo à Produ-

tividade — FEPRO — com o objetivo de acelerar o processo de difusão dos modernos insumos agrícolas, principalmente os corretivos, adubos, máquinas agrícolas, mudas e reprodutores selecionados.

A mecânica de funcionamento do FEPRO apresenta características especiais, solucionando, sem muita burocracia, os dois problemas cruciais que impedem o agricultor de adquirir corretivos, fertilizantes e máquinas agrícolas: o frete e os juros de financiamento.

Através do FEPRO, o Governo vem pagando o frete de calcário e adubos adquiridos por cooperativas para uso de seus associados. Com isto, o consumo destes corretivos e fertilizantes suplicou no Estado e, embora este incentivo desapareça no próximo ano, deu aos agricultores o hábito de corrigir e adubar suas terras.



Operando com bons volumes de produção, as cooperativas tem conseguido melhores preços e condições de vida para seus associados



No plano de utilização de incentivos fiscais oriundos do ICM, às cooperativas cabe uma difícil tarefa. Ao contrário do industrial, que pode buscar os incentivos necessários à instalação de sua indústria junto a todos os contribuintes daquele imposto, a cooperativa, para poder utilizar esse incentivo, precisa gerá-lo "a priori", ficando seu trabalho muito mais dificultado e limitado. Recentemente houve pressões no sentido de se eliminar os incentivos das cooperativas, por receberem elas 20p.c. de incentivos (gerados por elas) enquanto as indústrias recebem apenas 10p.c. (recolhidos de qualquer contribuinte) — o movimento, porém, foi energicamente combatido e sufocado.

Outro problema que o FEPRO veio solucionar é no que diz respeito aos juros de máquinas agrícolas, reprodutores e mudas selecionadas.

Até o próximo ano o FEPRO paga os juros decorrentes destas transações, desde que a máquina seja adquirida por uma cooperativa, para beneficiar seus sócios. Desta forma, a máquina terá utilização plena.

Objetivando impulsionar a instalação de uma rede de unidades de armazenagem e beneficiamento de produtos agropecuários, o governo também ampliou a faixa de subsídios ao cooperativismo, através do Fundo Agropecuário.

Este fundo vem estimulando a produtividade através do pagamento dos juros de financiamentos de equipamentos — secadores, máquinas de classificar e beneficiar, etc. — adquiridos por cooperativas agrícolas.

Atuando paralelamente a estes estímulos, foi ainda implantado os Incentivos Fiscais às Cooperativas.

Estes incentivos, correspondentes a 20 por cento do ICM recolhido pelas cooperativas possibilitarão, mediante projetos tecnicamente elaborados, a aplicação até 1976, de 15 milhões de cruzeiros em novas unidades de armazenamento de cereais e agroindústrias pertencentes ao sistema cooperativo estadual.

FINANCIAMENTO

Financiamento da produção, de obras de infra-estrutura e da comercialização agrícola são as três etapas distintas que envolvem o financiamento para as cooperativas.

Uma cooperativa agrícola só tem razão de existir quando existe produção agropecuária a comercializar, e tem por objetivo fundamental racionalizar a comercialização da produção agrícola de uma determinada região, contribuindo assim para elevar a renda do produtor. Para que esta produção apresente condições qualificativas e quantitativas capazes de enfrentar as exigências do mercado, torna-se necessário

assistência técnica, vinculada a um sistema adequado de financiamento a nível do produtor cooperativado.

Santa Catarina conta com um Programa de Crédito Rural Educativo desenvolvido segundo um trabalho conjunto dos agentes financeiros do Banco do Brasil, e de outros estabelecimentos bancários.

No que diz respeito ao B.D.E. e B.R.D.E. atuando como agentes financeiros do Banco Central, têm seus programas prejudicados em virtude de alguns fatores. Entre estes consta a liberação de recursos por parte do Banco Central em épocas inoportunas, visto que as atividades de cultivo já foram iniciadas; o corte de recursos para atividades programadas pelos órgãos de planejamento e assistência técnica.

No caso do Banco do Brasil, que atende diretamente ao produtor na faixa chamada "Crédito Corrente", sem a interferência de técnicos, suas normas operacionais têm dificultado o atendimento ao Crédito Rural Orientado.

Por outro lado, no que diz respeito ao financiamento de obras de infra-estrutura, a sazonalidade, aspecto típico da empresa agrícola, provoca grande flutuação nos preços recebidos pelos produtores quando colocam suas safras no mercado. Somente a instalação de uma rede de armazéns comunitários dotados de equipamentos necessários à secagem, beneficiamento e classificação dos produtos agropecuários, dará ao produtor cooperativado condições de obter melhores preços, que venham compensar seus esforços.

Em 1967 foi criado, em Santa Catarina, um mecanismo de financiamento de Unidades de Armazenagem e Beneficiamento de Cereais para Cooperativas Agropecuárias e posto em execução através do Fundo Especial de Armazenagem e Cooperativismo.

Financiado a juros de 1 por cento ao mês e com prazos superiores a cinco anos, este fundo rotativo proporcionou nos últi-

mos anos a construção e equipagem de mais de 15 armazéns cooperativos, com capacidade para beneficiar mais de 400 mil sacas de cereais, possibilitando assim uma melhor comercialização da produção de mais de 2 mil agricultores.

Atuando em nível do financiamento à comercialização existem o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

O Banco do Brasil, por exemplo financia através do "Empréstimo do Governo Federal" a comercialização dos produtos amparados pela lei dos preços mínimos.

Esse tipo de financiamento é dirigido às cooperativas dotadas de unidades de beneficiamento e armazenagem, com um prazo de até 210 dias e juros de 17 por cento ao ano.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A assistência técnica, de uma maneira geral, é prestada em dois níveis: do produtor e da cooperativa.

No primeiro caso, visa dois aspectos fundamentais: educação cooperativista e racionalização da produção.

Em Santa Catarina, essa assistência é prestada pelo Serviço de Extensão Rural da ACARESC. Para isso, o órgão mantém uma coordenadoria de cooperativismo em seu escritório central.

As coordenadorias regionais são formadas por um técnico especializado em cooperativismo assessorado por um técnico em contabilidade. Essas coordenadorias atuam junto aos agentes locais de Extensão Rural e junto as Cooperativas Agropecuárias.

No segundo caso, a assistência técnica prestada às cooperativas envolve desde estudos preliminares para sua constituição, passando pela assistência administrativa e contábil até a comercialização.

Essa assistência tem por principal objetivo transformar as Cooperativas em verdadeiras empresas através de uma administração competente.

A assistência às cooperativas



No armazenamento, uma grande força do cooperativismo.

promove ainda a evolutiva capacitação dos seus dirigentes e do seu quadro social, uma vez que a evolução empresarial deve responder à evolução do quadro social.

Para tanto, excursões, visitas e treinamentos são realizados, visando a manutenção de um equilíbrio entre o produtor e sua cooperativa.

O agricultor catarinense permanece no campo, e o exodo rural é pequeno: as cidades apenas começam a fasciná-lo.

A população rural catarinense, de acordo com dados do IBGE, foi estimada em 1.451.562 pessoas em 60. Em 1970, verificou-se a elevação dessa população para 1.663.702 pessoas. Seu percentual, em relação ao total da população, apresentou uma redução para 56,7 por cento, sendo que em 1960, era de 67,6 por cento.

Segundo o censo de 1920, nos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina estavam ocupados um montante de indivíduos da ordem de 162.970. O efetivo rural de 313.515 pessoas foi constatado no censo de 1940. Notava-se assim um aumento considerável da população — e nessa época processava-se uma ocupação intensificada de áreas no Meio e Extremo Oeste.

Em 1950, constatou-se que o setor rural absorvia 370.912 pessoas, e 575 mil pessoas estavam ocupadas em estabelecimentos agrícolas no ano de 1960. Setecentos e setenta e quatro mil, e doze pessoas foram assinaladas pelo censo de 70 como ocupadas em estabelecimentos rurais.

A permanência de elevado número de catarinenses no meio rural, paralelamente ao forte crescimento de unidades urbana, apresentava-se como resultado viável, em que se observa, ainda, a consolidação de áreas de ocupação agrícola. Embora não seja ainda grande a disponibilidade de terras para serem colonizadas segundo métodos tradicionais, a

A matéria abaixo foi extraída de um estudo feito pela CODESUL, intitulado "A Evolução da Estrutura Agrária de Santa Catarina", dos capítulos "A População Rural" e "A Vinculação do Homem Com a Terra".



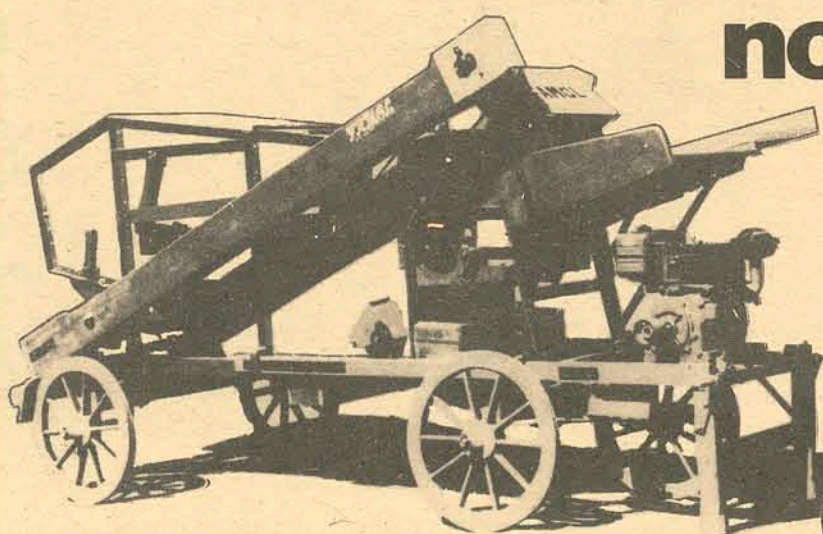
Ainda hoje, o rurícola ama a terra em que se ocupa

pouca duração da ocupação de áreas há pouco virgens, caso das terras do Extremo-Oeste, não possibilitou a absorção mais expressiva de populações para centros urbanos catarinenses. Ademais, áreas pioneiras do Paraná funcionaram como imãs, talvez tão poderosos como as cidades catarinenses de maiores ofertas ocupacionais.

O estoque humano domiciliado em áreas rurais ainda é elevado, e tem apresentado um crescimento absoluto, por razões de taxas de natalidade elevadas. Até o final da década, acredita-se que esse estoque seja bem menos expressivo que o atual, relativamente. Não se pode dizer, com isto, que o setor rural perca seu importante papel na formação da renda interna estadual.

Não há dúvida que, se até a atual década os efeitos dos deslocamentos de populações rurais para centros urbanos de Santa Catarina não geraram aspectos dramáticos nas atividades urbanas, pois não foram quantitativamente elevados, na década atual os efeitos tenderão a ser mais gritantes. Na década anterior, boa parcela da desruralização catarinense ainda se orientou para outras áreas rurais do Paraná.

A vida urbana tem se tornado mais atraente frequentemente, acompanhando o aumento de oportunidades ocupacionais, devido ao esforço facilmente reconhecível de industrialização. En-



(EM HERVAL DO OESTE)
RUA NEREU RAMOS, 452 — FONE 1045 — C.P. 63.

nossas trilhadeiras têm a mania da perfeição

Fabricamos uma das melhores trilhadeiras do Brasil. Há um ano, nossa produção era de 10 unidades mensais. Atualmente são 130. Inteiramente de ferro laminado, construída sobre chassi, trilha qualquer tipo de cereal. Somos Catarinenses de Herval D'Oeste. Consulte-nos. Essa é a marca de qualidade



FAMOL

FÁBRICA DE MÁQUINAS OESTE IND. E COM. LTDA.

CLASSIFICADOS QUE VENDEM O ESTADO



PROCURE NAS PÁGINAS DE CLASSIFICADOS
DE "O ESTADO".
VOCÊ VAI ENCONTRAR TUDO PARA COMPRAR OU VENDER.
SÓ UM JORNAL COM A TRADIÇÃO DE 57 ANOS
DE BOA INFORMAÇÃO PODE OFERECER
UMA VITRINE EM SUA CASA.

leia e assine

O ESTADO

EM
OFF-SET

tão, a procura ocupacional torna-se maior do que a oferta, criando desequilíbrios no meio urbano, com a formação de camadas urbanas. Em Santa Catarina, as principais cidades tem vivido esse processo, aumentando a necessidade de fortes investimentos na área de formação de infraestrutura de serviços nas mesmas.

As opções do desenvolvimento catarinense, devem, portanto, concentrar-se duas linhas básicas, que devem ser integradas — o crescimento industrial deve estar equacionado à fixação da população nos campos, ou em diversos centros de serviços situados em zonas rurais.

Apesar desses esforços não estarem incidindo unicamente sobre a questão da estrutura agrária, parece ser essencial que se adotem mecanismos de fixação de renda nas áreas rurais.

Um fator que parece ser fundamental na fixação do homem no campo é a presença de energia elétrica no local. Segundo censos demográficos, nota-se uma certa relação entre o grau de ruralismo com a maior concentração de energia elétrica disponível. Isto parece dizer que a baixa oferta de energia elétrica tem sido fator de diferenças de densidade demográfica sob o ponto de vista domiciliar. Nas áreas servidas por energia elétrica, puderam assegurar mais complexo equipamento urbano, por efeito de mais sentida industrialização e induzida dilatação de serviços urbanos.

A VINCULAÇÃO DO HOMEM COM A TERRA, em SC

Sob o ponto de vista da posse, a vinculação do homem à terra em Santa Catarina é demonstrada pela marcante multiplicidade de unidades fundiárias individuais.

O aumento numérico dos estabelecimentos rurais, — “aqueles que, independentes do tamanho,

de área contínua, formados de uma ou mais parcelas confinantes, sujeitos a uma única administração, onde se processa a exploração agropecuária” — tem sido o seguinte: em 1920, 33.744 unidades foram registradas pelo censo; em 1940, o número havia mais que dobrado, passando para 88.469 unidades registradas. No censo de 50, elas eram 104.469; em 60, 158.268 e em 70, 207.331 unidades registradas.

No período de 1940 a 1970, o aumento absoluto das unidades agropecuárias foi de 118.862.

Por mais expressivo que pareça tal resultado, — que reflete a expansão da classe de rurícolas proprietários — segundo conceito de imóvel rural adotado pelo INCRA — o número de unidades cadastradas em 1967, excetuando-se as que foram prejudicadas (por incorreção no registro), o total atingiu 263.733 unidades.

Tomando-se os elementos do Cadastro Rural de 1967, poderá ser notado no período de 1940 a 1967 sensível aumento da área atingida pelos imóveis rurais. Em 1940, quatro milhões de hectares somavam as extensões dos estabelecimentos agropecuários em Santa Catarina; segundo os imóveis rurais cadastrados em 67, essa área estaria próxima a 8 milhões de hectares.

Mesmo baseados em dados “insuficientes”, pode-se apurar que entre 1920 e 1970 ocorreu uma ligeira redução do número de pessoas por estabelecimento agropecuário. Em 1920, eram 4,8 pessoas ocupadas por estabelecimento; em 70, foram constata-

Devido ao esforço de industrialização que se realiza no Estado, a vida urbana tem se tornando cada vez mais atraente ao rurícola, face ao aumento das oportunidades ocupacionais verificado. Mesmo assim, ele não abandona sua terra com facilidade.

tadas 3,7 pessoas por estabelecimento. O menor número de pessoas ocupadas por unidade fundiária foi registrado pelos censos de 1940 e 1950, e que era de 3,5 pessoas por estabelecimento agropecuário.

Dessa maneira, observa-se um decréscimo na relação referente ao número de residentes domiciliados em áreas rurais por número de estabelecimentos agropecuários.

Esta redução pode implicar no aumento da evasão humana, indicativa de situações determinadas, relativas a capacidade de sustentação demográfica das áreas rurais, sabidamente variável, em função dos níveis técnicos utilizados nas atividades agropecuárias e dos resultados em relação às rendas geradas.

Em 1940, o número de pessoas por estabelecimento agropecuário era de 10,4; em 50 elevou-se para 11,4; daí em diante decresceu para 9,11 em 60, e 8,0 em 70.

Estão ocorrendo dois fenômenos paralelos com relação à ocupação rural. Observa-se a formação de um mercado de trabalho no setor urbano, face às transformações que apresentam com as implantações industriais, estimuladas pela ação estratégica do governo, com efeitos induzidos nas atividades terciárias. No meio rural, ocorrem mudanças que tendem a liberar mão-de-obra.

Embora não sejam conhecidos do recenseamento de 1970, no aspecto de equipamentos da vida agrícola, pesquisas empreendidas em estabelecimentos de comercialização de aparelhos agrí-

colas em uso, em Santa Catarina, permitem estimar que ocorreu aumento considerável, podendo-se, inicialmente, admitir que já se tenha alcançado a cota de 100 mil unidades, entre arados e tratores agrícolas.

Verifica-se que a proporcionalidade entre população rural e número desses equipamentos tem baixado. Para efeito de dimensionamento de insumos tecnológicos e vinculação do homem à terra, outros equipamentos comumente usados pelos rurícolas devem ser considerados. São trilhadeiras, trituradeiras, etc... No setor de transporte, os efeitos de liberação de mão-de-obra não são desprezíveis.

O progresso técnico da agricultura — que deve ser compreendido por todas as fases que vão desde a preparação do solo até a colocação do produto nos mercados — atua como fator de liberação de mão-de-obra, combinando-se com os fatores de atração inerentes à oferta de ocupações e perspectivas de mobilidade nos centros urbanos.

A introdução de maior número de elementos tecnológicos é fato oriundo da oferta desses bens, e das condições de obtenção permitidas pelos meios financeiros colocados ao alcance do agricultor, de modo mais amplo, nos dias atuais.

Os equipamentos nem sempre trazem, porém, o equivalente de promoção de maior renda líquida na propriedade. Os custos de produção podem ser acrescidos, face ao aumento de consumo de insumos secundários, como combustíveis ou energia elétrica.

Nem sempre, devido ao aviltamento dos preços dos produtos agrícolas, às incertezas relacionadas com as condições climáticas, a melhoria tecnológica se expressa num substancial aumento de ingressos.

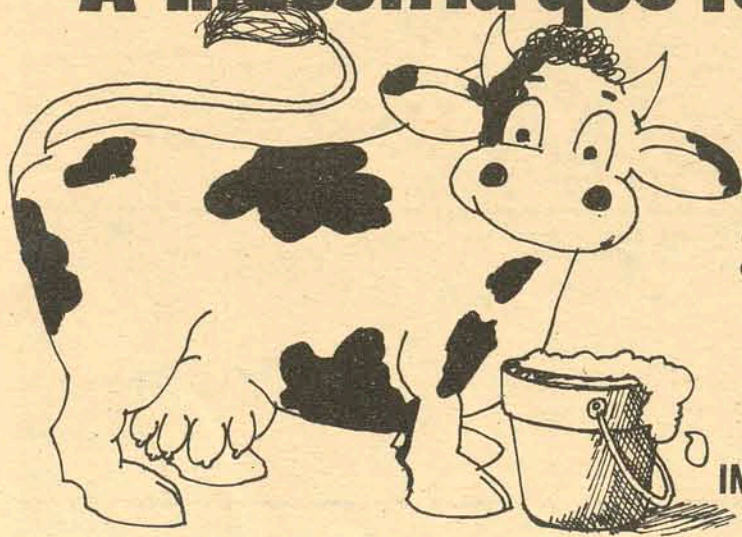
É preciso, portanto, ter em conta que, muitas vezes, a composição de equipamentos numa propriedade pode, apenas, significar uma forma de mudança, mas não necessariamente uma evolução das condições sociais e econômicas do pequeno agricultor, ou do empresário rural.

Além disso, parcelas dos deslocamentos de rurícolas para centros urbanos, ou para áreas rurais de estados vizinhos, estão influenciadas por evidente decadência de produtividade dos solos, pela incapacidade de sustentação de maior número de pessoas por unidade fundiária de produção.

Melhorias tecnológicas, funcionando como fator de desruralização, expressam um aspecto positivo dos deslocamentos. A baixa da produtividade dos solos ou a redução de ingressos decorrentes de deteriorização de preços de produtos primários e o reduzido rendimento operacional em virtude da permanência de padrões rudimentares de técnicas, provocam evasões forçadas, descontrolada e negativa de rurícolas.

Desse modo, a perspectiva que se apresenta ao rurícola exige dele muita luta. Sem que sejam elevados os níveis de produção a proporções compensadoras, as possibilidades de ampliação de ocupações secundárias ou terciárias podem se desequacionar com o volume da procura, a qual, muito superior à oferta, condiciona situações de desemprego nos centros urbanos, ou a disputa frenética por ocupações à margem do enquadramento profissional (sub profissionais).

A indústria que faltava em Santa Catarina



Não precisamos mais importar queijos, manteiga, iogurtes e creme de leite de outros estados. A Lactoplasa produz. Ainda mais, a Lactoplasa colocará no mercado Brasileiro três produtos sem similar. Os produtos Lactoplasa deram um conceito diferente aos derivados do leite. Lactoplasa é a maior e a mais moderna indústria de laticínios do estado barriça verde. Com apoio total do Governo do Estado, através do FUNDESC, Banco do Estado de Santa Catarina, ACARESC e Banco do Brasil, surgiu no Planalto a redenção da pecuária leiteira da região dos campos de Lages. Prezado leitor, quando for a Lages, visite a Lactoplasa. É um convite. Grato.



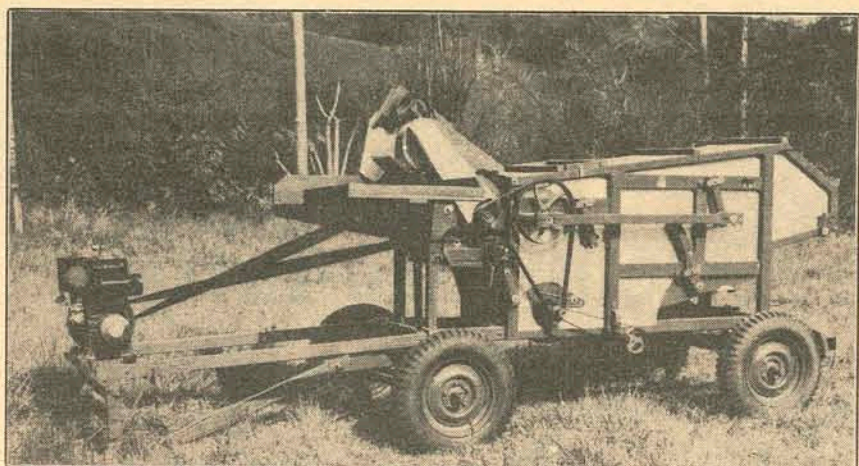
LACTOPLASA

INDUSTRIA DE LACTICINIOS DO PLANALTO S.A.

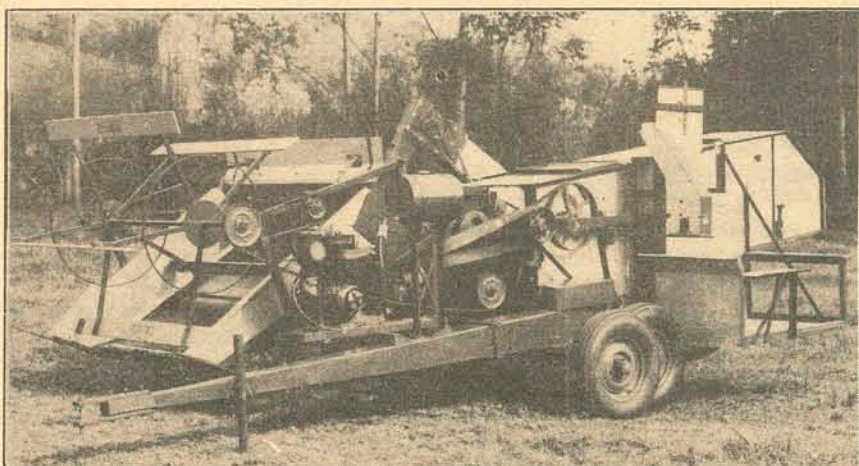
Endereço Telefônico “LACTOPLASA” — Fone, 613
BR 116 - Km. 355 - C.P. 810 - LAGES - SC



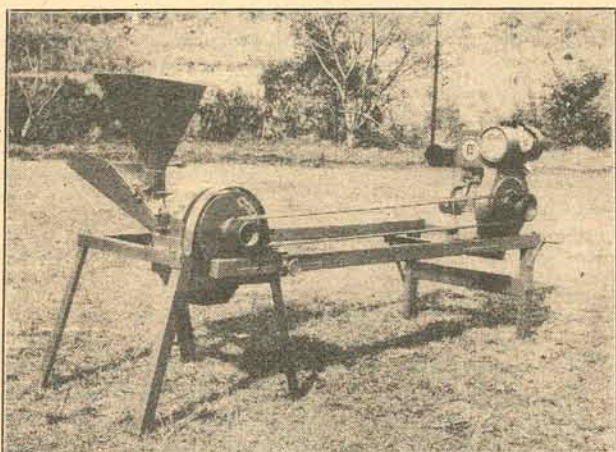
CAETANO BRANCO SÓ CUIDA DE AGRICULTURA. E DE AGRICULTOR.



Vencedora. A trilhadeira que satisfaz plenamente a todos os agricultores.

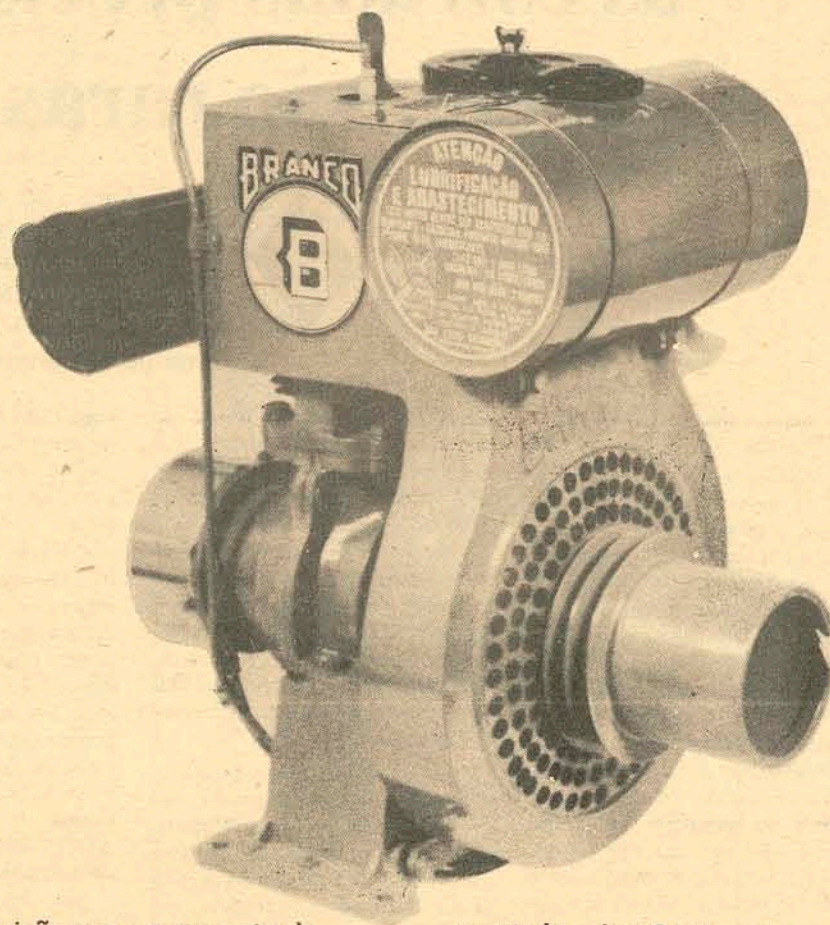


Colhedeira rebocada Vencedora. Para colheita de trigo, arroz e soja.



Conjunto Forrageira VRA.

Se CAETANO BRANCO fabricasse somente os motores BRANCO, já teria contribuído substancialmente com a agricultura brasileira. Mas CAETANO BRANCO é também o fabricante das trilhadeiras, das colhedeiras e das forrageiras VENCEDORA. Com os motores BRANCO, estas máquinas enriqueceram os agricultores brasileiros. E facilitaram o seu trabalho. São máquinas feitas sob medida para as nossas principais culturas. É que CAETANO BRANCO só cuida da agricultura. E de agricultor.



1. Ignição por um magneto da mais alta tensão, garantindo uma partida instantânea.
2. Biela de aço forjado, montada sobre rolamento de agulha INA.
3. Eixo virabrequim de aço especial,
4. O único motor estacionário que possui iluminação própria.
5. Cabeçote de alumínio injetado.
6. Filtro de ar com elemento filtrante a seco



CAETANO BRANCO S.A. IND. E COM.

Fabricante das Afamadas Trilhadeiras "VENCEDORA" e Motores "BRANCO"
Vila Caetano Branco - Fones: 1083 e 1088 - Caixa Postal 210 - Telegramas: "CAETANOBRANCO"
C.G.C. 84.584.481/001 - Inscr. Est. 21 - 89.600 Joacaba - Santa Catarina



Pontos nevrálgicos num sistema produtivo, as estradas precisam ser boas. Estas, porém, são raras em Santa Catarina.

Para a agricultura catarinense, um dos mais graves problemas ao seu desenvolvimento tem sido as estradas, em sua maioria ruins e impedidas 50p.c. dos dias do ano, geralmente durante o escoamento das safras.

“É natural que desejemos que a BR-282 chegue até o litoral, mas por um fenômeno de integração político-social de Santa Catarina. Em segundo lugar, o mesmo desejo existe por uma questão econômica, pois os produtos do Oeste precisam chegar ao Litoral, de maneira econômica, e os produtos do Litoral precisam chegar ao Oeste, como o arroz, a farinha, o peixe, também em condições econômicas e a preços compensadores. Um saco de milho, um quilo de frango ou de porco consumido no litoral fica altamente encarecido por causa da precariedade do transporte. Da mesma forma, o arroz produzido no Litoral, o peixe e as frutas de clima tropical chegam ao oeste a preços exorbitantes, por causa dos transportes”.

As palavras acima são do Secretário da Agricultura do Estado, Glauco Olinger, a respeito de um dos aspectos mais importantes para a agropecuária catarinense: os transportes, em termos de estrutura viária e meios. Em fevereiro deste ano, Glauco Olinger, em conferência para os cursandos da ADESG, já havia dito que “o sistema viário do Estado deveria ser elaborado de acordo com o planejamento agrícola, de maneira a se evitar, assim, distorções na política de produção e comercialização da agropecuária catarinense”. Na mesma conferência, havia dito também que “somente a conclusão da BR-282 — ligando o litoral ao Oeste do Estado — poderia impedir o verdadeiro passeio que muitos produtos agrícolas catarinenses fazem para chegar ao

mercado consumidor do litoral, depois de comercializados por empresas de outros Estados da Federação; verduras e cereais são produzidos no Oeste são vendidos a organizações de São Paulo, e posteriormente são colocados à disposição dos consumidores do litoral catarinense, encarecendo com isto os custos finais dos produtos aos consumidores”. Na ocasião, disse ainda Glauco Olinger que “talvez o maior problema da agricultura do Estado sejam as estradas”.

Para comercializar sua produção, o agricultor catarinense pode contar com alguns milhares de quilômetros de estradas, em sua maioria de terra, e, segundo fonte da própria Secretaria dos Transportes, “trafegáveis apenas em 50% dos dias dos anos”. A mesma fonte não cita, entretanto, que os 50% dos dias costumam ocorrer em épocas de comercialização da produção agrícola, muitas vezes prejudicando seriamente o produtor, que vê perdido seu trabalho e recursos.

As rodovias estaduais somam, em extensão, 5.596 quilômetros; desse total, cerca de 378 quilômetros são pavimentados, 521 são de leito natural, e as outras estradas estão com revestimento primário.

Cerca de 60 mil quilômetros de rodovias estão sob a responsabilidade dos municípios catarinenses. Dessas rodovias municipais, apenas um por cento (do total estão pavimentadas; as outras apenas estão com revestimento primário ou leito natural).

E as rodovias federais — BR-101, BR-116, e trecho da BR-282 — so-

mam 1.301,6 quilômetros, no Estado de Santa Catarina. Hoje, a BR-101 suporta os maiores volumes de transporte em todo o Estado, chegando mesmo a deslocar grande parte do movimento antigamente feito pela BR-116, para o litoral. A BR-116, entretanto, não perdeu sua importância, por ligar todo o Oeste catarinense ao Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. A BR-282 deverá estar pronta até o final do governo Médici, cobrindo uma das mais sérias falhas do sistema viário estadual, ou seja, a ligação — em boas condições — do Oeste ao Litoral.

AS CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE ESTRADAS

No Oeste, região mais precariamente servida por estradas em todo o Estado, a ameaça de êxodo industrial lá estão instaladas algumas das mais importantes indústrias ligadas à agricultura, em Santa Catarina levou o Governo do Estado a dimensionar novamente sua atuação no setor de construção de estradas.

Na região do PROFIT — Projeto de Fruticultura de Clima Temperado — estradas num total de 101 quilômetros estão sendo atacadas ou em fase de licitação. Trata-se da pavimentação das ligações Caçador-Lebon Regis (29 Km), Videira-Fraiburgo (30 Km) e Fraiburgo-Legon Regis (28 Km) e Tangará — Videira (BR-282 com BR-116, com 23,7 Km, estão em fase de licitação).

Na área, as estradas quando prontas solucionarão grave problema quanto à comercialização da produ-

ção frutífera (que cresce a cada ano), que exige brevíssimo tempo. Na safra de 71, a Frutícola Fraiburgo S.A., em Fraiburgo, foi obrigada a criar um esquema considerado por eles como “de salvação”, para colocação da produção da empresa, (e da produção comercializada por ela), oriunda de fruticultores de menor porte): seis tratores foram estrategicamente colocados nas estradas, servindo como reboques aos caminhões que transportavam as frutas, nos trechos mais difíceis. Em Curitiba, há ocasiões que nem mesmo um “jeep” consegue atingir zonas de produção agropecuária, as vezes causando sérios prejuízos aos agricultores menos preparados, com menos recursos à disposição.

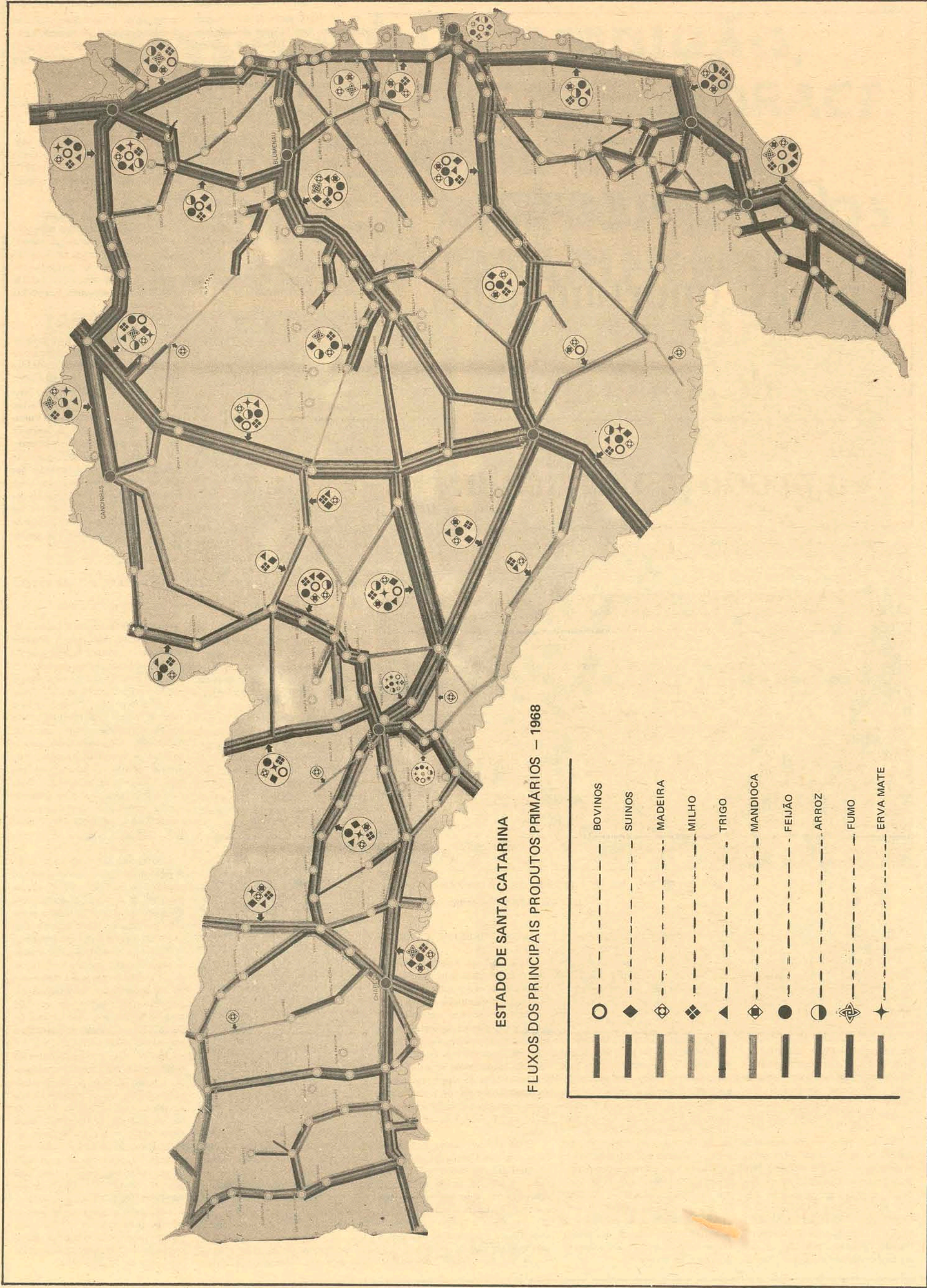
Na zona Oeste, encontram-se alguns dos maiores frigoríficos do Estado, e mesmo alguns, caso da Sadia, com porte que reputa como um dos maiores abatedouros de aves do mundo, e o maior da América Latina. Também, nessa região, o transporte da produção até centros consumidores mais empregados é o rodoviário. Boa parte da produção dos frigoríficos é transportada por frotas próprias dos frigoríficos, e o restante por frota de terceiros.

A semelhança de outros empresários, o dos frigoríficos prefere utilizar frota de terceiros, face à necessidade de imobilização de muitos recursos na aquisição de veículos. Mesmo assim, atualmente as cooperativas tem se empenhado na aquisição de frotas próprias, para melhor comercializar a produção do seu cooperado, facilitan-

do-lhe o transporte até os armazéns, evitando a ação de atravessadores que lhe tragam prejuízos.

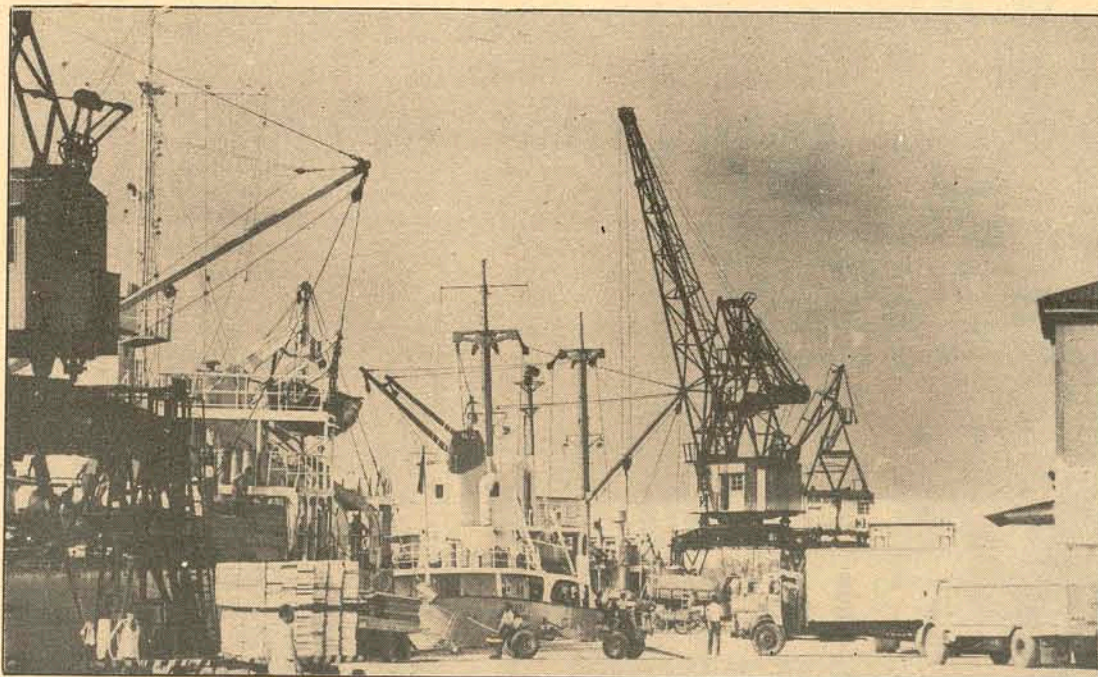
Aos produtores catarinenses ligados à agropecuária importa hoje uma boa parte de estradas, que lhes barateie os custos de transporte e comercialização (hoje altos) da sua produção, e também lhes permita a recepção, a custos compensadores, de insumos da produção. No ano passado, o FEPRO aplicou mais de três milhões de cruzeiros, no subsídio do transporte de cem mil toneladas de corretivos e 16 mil toneladas de fertilizantes, que proporcionaram um aumento calculado de 108 mil toneladas na produção de cereais, num valor global de dez milhões de cruzeiros.

As deficiências de transporte existentes (ainda que se observe um sério esforço do Governo Estadual e Federal no sentido de se dotar o Estado de uma boa rede viária) tem se constituído, assim, num acontecimento capaz de reduzir, em parte, o fluxo de renda gerada nas atividades agropecuárias. Isto devido a custos mais altos de transporte, a prejuízos oriundos da danificação prematura de material rodante, e, em casos como os de Fraiburgo, à dilatação do tempo para conectar zonas produtoras com os grandes centros consumidores. (Em termos de mercado, a colocação de frutas deve ser feita em tempo mínimo e adequado, de maneira a se conseguir preços — muito oscilantes — compensadores).



**"Corredores de Exportação",
"Entrepósitos Comerciais" e
"Centrais de Abastecimento"
são as novas perspectivas
de comercialização da produção.
Apenas a última pode tornar-se
realidade rapidamente.**

Começam a surgir novas oportunidades de comerciar a produção agrícola.



*Os "corredores" exigirão reaparelhamento e melhoria dos portos
estaduais, para escoamento da produção*

Santa Catarina exporta para outros Estados arroz, feijão preto, farinha de mandioca, uva, banana, maçãs, ameixas, pêssegos, nectarinas, madeiras, frangos, perus, suínos vivos ou industrializados. Para o exterior, o Estado exporta farinha de mandioca, fécula, madeira, óleo de sassafrás, flores secas e erva-mate. São Paulo, Rio de Janeiro, e Nordeste constituem os principais mercados para os produtos catarinenses, dentro do país; no exterior, a Alemanha, Argentina, Chile, Estados Unidos, França, Holanda e Uruguai são os principais compradores.

Mesmo para o experimentado agricultor, algumas expressões novas, carregadas de novas e melhores perspectivas de comercialização, da produção agrícola começaram a ser faladas recentemente: "Corredores de Exportação". "Centrais de Abastecimento". "Entrepósitos Comerciais". Ouvidas em todo o país, algumas dessas expressões não chegaram a tornar-

se realidade para Santa Catarina, caso dos "Corredores de Exportação": os "Entrepósitos Comerciais" estão em estudos, existindo a possibilidade da instalação de um entreposto no Estado.

Apenas a expressão "Central de Abastecimento" foi mais adiante que promessas e perspectivas, para logo tornar-se realidade — em agosto, foi assinado convênio entre o Governo do Estado, e uma empresa de engenharia no valor de Cr\$ 326 mil, para estudo econômico e de pré engenharia da Central a ser construída. Em julho, o projeto da Central catarinense já havia sido aprovado pelo Grupo Executivo de Modernização do Sistema de Abastecimento — GEMAB. Procura-se, com os estudos, identificar e quantificar todos os fluxos de comercialização e locais de concentração de produtores e atacadistas de gêneros alimentícios.

CORREDORES DE EXPORTAÇÃO

Os corredores foram criados no ano passado, para solucionar alguns problemas de exportação do país, relacionados à produção agropecuária. Ao procurar exportar grandes massas de novos produtos agrícolas, como soja, sorgo, amendoim, algodão, óleos vegetais, sucos cítricos ou carnes, os técnicos encontravam vários obstáculos, como falta de silos e armazéns, a morosidade dos portos, o mau transporte pelos trens e, defeito básico, o baixo índice técnico das lavouras nacionais.

O que se deseja com o programa é fazer com que a produção agropecuária brasileira seja melhorada, aumentada, ao mesmo tempo em que se equipa portos e estradas (rodoviárias e ferroviárias) para receber, transportar, armazenar o tempo necessário à exportação, e finalmente exportar a produção agrícola.

Os recursos foram conseguidos,

em sua maior parte, junto a bancos japoneses, que no ano passado emprestaram 200 milhões de dólares para a realização de obras junto aos corredores de exportação. Os reflexos serão vários — o transporte ferroviário no país será melhorado; os portos serão equipados, melhorados; indiretamente, a indústria naval do país será estimulada a construir navios maiores.

Basicamente, tudo dependerá das lavouras do país, fracas na produtividade e ainda usando processos antiquados. Duas opções apresentam-se ao país: melhorar a produtividade das lavouras, ou ocupar áreas virgens, que garantiriam um aumento considerável na produção agrícola. Tudo deverá depender do sucesso das lavouras brasileiras, para que os investimentos realizados não se percam.

Da fase inicial do programa de corredores, Santa Catarina ficou de fora. Desde então, as autoridades encarregadas do programa passaram a ouvir insistentes apelos para incluir o Estado dentro da programação. Até agora, pronunciados pelas mais variadas fontes ou autoridades, tem sido inúteis.

Mais recentemente, o diretor do Distrito do DNPVN, sediado em Porto Alegre, analisou as condições dos portos estaduais, achando-os "excelentes para fazer parte do programa de corredores de exportação". Dentre eles, o melhor localizado foi considerado o de São Francisco do Sul, devido às condições de abrigo e calado, e também aos investimentos necessários, bem menores que os necessários para outros portos do Estado.

Para Glauco Olinger, entusiasta do programa, São Francisco "é um porto já estudado por engenheiros, economistas e economistas; segundo esses técnicos, trata-se de um porto que pode absorver a produção agrícola do Estado, do noroeste do Rio Grande do Sul, e sudoeste do Paraná, nas melhores condições de economicidade para o sistema de transportes". Prosseguindo, o Secretário da Agricultura disse ter certeza que "nenhum exportador decidiria seu porto de exportação sem antes fazer cálculo da economicidade da iniciativa", o que garantiria o sucesso do corredor catarinense. Um alerta é feito pelo secretário, ainda:

— Existe uma espécie de fenômeno psico-social com relação aos corredores de exportação, num erro de ótica lamentável, pois a maioria dos catarinenses pensa que um corredor de exportação é fazer ou aparelhar um porto. Trata-se de algo mais complexo, ligado ao problema da política de exportação do Estado, o programa de fomento agropecuário. A base de tudo é a produção agrícola, caso contrário modernos portos, um bom sistema ferroviário e rodoviário, um sistema de silos e armazéns, inclusive agroindústrias montadas, para que adiantariam, sem produção.

ENTREPOSTOS COMERCIAIS

Instalada a 11 de dezembro passado, a Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio — COBEC — inaugurou seu primeiro entreposto a dias atrás, no exterior. Foi criada para, ao lado das "tradings companies", e corredores de exportação, possa dar maior impulso às exportações nacionais.

As tradings limitar-se-ão a operações de venda, colocando em contato

compradores e vendedores, resolvendo os financiamentos, procurando novos mercados e estudando aspectos da venda como prazos, qualidade e situação da recepção da mercadoria.

Os entrepostos virão resolver problemas cruciais na mecânica de exportação, como recolhimento de impostos, armazenamento, e utilização dos vários incentivos fiscais concedidos à exportação — a COBEC foi criada para prestar serviços nessas áreas.

Os entrepostos a serem instalados no país serão em número aproximado de 15, e Santa Catarina ainda não foi incluída dentro do programa da COBEC. Segundo Paulo Bornhausen, presidente da Companhia, isto poderá ser resolvido:

— Por força de política governamental não foi possível, sem que razões especiais pudessemos desde logo apresentar, desviar um entreposto deste projeto, para dá-lo como justiça, ao Estado de Santa Catarina. Deixei claro, em reuniões do Conselho de Administração da empresa, que era meu propósito não abandonar esta idéia, de examinar o assunto perante o CA e às autoridades que dirigem o comércio exterior brasileiro, no momento que dispusesse dos elementos que pretendo dispor em breve, para demonstrar a necessidade de um entreposto num dos portos catarinenses.

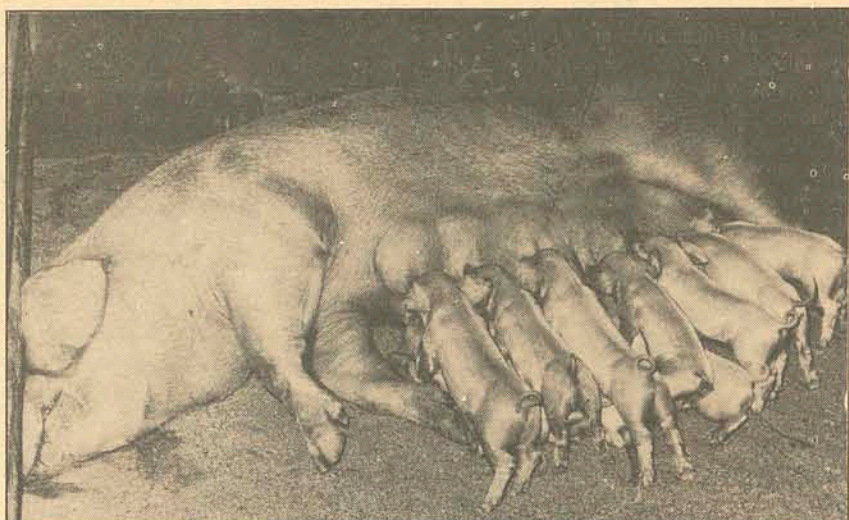
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO

O sistema nacional de centrais de abastecimento destina-se a oferecer condições de melhor regular a lei de oferta e procura, dentro da comercialização e produção de gêneros alimentícios. Face às características do país, o sistema permitirá — através de uma rede de telex — que consumidores e produtores saibam continuamente, como andam os preços e estoques de produtos hortifrutigranjeiros nos diversos pontos do Brasil. Com isto, será possível aos integrantes desse mercado providenciar a movimentação de produtos de áreas cuja produção tenha sido farta, para outras onde haja carência.

Desorganizado, o mercado hortifrutigranjeiro criava dificuldade ao controle da inflação. Com o sistema nacional de centrais, as costumeiras manobras altistas — quando o preço sobe por falta de informação do mercado, em benefício dos especuladores — ficarão bastante mais dificultadas. O projeto inicial prevê a construção de 17 centrais no país; e a elaboração de um programa de comunicações e assistência técnica, orçado em 103 milhões de dólares, com recursos federais (70 por cento) e estaduais e municipais (30 por cento).

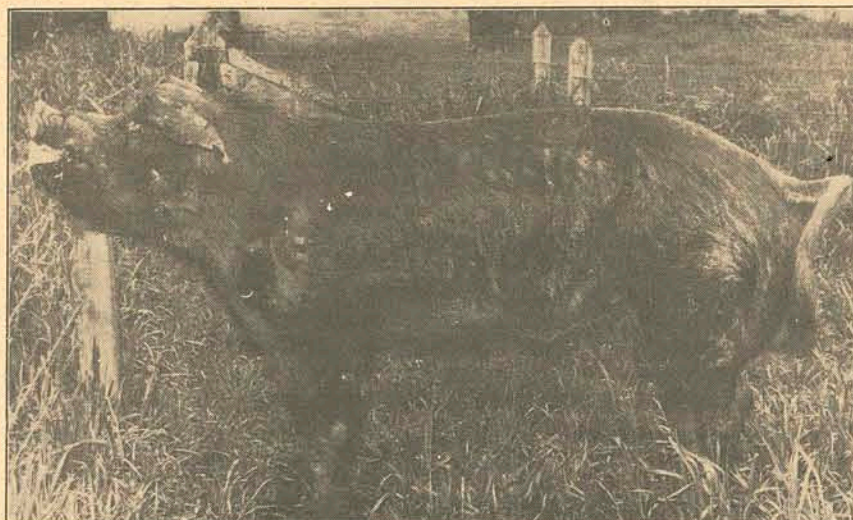
Não se sabe onde será construído o entreposto catarinense, por enquanto. O estudo a ser feito (em Florianópolis e Itajaí) por iniciativa do Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura, compreende minucioso levantamento dos gêneros alimentícios do litoral, região que abrange 70 por cento da população urbana estadual. Dessa forma, será possível identificar os fluxos de comercialização, e os locais de concentração de produtores e atacadistas de gêneros perecíveis. A central a ser construída deverá atender a movimentação e comércio de alimentos perecíveis, em SC, até 1980.

NAS GRANJAS PERDIGÃO, ANIMAIS DAS RAÇAS LANDRACE, DUROC, LARGE WHITE E HAMPSHIRE, À DISPOSIÇÃO DOS CRIADORES CATARINENSES.



LARGE WHITE, IMPORTADO DA INGLATERRA

O Extraordinário Large White, recém trazido da Inglaterra pelas Granjas Perdigão, descendente da melhor linhagem britânica da raça.

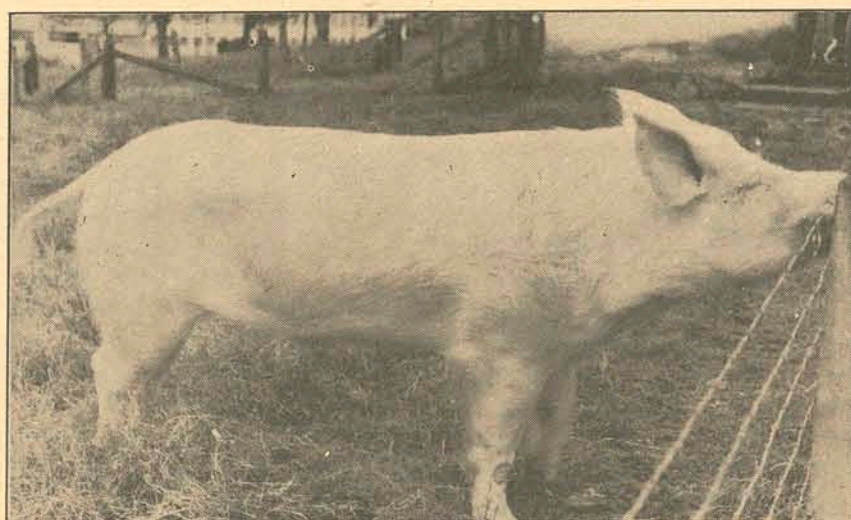


ROYAL CITATIONS, UM EXCELENTE REPRODUTOR

Um dos melhores reprodutores suínos de Santa Catarina, o Royal Citations, da mesma linhagem do pai da famosa Campeã-Júnior da XII Exposição Nacional de Suínos, de Concórdia. Foi importado dos Estados Unidos.



CONCENTRADO PERDIGÃO GARANTIA DE BOA PRODUÇÃO



UMA GRANJA COM PRODUÇÃO SEMPRE EM DIA

Animais das mais extraordinárias raças têm a sua multiplicação garantida na Perdigão, graças aos cuidados oriundos de toda uma equipe que realmente entende de suínos. Além disso, o Concentrado Perdigão é a alimentação base de todos os seus suínos.



PERDIGÃO S/A
COMÉRCIO E INDÚSTRIA

RUA DO COMÉRCIO 39
VIDEIRA SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, ainda é pequena a escala em que se realiza a educação ligada diretamente à agricultura. Nesse aspecto, o papel mais importante cabe à ACARESC, com seus frequentes cursos.

A educação ligada à agricultura; meta a ser atingida o quanto antes.

Muitos técnicos e observadores tem afirmado que o rurícola catarinense é de muito boa qualidade, em termos de educação sobre o que faz e como vive, se o compararmos com o padrão médio da qualidade do homem rural brasileiro. À parte essa qualidade relativa, muito se tem feito, em termos de extensão rural, para melhorar a qualidade do homem do campo catarinense. O exame do rendimento de muitas lavouras, e também do percentual de desfrute atingido em criações de animais revelam que a presença de certo conteúdo técnico explica, pelo menos em parte, valores expressivos atingidos pelos agricultores catarinenses, em que pesem resultados nada convincentes entre uma e outra área. Porém, a comparação de dados elogiáveis não pode ocultar numerosas deficiências no desempenho do agricultor catarinense.

O empobrecimento de solos agrícolas, a ainda reduzida utilização de corretivos e fertilizantes; as práticas de queimadas; a precariedade de técnicas de uso da terra, constituem, também, fatos que devem ser registrados.

Uma das deficiências básicas do campo tem sido a formação de recursos humanos adequados às metas de modernização das atividades primárias, em Santa Catarina.

Iniciado em 1962, o ensino diretamente voltado à agricultura ainda não saiu de uma fase incipiente: hoje, o Estado é servido por apenas 7 unidades, sendo 4 niveladas ao antigo ginásio, e 2 ao nível colegial. A grande conquista, se é que pode ser chamada assim, do ensino rural catarinense, foi a criação e o recente ativamento da Faculdade de Ciências Veterinárias, em Lages, primeira unidade de ensino superior diretamente voltada à agricultura, no Estado.

O número de matrículas, em 70, atingiu cerca de 423 alunos para os ginásios agrícolas, e 215 para os colégios agrícolas. Se chega a ser considerável a presença de estabelecimentos de ensino primário comum nas áreas rurais catarinenses, ainda é irrisório o equipamento escolar específico no que se refere ao ensino agrícola.

A qualificação de recursos humanos para as atividades agrícolas vem sendo executada, em sua maior expressão, em termos da realização de cursos de extensão rural, e de cursos eventuais realizados em postos de experimentação de organismos ligados ao setor.

Através de sua rede de escritórios regionais e locais, as atividades da ACARESC conseguem suprir parcela da insuficiência de ensino e qualificação de recursos humanos no meio rural.

Realizaram-se 900 cursos em agricultura, pecuária, educação sanitária e alimentar, para técnicos e agricultores, nos Centros de Treinamento de Agrônômica, Dionísio Cerqueira e Itacorobi, em 1972. Coube à Acaresc, ainda, orientar com a cooperação das Secretarias da Saúde Educação e Agricultura, 38.600 famílias no preparo da alimentação familiar e formação de 21 mil hortas domésticas, 42.900 famílias na cons-

trução de 15 mil fossas e protegidos 4.000 poços e fontes de água potável, num vasto trabalho de educação Alimentar e Sanitária, em 72.

Está previsto, para o período de 71/74, dentro do Projeto de Treinamento Agrícola, do PCD, a realização de 2.364 cursos, reuniões, excursões, etc..., junto ao meio rural. Essas promoções deverão atingir, ao final do quadriênio, 47.801 participantes diretos, e 4.628 técnicos. Prevê-se que serão pagas, no período, 101.981 diárias aos participantes dos cursos.

Os recursos para manutenção dos cursos provêm do governo do Estado, e de programas nacionais como os patrocinados pelo INCRA, Ministério da Educação (PIPMO), e UNICEF.

As bases físicas de treinamento são quatro. O Centro de Treinamento Sul do Estado, em Urussanga, deve servir à região treinando gente para suinocultura, Cultura do Milho, do Arroz, da Mandioca, e Defesa Sanitária Animal.

O Cetre - Centro prático de Treinamento, em Itacorobi, e aparentemente o mais conhecido deles, também prepara pessoal para as áreas de suinocultura, Bovinocultura, Avicultura, Horticultura, Cultura do Milho, Defesa Sanitária Animal.

O Cetrevi, situado em Videira, deve atender a todo o planalto e Vale do Rio do Peixe. Oferece cursos sobre fruticultura, suinocultura, cultura do Milho, da Soja, do Trigo, Bovinocultura e Defesa Sanitária Animal.

O Centro de Treinamento de Dionísio Cerqueira atende ao Extremo Oeste do Estado.

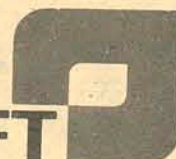


Em Lages, a primeira e única faculdade ligada ao campo em SC

**PAPEL KRAFT É CONOSCO.
CELULOSE TAMBÉM.
E REFLORESTAMENTO,
ENTÃO, NEM SE FALA:
JÁ PLANTAMOS MAIS DE
50 MILHÕES DE PINHEIROS.**



OLINKRAFT



CELULOSE E PAPEL LTDA.

AV. BRIG. LUIZ ANTÔNIO, 4531 - (CEP. 01401) - TEL. 282-6377 - C. POSTAL 7577 - END. TEL. OLINKRAFT - SÃO PAULO, SP - FABRICA LAGES - STA. CATARINA



Se forem confirmadas as previsões de Seixas Netto, mais uma vez deverão os agricultores enfrentar o espectro das más estradas.

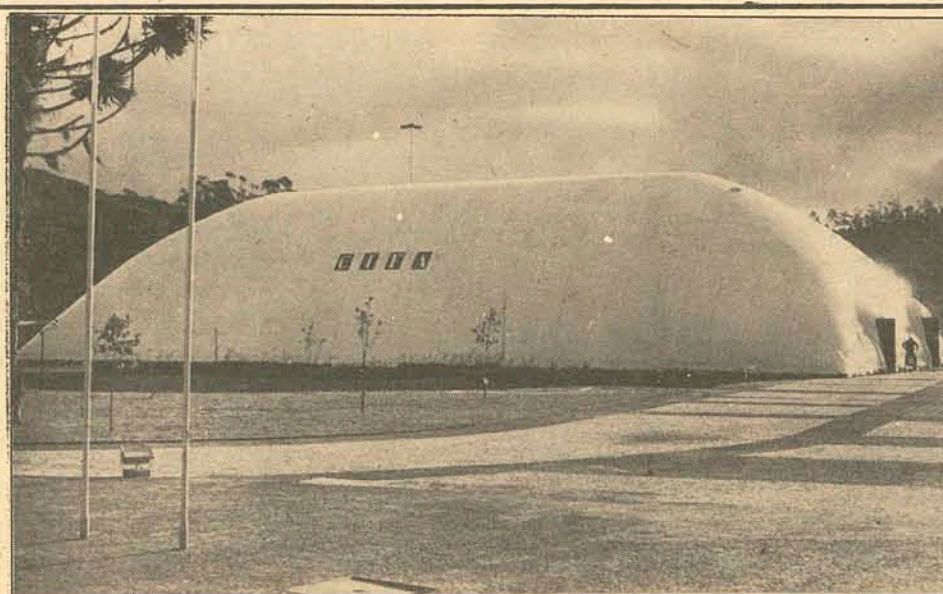
Para Seixas Netto, 1974 será um ano bastante chuvoso

O ano de 1974 será bastante chuvoso e sujeito a temporais e cheias, devido a oscilação da Camada atmosférica que será provocada pela passagem do Cometa Lubos em fins de 73, e a aproximação no perihélio de Planetas como Marte e Saturno que provocam instabilidades na aceleração da gravidade e influem poderosamente nas emissões polares, nos ciclos de precipitação, evaporação. Fazem ainda o lençol frático se manter muito elevado. Por outro lado, os períodos de maio a agosto serão sujeitos a fortes chuvas, o mesmo ocorrendo de outubro a dezembro. Os valores são previstos tendo em vista o conjunto das áreas de instabilidade no litoral e Planalto. O inverno será um tanto mais rígido que o de 73, porém mais curto.

A menor temperatura de 1972 (média geral do Estado), ocorreu no dia 20 de junho, com 08.4 graus centígrados, sendo o ponto de ocorrência mínima São Joaquim com - 6.1 centígrados.

O período entre 22 de Dezembro a 23 de março de 1974, compreendendo pois, 9 dias de Dezembro de 1973, Janeiro, Fevereiro e 22 dias de

março de 1974 é do ponto de vista Astronômico o Verão. Do ponto de vista climatológico, todavia, o Verão deverá iniciar-se, para as latitudes entre 26-28º. sul (Santa Catarina), no dia 19 de janeiro de 1974. Mas fazendo a análise da Estação, segundo o arco Astronômico da órbita da Terra, teremos 91 dias de Verão. Esses 91 dias estarão assim distribuídos na Taboa meteorológica local: 52 dias quentes — com temperatura entre 27 a 34 graus; 39 dias frios — com temperatura entre 18 a 23 graus. Durante esses 91 dias estão previstas 13 massas frias de alta importância. Os milibares médios provocarão temporais e chuvas de intensidade. Nos pontos centrais das Depressões, haverá fortes pancadas de granizo nos Planaltos da área. Os temporais notáveis para a Estação ocorrerão nesta ordem: 2 em dezembro, 3 em janeiro, 2 em fevereiro e 1 em março. Dos 52 dias quentes, 24 serão sujeitos a fortes formações de trovoadas à tarde. De modo geral, o período do Verão terá 48 dias de plena insolação, isto é, sol claro entre 5 horas da manhã e 5 horas da tarde.

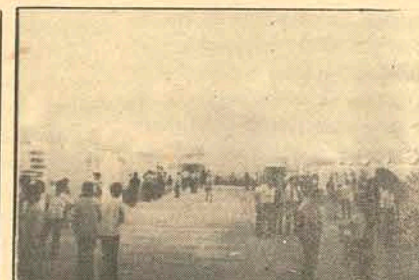


AGORA FICOU MAIS FÁCIL MOSTRAR E GUARDAR O QUE O BRASIL ESTÁ PRODUZINDO

Agora, positivamente, ficou mais fácil mostrar e guardar tudo que o Brasil produz.

É fácil fazer feiras e exposições. É só chamar a CIFA e alugar um armazém flexível. Se o seu problema é armazenagem, basta adquirir um armazém flexível CIFA, que já está sendo usado para silagem, das safras em geral. E para tanto, basta solicitar um orçamento à Cia. Industrial de Fios Amparo. Podemos sugerir-lhes um modelo standard com uma área de 1.000m², ou nas medidas que lhe convier. Os Armazéns são construídos com uma tela de trevira plastificada de ambos os lados com P.V.C. e também recebem um tratamento anti-inflamável. Mantido em pé única e exclusivamente com o ar, circulando 22.000m³ de ar por hora, com uma pressão 18mm c.a.

Para maiores informações podemos enviar-lhes um dos nossos agentes mediante sua solicitação.



CIFA

COMPANHIA INDUSTRIAL DE FIOS AMPARO

Rua Capitão Alceu Vieira, 833 — Caixa Postal 54
Fones: 70-2833 e 70-2667 — Telegramas: AMPA FIO
AMPARO — ESTADO DE SÃO PAULO



Fatores de produção: elementos básicos ao desenvolvimento agrícola

Dentro dos programas desenvolvidos pelo Governo do Estado, ligados à agricultura, o Programa Fatores de Produção recebeu o no. 1. Trata-se de colocar à mão do agricultor meios e educação necessária ao uso correto de todos os fatores de produção agropecuários, que, sem racionalidade, tem seu uso tornado prejudicial e anti-econômico.

Iniciado em 71, alguns resultados já foram conseguidos, com a utilização de mecanismos como o FEPRO — Fundo de Estímulo à Produtividade, e o FAP — Fundo Agro Pecuario. No ano passado, as aplicações do FEPRO somaram 3 milhões de cruzeiros, ligadas ao subsídio de corretivos e fertilizantes que permitiram aumento na produção de cereais em 108 mil toneladas; ao subsídio de juros relativos à aquisição de 398 máquinas agrícolas e 25 mil mudas de frutíferas de clima temperado.

O FAP, também em 72, movimentou 1,5 milhão de cruzeiros, destinados à aquisição e revenda de 106 reprodutores bovinos nacionais, e 48 reprodutores bovinos importados de outros países; à comercialização de 1500 reprodutores suínos, 39 reprodutores ovinos; à compra de 18 máquinas agrícolas, e 576 ampolas de semente congelado.

Com o Projeto, fatores como a cultura, o solo, o clima, manejo, raça (no caso da produção pecuária), instalações, para os agricultores assistidos passam a ser estudados e equacionados de maneira adequada, visando a racionalidade do seu uso. Além desses fatores, outros podem ser relacionados: corretivos, fertilizantes, máquinas agrícolas, materiais para defesa vegetal e animal, sementes e mudas, sais minerais, reprodutores ou semente, e a terra.

No Brasil, várias são as causas que limitam ou favorecem o uso dos fatores de produção agropecuária. As máquinas agrícolas e os produtos agropecuários tem evoluído desigualmente, desfavorecendo o produtor — e o mesmo ocorre com fertilizantes, defensivos e outros produtos industriais. A cada ano que passa, apesar dos estímulos existentes, o agricultor se vê na contingência de oferecer mais produção para adquirir os mesmos bens de consumo de origem industrial.

Dependendo das condições de solo e a cultura a ser feita, é difícil convencer o agricultor a empregar corretivos e fatores de qualidade aos pre-

ços vigentes. Nem mesmo a compra de que a simples correção do solo tem dobrado a produção chega a ajudar em muito esse trabalho. Entretanto, um aumento da produção geral a curto prazo só pode ser obtido com programas de estímulo ao uso de corretivos e fertilizantes.

Também o uso de máquinas deve ser estimulado, pois reflete diretamente no aumento da produção por área, como na ampliação da área cultivada.

E fatores como sementes e mudas de qualidade, reprodutores ou semente de suínos e bovinos contribuem substancialmente para aumento da produtividade agropecuária, e melhoria da qualidade dessa produção.

Duas condições limitam a possibilidade do agricultor ter à mão o fator de produção ou ele não existe no mercado, ou o mercado de oferta se encontra distante do produtor e cooperativa. Ao governo cabe o papel de facilitar ao agricultor a obtenção de fatores, seja subsidiando transportes (caso de corretivos e transportes), financiando a compra de reprodutores, máquinas, etc.... Ainda cabe ao governo realizar a pesquisa agrícola. As outras atividades ligadas à obtenção dos fatores devem ser executadas pelos produtores, sob orientação técnica do governo, e de agentes privados, conforme o caso.

O objetivo geral da política de desenvolvimento da agropecuária catarinense é a elevação contínua da produtividade do trabalhador agrícola.

Dois são os meios que acarretam o aumento da produtividade, e consequentemente, o aumento da renda do agricultor: a redução dos custos de produção; e comercialização das safras nas condições mais favoráveis.

Os custos de produção dependem do uso e preço dos fatores — quanto menor for o preço de aquisição, pelos agricultores, e quanto mais racional for seu uso, mais baixos serão os custos de produção.

O uso correto depende da existência de um eficaz serviço de assistência técnica, caso da ACARFSC em Santa Catarina.

Com relação aos problemas dos preços pagos pelos produtores aos fatores, deve-se lembrar que apesar de estarem vigentes no Estado, não se trata de uma novidade. Só se pode esperar competitividade agropecuária — com relação à colocação da produção — internacional, com adoção de medidas de proteção aos produtores,

Subsídios corretos e racionais são um meio de redistribuir a riqueza, atingindo a sempre desfavorecida classe dos agricultores. A forma adequada de se conceder esses subsídios é através de associações classistas do campo: sindicatos, cooperativas, etc....

E os mecanismos de concessão já estão criados, FEPRO e FAP, agindo decisivamente na agricultura de Santa Catarina.

NECESSIDADES DE FATORES

De 71 a 74, o Estado deverá necessitar de sementes em quantidades bastante expressivas: milho, 63 mil toneladas; soja, 40 mil toneladas; feijão, 1200 toneladas; trigo, 47 mil toneladas; arroz, 45 mil toneladas.

Em Santa Catarina, a produção de sementes obedece a rigorosa seleção de produtores, que recebem orientação técnica especializada desde a escolha do solo para o plantio, até a colheita e classificação do produto. Os trabalhos de beneficiamento, classificação, tratamento fitossanitário e embalagens são realizados pelas unidades de sementes, ou seja, armazéns devidamente equipados que fazem o serviço com exclusividade.

Atualmente existem armazéns deste tipo em São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Campos Novos, Araranguá, Rio do Sul, Mafra, Joinville, Indaial e Tijucas. Em 74, duas novas unidades deverão ser acrescentadas a essa rede, localizadas em Tubarão e Canoinhas. Ainda em 74, os armazéns de Mafra e Rio do Sul deverão ser ampliados. Os Governos Estadual e Federal são quem vem construindo esses armazéns especializados, através de convênio entre o Ministério e Secretaria da Agricultura do Estado. Com uma capacidade atual de 500 mil sacas, a ampliação da rede deverá proporcionar incremento da ordem de 30% na capacidade de armazenagem de sementes, que assim ficará na casa das 650 mil sacas.

As mudas necessárias ao PROFIT, de 71 a 74, serão 3,5 milhões: 300 reprodutores necessários à pecuária, entre suínos e bovinos, no mesmo período serão aproximadamente 6 mil cabeças, atingindo as doses de semente de bovinos, ao fim de 74, a soma de 65 mil.

A preços de 71, os recursos necessários no período, com relação à colocação de fatores para os produtores deverão atingir a soma de 10 milhões de cruzeiros.

Um empresário. É como querem o agricultor.

A preocupação do Brasil, quando se fala em modernização e capacitação empresarial da agricultura e da pecuária, é a de desenvolver condições mínimas para o melhor aproveitamento da terra, do homem que nela trabalha e do capital jogado sobre essa mesma terra.

Nos últimos anos, o Brasil vem praticando uma política de desenvolvimento rural baseada nesses objetivos. Um vasto instrumental foi criado para favorecer a redenção econômica, financeira e social da terra, sejam incentivos fiscais, sejam estímulos creditícios, sejam ainda os investimentos oficiais a armação de uma razoável estrutura de pesquisa e assistência técnica que vão do preparo do solo aos canais de escoamento.

Com certa irreverência de nossa parte, podemos até dizer que em matéria de agricultura, no Brasil, o que há de realmente fértil é a imaginação de governantes e empresários na proposição de soluções inteligentes para a superação de antigos problemas do setor primário da economia brasileira.

Seria ocioso alinhar aqui os novos instrumentos criados nos últimos anos para detonar no Brasil o processo de reforma institucional e estrutural da agropecuária nacional. Todavia, ainda não se esgotou o quadro de decisões oficiais em favor da agricultura brasileira.

Perguntaríamos, por exemplo, se não haveria possibilidade, nesta altura da "decolagem" da economia brasileira, de se aparar algumas arestas de caráter tributário ou fiscal que ainda penalizam o agricultor brasileiro. Ninguém ignora que a agricultura mostra-se satisfeita com a política de crédito rural, com a de preços mínimos, pelo menos em relação à maioria dos produtos da terra. Mas em contrapartida, ela bem estaria por merecer alguns favorecimentos fiscais legítimos.

O Imposto de Renda, por exemplo, incidindo sobre o lucro das operações, desencoraja a passagem da pessoa física para a pessoa jurídica. E no caso da pessoa jurídica, desencoraja a passagem da empresa fechada para a de capital aberto. Mesmo porque, pela própria natureza da exploração agrícola, nenhuma empresa rural, transformada em sociedade anônima de capital aberto, pode atrair o interesse do investidor de bolsas se continuar submetida a certas exigências perfeitamente válidas em relação à indústria, mas discutíveis em relação à agricultura.

Por exemplo: a do balanço anual, sem contar a dos balancetes. O ideal seria estabelecer-se para a empresa rural, classificada como tal, a exigência do balanço trienal. Por que trienal? Em respeito às características do negócio agrícola. Há certas culturas que exigem um ciclo vegetativo superior a um ano. Uma grande safra este ano pode ser acompanhada de uma safra acanhada no ano seguinte. Agricultura é um risco. Um balanço trienal seria mais honesto, mais realista, mais justo do ponto de vista de uma S/A agrícola interessada em cultivar a simpatia do público investidor.

Sem a pretensão de armar uma sugestão tecnicamente calçada, entendemos que os problemas acima, apenas aflorados, deveriam merecer a atenção de quem de direito, sobretudo de uma administração pública que se revela tremendamente sensível e receptiva a qualquer sugestão ou mesmo a qualquer palpite.

Outra idéia que acreditamos digna de meditação é a de oferta de estímulos fiscais e creditícios para que o próprio setor privado desenvolva pesquisas, aliviando a sobrecarga do sistema oficial. As grandes empresas rurais já existentes ou as propriedades rurais de grandes grupos industriais e financeiros bem que poderiam, devidamente estimulados, partir para a montagem de fazendas experimentais, de estações e centros de pesquisa, exatamente como se faz nos Estados Unidos e na Europa Ocidental.

Por enquanto, nada existe que possa animar o setor privado a imobilizar recursos em pesquisas de laboratório e experimentação de campo.

Em resumo: a política oficial de amparo à agricultura deve evoluir, em nossa opinião, para o exame de alguns problemas fiscais que penalizam a estrutura jurídica da empresa rural e para o estudo das possibilidades que se apresentam ao Brasil de entregar ao setor privado pelo menos uma parcela do esforço nacional de pesquisa e experimentação da agropecuária.

Um passo a mais, acreditamos nós, na caminhada que busca promover a redenção do campo em nome da salvação da cidade, dentro de uma estrutura agrária que enfrenta não apenas o desafio de produzir mais, mas também, o desafio não menos dramático de perder menos.

(Extraído de "A Estrutura Empresarial Como Opção Para o Plano Desenvolvimento da Agricultura Brasileira", de Sérgio P. Mellão)